



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ

PAULO RODRIGUES CARDOSO

O DESENVOLVIMENTO NA CANASTRA: estudo de caso da produção do Queijo Canastra em Medeiros e São Roque de Minas observando os seus capitais intangíveis

**ITAJUBÁ
2021**

PAULO RODRIGUES CARDOSO

O DESENVOLVIMENTO NA CANASTRA: estudo de caso da produção do Queijo Canastra em Medeiros e São Roque de Minas observando os seus capitais intangíveis

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração (Mestrado Profissional em Administração), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Dr. Luiz Eugênio Veneziani Pasin

**ITAJUBÁ
2021**

PAULO RODRIGUES CARDOSO

O DESENVOLVIMENTO NA CANASTRA: estudo de caso da produção do Queijo Canastra em Medeiros e São Roque de Minas observando os seus capitais intangíveis

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração (Mestrado Profissional em Administração), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Administração.

Área de concentração: Administração

Aprovado em: 10/12/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Eugênio Veneziani Pasin (Orientador) - UNIFEI

Prof. Dr. Edson Trajano Vieira - UNITAU

Prof. Dr. Fábio Favaretto - UNIFEI

Profª. Dra. Isabel Cristina da Silva Arantes - UNIFEI

AGRADECIMENTOS

Nesta pesquisa alguns agradecimentos não podem ser silenciados e aqui são expressos, pois vivo na certeza de que a minha conquista não é só minha, mas de todos que colaboraram comigo.

Agradeço primeiramente a Deus e a minha esposa que me acompanham na minha vida diária e são ouvintes das minhas aflições.

Não posso deixar de agradecer ao meu orientador e hoje amigo professor Doutor Luiz Eugênio Veneziani Pasin por me proporcionar mais um aprendizado que carregarei para a minha. Desculpe pelos transtornos e obrigado pela paciência.

Também é preciso lembrar a paciência de meus familiares e amigos de profissão, a estes últimos também agradeço a motivação neste período.

Por fim agradeço aos que me auxiliaram na obtenção dos dados da pesquisa: secretário de agricultura e meio ambiente de São Roque de Minas, o assessor de gabinete de Medeiros, meu amigo Betinho, o gerente executivo da APROCAN, os funcionários da APROCAME e um especial agradecimento ao Alberto da EMATER. Gostaria de poder retribuí-los um dia, mas por hora deixo o meu sincero obrigado.

RESUMO

A pesquisa emerge dos debates sobre desenvolvimento endógeno ou territorial que permeiam o mundo desde a década de 80 com as mudanças advindas da globalização, mas dando ênfase aos nove capitais intangíveis propostos por Boisier em seus estudos como fatores que devem estar presentes no processo de desenvolvimento. Ela busca identificar os capitais intangíveis na produção de queijo artesanal Canastra nos municípios de Medeiros e São Roque de Minas. É uma pesquisa de abordagem é quanti-qualitativa, uma vez que traz dados quantificáveis no questionário adaptado e ao mesmo tempo complementa estes dados mensurando opiniões obtidas nas entrevistas e método utilizado foi estudo de caso com um formulário estruturado no formato de escala do Tipo Likert de 5 pontos adaptado do Banco Mundial e entrevistas aplicadas a produtores de queijo, a comerciantes dos municípios de Medeiros e São Roque de Minas, e a instituições públicas e privadas envolvidas diretamente ou não com a produção do queijo artesanal observando a cooperação, a confiança e outras características dos capitais intangíveis presentes na comunidade local dos dois municípios. A análise dos dados mostrou uma dispersão dos nove capitais intangíveis mencionados por Boisier nos municípios estudados sem um agente integrador neles estabelecendo o entendimento de que a articulação dos capitais encontrados não estabeleceu uma sinergia a dinamizar o desenvolvimento da região.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Capital Intangível. Arranjo Produtivo Local.

ABSTRACT

The research emerges from the debates on endogenous or territorial development that have permeated the world since the 1980s with the changes resulting from globalization, but emphasizing the nine intangible capitals proposed by Boisier in his studies as factors that should be present in the development process. It seeks to identify the intangible capitals in the production of Canastra artisancheese in the municipalities of Medeiros and São Roque de Minas. It is a research approach is quantitative-qualitative, since it brings quantifiable data in the adapted questionnaire and at the same time complements these data measuring opinions obtained in the interviews and method used was a case study with a form structured in the format of Likert Scale of 5 points adapted from the World Bank and interviews applied to cheese producers, traders from the municipalities of Medeiros and São Roque de Minas, and to public and private institutions directly or not involved in the production of artisanal cheese observing the cooperation, trust and other characteristics of intangible capital present in the local community of the two municipalities. Data analysis showed a dispersion of the nine intangible capitals mentioned by Boisier in the municipalities studied without an integrative agent in them, establishing the understanding that the articulation of the capitals found did not establish a synergy to boost the development of the region.

Keywords: Development. Intangible Capital. Local Productive Arrangement.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Hexágono do Desenvolvimento endógeno	18
Figura 2 - Número de citações de opções por queijos Artesanais.	30
Figura 3 - Região da Canastra e Medeiros e São Roque de Minas.	34
Figura 4 - Fórmula do cálculo da Amostra.	36
Figura 5 - Desenvolvimento da análise de conteúdo.	41
Figura 6 - Selo de procedência – APROCAN.	50
Figura 7 - Funcionamento APROCAME.	52
Figura 8 – Avaliação da participação das Instituições com os agentes locais (interação).	56
Figura 9- Instituições importantes à comunidade.	57
Figura 10 - Visão do agente local de SRM sobre a EMATER.	58
Figura 11 - Planos e estratégias das Instituições.	58
Figura 12 - Visão dos agentes locais sobre as Instituições do "Mapa".	59
Figura 13 - A influência da região e da família na identidade e no conhecimento.	61
Figura 14 - Transferência da tradição aos demais.	61
Figura 15 - Conhecimento adquirido para exercício da atividade em Medeiros.	62
Figura 16 - Conhecimento adquirido para exercício da atividade em São Roque de Minas.	63
Figura 17 -Obtenção de conhecimento técnico/científico de Instituições Próximas a Medeiros.	64
Figura 18 - Obtenção de conhecimento técnico/científico de Instituições Próximas a SRM.	65
Figura 19 - Interação face a face.	66
Figura 20- Conhecimento escolar/acadêmico em Medeiros	67
Figura 21- Conhecimento escolar/acadêmico em São Roque de Minas	67
Figura 22- Escolaridade dos queijeiros SEM.	69
Figura 23- Coletor de pingo inventado.	70
Figura 24- Participação nos grupos sociais do município.	71
Figura 25- Confiança nas Instituições	72
Figura 26- O melhor benefício da participação na Instituição.	73
Figura 27- Democracia nas decisões.	73
Figura 28- Capital Psicossocial.	75
Figura 29- Primeira representação de capital social.	76
Figura 30 - Cooperação por reciprocidade.	77
Figura 31 – Confiança.	79

Figura 32- Confiança Contratual.	80
Figura 33- Poder Simbólico da Região.	81
Figura 34- Cultura Regional.	83
Figura 35 - Renda média mensal.	85
Figura 36- Infraestrutura Transporte.	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Conceito de capital social e seus principais autores.....	26
Quadro 2 - Cálculo da amostra por seguimento.	36
Quadro 3 - Protocolo de coleta de dados.....	38
Quadro 4 - Etapas da análise de conteúdo.....	42
Quadro 5 - Procedimento de análise para a pesquisa.	42
Quadro 6 - Mapa Institucional.....	45
Quadro 7 - Forma de análise do capital Institucional.....	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APL	Arranjo Produtivo Local
APROCAME	Associação dos Pequenos Produtores de Queijo Canastra de Medeiros
APROCAN	Associação dos Produtores de queijo Canastra
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CMMAD	Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFMG	Instituto Federal de educação, ciência e Tecnologia
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SAL	Sistema Agroalimentar Localizado

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Problema e justificativa	13
1.2	Objetivo geral	14
1.3	Objetivos específicos	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1	Do “Desenvolvimento” ao desenvolvimento endógeno	15
2.2	Os capitais intangíveis	18
3	METODOLOGIA.....	32
3.1	Tipo de pesquisa	32
3.2	Processo de execução do estudo de caso nesta pesquisa	32
3.2.1	<i>Fase 1: Definição e planejamento (Delineamento/Desenho da Pesquisa)</i>	32
3.2.1.1	Caracterização da área de estudo e do objeto de análise	33
3.2.1.2	População e amostras na coleta de dados	35
3.2.1.3	Protocolo de coleta de dados	37
3.2.2	Fase 2:Condução da Pesquisa (Preparação, Coleta e Análise)	39
3.2.3	Fase 3: Análise dos dados coletados e discussão para os resultados	39
3.2.3.1	Procedimento de análise de dados	40
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	44
4.1	Capital Institucional.....	54
4.2	Capital Cognitivo.....	60
4.3	Capital Humano	67
4.4	Capital Cívico	70
4.5	Capital Psicossocial	74
4.6	Capital Social.....	76
4.7	Capital Simbólico e Capital Cultural.....	81
5-	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
	REFERÊNCIAS	91
	APÊNDICE I – FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS QUELJEIROS	101
	APENDICE II – FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS COMERCIANTE.....	105
	APÊNDICE III - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	109
	APÊNDICE IV - ENTREVISTA COM SERVIDOR RESPONSÁVEL PELA EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RUTAL DE MINAS GERAIS - EMATER NA CIDADE DE MEDEIROS	111
	APÊNDICE V - ENTREVISTA COM GERENTE EXECUTIVO DA ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE QUEIJO CANASTRA – APROCAN.....	113

APÊNDICE VI - ENTREVISTA COM O ASSESOR DE GOVERNO DA PREFEITURA DE MEDEIROS E EX COORDENADOR DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA NO MUNICÍPIO	115
APÊNDICE VII - ENTREVISTA COM O DIRETOR DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E COORDENADOR DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL – SIM DE SÃO ROQUE DE MINAS	118
ANEXO I - PRODUTORES DE MEDEIROS ASSOCIADOS	122
ANEXO II – PARECER TÉCNICO IPHAN SOBRE TÍTULO DE PATRIMÔNIO CULTURAL DO BRASIL	123
ANEXO III – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS	132

1 INTRODUÇÃO

A globalização na década de 80 criou nos países do mundo constantes debates sobre “desenvolvimento”. Conceituado como um termo multidimensional, “desenvolvimento” nasceu da discussão biológica de Darwin e é transportado para a vida em sociedade no século XVII onde permanece em evolução. Um exemplo desta evolução é a diferenciação dos termos crescimento econômico e desenvolvimento econômico (SANTOS *et al*, 2012).

Durante muito tempo, era quase consenso que o crescimento econômico trazia com ele, de forma simultânea, o desenvolvimento econômico, porém o aprofundamento em pesquisas e discussões, a exemplo a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD, levaram a crer que observar o desenvolvimento apenas no crescimento econômico era uma simplificação do assunto (WCDE, 1987).

O chileno Sergio Boisier foi um dos primeiros a contribuir com a evolução do debate sobre desenvolvimento econômico e crescimento econômico. Como não havia uma diferenciação clara entre crescimento e desenvolvimento, ele via uma inconsistência na equação: se prestigiava o investimento e sem se ater a capacidade de organização social da região. Boisier (1989), na década de 80 em plena globalização, sugere uma visão interna no processo de desenvolvimento, dessa visão foram feitos estudos sobre desenvolvimento regional, territorial ou endógeno.

O processo endógeno de desenvolvimento parte da ideia básica de que o sistema produtivo dos países cresce e transforma-se utilizando o potencial de regiões, cidades, mediante os investimentos concretizados por agentes públicos e privados e ainda sob o controle ou participação democrática das comunidades locais isso como meta na melhoria do nível de vida da população desses mesmos territórios (STÖHR, 1981; VÁZQUEZ BARQUERO, 1998).

Segundo Boisier (1989) existem nove fatores essenciais no processo de desenvolvimento endógeno que são denominados de capitais intangíveis. A capacidade de articulação destes capitais entorno de um produto ou serviço é que promoverá o desenvolvimento regional da localidade.

Este processo de desenvolvimento abriga, além das cidades (ambiente urbano), as zonas rurais, uma vez que o protagonismo reclamado para dimensão territorial sugere a condição de qualquer localidade ou região oferecer-se como um agente de desenvolvimento (RIBEIRO; SANTOS, 2006).

Neste contraste urbano e rural do desenvolvimento local a produção de queijo artesanal

na região da canastra desperta atenção nas discussões de como a localidade utiliza os recursos de que dispõe e se a localidade pode ser um exemplo de região desenvolvida, uma vez que seu queijo, o Canastra, além de representar traços da cultura da região obteve algumas premiações de destaque. Além disso, este foi contemplado com o registro de bem imaterial no Brasil por decisão do conselho consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e, desde 2012, conta também com a Indicação Geográfica “Canastra”, termo brasileiro dado as Denominações de Origem Protegida (DOP) Europeias, que são referências em políticas de desenvolvimento econômico em diversas regiões da Europa, uma vez que busca dar competitividade a produtos artesanais marcados por diferentes identidades culturais aproveitando justamente da homogeneização do processo industrial alimentar (PELLIN; RIBEIRO; MANTOVANELLI JR, 2016)

1.1 Problema e justificativa

O queijo artesanal Canastra é reconhecido como um produto que dá boa publicidade a Região com diversas premiações divulgadas na mídia enquanto produto de consumo. Todavia, a organização produtiva deste queijo não recebe tanta publicidade, não se sabe como ela, a organização produtiva, interfere positivamente no desenvolvimento dos municípios da Canastra e nem se os capitais intangíveis estão presentes na organização, logo, propõe-se uma pesquisa para analisar a organização produtiva existente no local pela via original do desenvolvimento endógeno, ou seja, pela análise dos capitais intangíveis estudados por Boisier. O problema da pesquisa abriga a seguinte questão: A organização produtiva de queijos da região da Canastra – MG se aproxima em que medida de um formato organizacional Arranjo Produtivo Local (APL)? E esse pode ser caracterizado a partir dos capitais intangíveis descritos por Boisier (1999)?

Assim, a justificativa da pesquisa segue o critério da utilidade. Como se observa estudos sobre produtos artesanais e seus produtores em pequenas localidades bem como os impactos por eles proporcionam a economia passam a ser essenciais, pois representam o contraponto à massificação e à uniformidade generalizada das transformações industriais, todavia, mesmos os processos mais rústicos precisam de organização e são afetados por fatores subjetivos, logo, a pesquisa se justifica por tentar colaborar com o conhecimento destes fatores subjetivos com a cultura e identidade com o produto, a confiança entre outros e como eles podem melhorar a organização da produção queijeira com foco no desenvolvimento da região da Canastra.

Ainda em termos de utilidade para os municípios, o estudo tem como justificativa a promoção de dados importantes ainda desconhecidos para facilitar um adequado fomento a construção ou aperfeiçoamento do modelo de APL ou outra organização produtiva estabelecida na região.

Diante do exposto, definiu-se os objetivos deste estudo.

1.2 Objetivo geral

Analisar a organização produtiva de queijos artesanais da canastra nos municípios mineiros de Medeiros e São Roque de Minas sob o recorte analítico de capitais intangíveis de Boisier (1999).

1.3 Objetivos específicos

- Identificar as instituições públicas e privadas de apoio existentes nos municípios de Medeiros e São Roque de Minas e formular mapa institucional (instituição de apoio);
- Verificar/diagnosticar os capitais intangíveis presentes no seguimento queijeiro dos municípios de Medeiros e São Roque de Minas;
- Verificar se os atores locais e as instituições trabalharam os capitais intangíveis presentes nos municípios.

Esta pesquisa está estruturada em cinco partes, a primeira foi a introdutória. A segunda parte é uma contextualização histórica onde é apresentado o termo “desenvolvimento” e sua evolução na década de 80 para desenvolvimento endógeno com Boisier e seus capitais Intangíveis. A terceira parte apresenta a metodologia utilizada, nela é apresentando o tipo de pesquisa que foi realizada, a população pesquisada e a amostra, bem como descrever os procedimentos utilizados para coleta e análise de dados. Na quarta parte é feita a análise dos dados coletados e a discussão acerca deles. Na quinta e última parte é apresentada a conclusão da pesquisa com sugestões para pesquisas futuras para a organização produtiva do queijo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico é dividido em subtópicos onde é feita contextualização histórica e sua evolução na década de 80 para desenvolvimento endógeno, a partir de então é trabalhada a teoria de Sergio Boisier com o detalhamento dos seus nove capitais intangíveis sendo finalizado com dois arranjos organizacionais e a produção onde se destacam autores como Cassiolato, Cardoso, Lastres, Haddad e Menezes.

2.1 Do “Desenvolvimento” ao desenvolvimento endógeno

O termo desenvolvimento é muito citado no cotidiano, seja pela mídia, pelos empresários, pelos políticos, economistas e principalmente nos estudos acadêmicos em várias áreas do conhecimento científico: na economia, na história, na geografia com grande confusão no uso do termo, uma vez que é multidimensional, e na sua diferenciação com o crescimento econômico (VIEIRA, 2009; SANTOS *et al.*, 2012).

É multidimensional porque abriga diversas conceituações de “desenvolvimento”. O primeiro termo ligado ao “desenvolvimento” foi obtido na biológica de Darwin (evolução dos seres), depois ao ser transportado para a vida em sociedade no final do século XVII, adquiriu as dimensões: a política e a econômica (SANTOS *et al.*, 2012).

Os principais debates acadêmicos sobre o termo “desenvolvimento” ocorriam na dimensão econômica, uma vez que até a década de 80 não havia uma diferenciação entre os termos “desenvolvimento econômico” e “crescimento econômico” e a teoria clássica sobre desenvolvimento era quase uma unanimidade.

Segundo Costa (2010) entre a segunda guerra mundial e o início dos anos de 1970 ocorreu o que a literatura chama de anos dourados do capitalismo, com uma economia mundial apresentando significativas taxas de crescimento com o método Keynesiano (baseado numa política intervencionista colocando o estado central como direcionador das regras de desenvolvimento com os gastos públicos) e o regime de acumulação fordista onde foi possível erguer os países desenvolvidos ao chamado “Sistema de bem-estar-social” de suas populações.

Porém na década de 80 com a globalização e uma sequência de eventos, como a crise do petróleo e pressões inflacionárias gerou dúvidas ao método de política Keynesiano. Os impactos no aumento geral dos preços do petróleo em 1973 e 1979 acentuaram a instabilidade macroeconômica e gerou maior prudência nos investimentos produtivos industriais (BASTOS, 2005; COSTA, 2010).

a inadequação do modo de regulação que não conseguia mais ajustar de forma viável a produção e o consumo dos bens de massa, e do regime de acumulação para dar continuidade ao movimento que vinha tendo a economia mundial desde o fim da Segunda Guerra. Os choques de oferta, que posteriormente se metamorfosearam em uma crise de demanda, apenas aceleraram o fim do ciclo ao exporem as limitações do modo de regulação para dar sustentabilidade ao Regime de Acumulação Fordista (COSTA, 2010. p. 54).

Segundo Bastos (2005) e Pinto (2007) a escala rígida de padronização da produção do modelo fordista não era suficiente aos problemas advindos da globalização, logo, as indústrias reajustaram suas estratégias, substituindo a padronização em larga escala pela incorporação de um modelo produtivo assentado na produção em menor escala – segundo a demanda, banindo o desperdício e o estoque – e no rigoroso controle da qualidade da mercadoria, pelo uso intenso de tecnologia e tentativa de personalização de seus bens produzidos. Tratava-se do modelo toyotista de produção flexível onde o trabalhador era constantemente qualificado e podia por isso atuar nas diversas fases de produção, porém havia uma polarização/embate entre duas escalas que se articulavam neste modelo: a escala global (mercado mundial) e a escala local (BASTOS, 2005; PINTO, 2007).

Boisier (1999), em seus escritos, já lançava críticas ao reducionismo econômico da visão dos estudiosos clássicos adeptos do modelo fordista e a política Keynesiana propondo uma diferenciação na equivalência entre crescimento e desenvolvimento. Segundo ele a falta de uma diferenciação dos termos gerava uma inconsistência na equação fazendo com que a preocupação fundamental das políticas públicas na verdade fosse o crescimento econômico e não o desenvolvimento.

Causa y efecto no tienen la misma dimension o, puesto en el lenguaje económico, el objetivo está divorciado de los medios usados. Es paradójal que, precisamente en la ciencia que hace gala de una racionalidad instrumental, esta falle en el uso de ella para el propósito fundamental de política económica que emerge del mismo cuerpo teórico: aumentar el bienestar de las personas! (BOISIER, 1999, p.41).

Explorando os modelos de escala de produção toyotista, Boisier (1999) defendia a escala local como a menos incerta no cenário global, pois, segundo ele, o desenvolvimento ocorre dentro de um contexto social específico e em resposta a condições sociais específicas. A viabilidade e o sucesso de um programa de desenvolvimento, segundo Boisier (2001), dependeria da percepção das pessoas de que sua subjetividade coletiva era reconhecida e fortalecida, ou seja, a capacidade de organização da região tinha que ser valorizada, pois ela seria fundamental no desencadeamento de um processo de desenvolvimento.

Nos estudos sobre desenvolvimento que vinham sendo feito na década de 80, Boisier

(2001) considerava a proposta mais acertada para um verdadeiro desenvolvimento a publicada em 1986, em um número da revista *Development Dialogue* em que Manfred Max-Neef que propunha um novo conceito para o desenvolvimento, denominado *Desarrollo a Escala Humana*, no qual “sustentam uma articulação orgânica do seres humanos com a natureza e a tecnologia, e o processos globais com os processos locais” (BOISIER, 2001, p.04).

Boisier (1996, 2001) partia da concepção de que as intervenções que realmente promovem o desenvolvimento na real essência de seu significado ocorrem em territórios organizados, pois abriga uma comunidade que se reconhece, conhece seus recursos materiais e imateriais e apresenta um tecido político, administrativo e institucional coesos com esse mesmo processo de desenvolvimento. Em Boisier (1996, 1999, 2001) é apresentado o “desenvolvimento endógeno”, um processo pelo qual o “desenvolvimento” possui, além de fatores econômicos, fatores institucionais e sociais. Ele surge em um contexto de abertura econômica impelido pela globalização, porém adota um processo de abertura interna (fenômeno no qual os entes centrais deixavam de assumir o protagonismo do desenvolvimento e passavam a transferir a tarefa das políticas de desenvolvimento para as instâncias inferiores como estados e municípios), pois parte da ideia básica de que o sistema produtivo dos países cresce utilizando o potencial das cidades mediante os investimentos dos setores públicos e privados, mas sob o controle ou participação democrática das comunidades locais com meta na melhoria do nível de vida da população desses mesmas comunidades (BASTOS,2005; BOISIER, 2009; STÖHR, 1981; VÁSQUEZ BARQUERO, 1998).

O desenvolvimento endógeno é visto por Vásquez Barquero (2001, p. 41) como “um processo de crescimento econômico e de mudança estrutural, liderado pela comunidade local ao utilizar seu potencial de desenvolvimento para uma melhoria de vida da população”. Para Braga (2002) seria um desenvolvimento em um processo de mudança que buscava o crescimento estrutural econômico baseado na utilização do potencial existente em um dado território, onde os fatores determinantes são a capacidade de liderança do próprio processo de dentro para fora.

A internalização ou endogenia é o que caracteriza esse processo de desenvolvimento que passa a receber as denominações de desenvolvimento territorial, desenvolvimento regional, desenvolvimento endógeno, pois ele teoriza sobre as possibilidades de desenvolvimento a partir da utilização dos potenciais – econômicos, humanos, naturais e culturais – internos de uma localidade, incorporando ao instrumental econômico neoclássico variáveis como participação e gestão local (BOISIER, 1999; BRAGA, 2002).

Schumpeter (1984) - pai do conceito de desenvolvimento pela via da inovação - já

mencionava a característica interna do processo de desenvolvimento ao estabelecer que as mudanças não poderiam ser impostas de fora, porque o normal é que elas surgissem de dentro, pelo processo criativo ou melhor processo inovativo das pessoas a quem chamava de “empreendedores”.

Albuquerque e Zapata (2010) sustenta na Figura 1 que o desenvolvimento endógeno está alicerçado em oito pontos: 1- criação de uma institucionalidade para o desenvolvimento local, ou seja, diferentes setores trabalhariam em conjunto para o desenvolvimento de uma mesma localidade; 2- Fomento de empresas e capacitação humana, seria o estímulo de empresas através dos recursos de que elas (empresas) dispõe para destinar ao projeto de desenvolvimento e a qualificação das pessoas envolvidas, 3- Coordenação de programas e instrumentos de fomento, seria o modo de fazer e como bancar; 4-Elaboração de Estratégia territorial de desenvolvimento; 5- Cooperação público-privada, 6-equipes de liderança local, 7- atitude positiva do governo local; e 8- mobilização e participação dos atores locais.



Fonte: Albuquerque e Zapata (2010).

Boisier (1999), sendo um dos primeiros a escrever sobre o tema, já estabelecia os pilares da sustentação do hexágono de Albuquerque e Zapata em seus estudos sobre desenvolvimento endógeno quando estabeleceu os fatores imateriais, intangíveis ao desenvolvimento econômico que vieram a ser conceituados como capitais intangíveis.

2.2 Os capitais intangíveis

Em 1982, com a publicação de um pequeno livro pelo Instituto Latino-americano e Caribenho de Planejamento Econômico e Social intitulado “Política Econômica, Organização

Social e Desenvolvimento Regional” é escrito a primeira análise sobre fatores imateriais/intangíveis no processo de desenvolvimento, consolidando o chileno Sérgio Boisier como um dos maiores pensadores da América-Latina na temática do desenvolvimento regional. No Livro é feita a crítica à teoria clássica do desenvolvimento, questionando, além de uma inconsistência na equação onde o crescimento econômico se apresentava como sinônimo de desenvolvimento econômico; também uma indagação sobre se os fatores que desencadeiam o desenvolvimento não poderiam ser intangíveis: “era preciso a soma de outros fatores a visão econômica tradicional de desenvolvimento das regiões” (BOISIER, 1999, p. 41).

A partir da indagação sobre os fatores intangíveis do desenvolvimento, Boisier (1999) molda sua teoria sobre desenvolvimento. Ele arregimenta os fatores contemporâneos ligados a um processo real de desenvolvimento (meios, atores, instituições, procedimentos, cultura e inserção no meio ambiente) sugerindo outros como confiança, inteligência, interação, ou seja, um amplo conjunto de fatores ligados a cultura, identidade e organização de cada região que tem como objetivo explicar a razão pela qual alguns territórios ou regiões crescem e se desenvolvem mais rapidamente do que outros. Estes fatores são: “los capitales intangibles, un amplio conjunto de factores específicos que pueden ser agrupados em categorías relativamente homogêneas” (BOISIER, 2003. p.33).

Os fatores específicos do desenvolvimento das regiões são nove “capitais intangíveis” segundo Boisier (1999): capital econômico, capital psicossocial, capital cognitivo, capital cultural, capital simbólico, capital institucional, capital humano, capital cívico, capital social. Estes nove fatores devem estar presentes em um processo de desenvolvimento de uma região e que precisam ser harmonizados no processo por uma sinergia o qual denomina capital sinérgico.

O primeiro fator colocado por Boisier (1999) é o financeiro a quem denomina de “capital econômico”. Capital econômico (capital físico ou capital construído) é o estoque de recursos financeiros que, período a período, estão disponíveis para fins de investimento em cada região. Para Boisier a visão política com este capital é de grande importância:

Parece-me que a consideração mais importante em relação a este tipo de capital, do ponto de vista político, tem a ver com a crescente dissociação entre a matriz decisória que controla os fatores contemporâneos de crescimento territorial e a matriz socioeconômica desse mesmo território. Isso significa que os governos territoriais devem mudar completamente sua forma de agir perante o capital, a tecnologia, a demanda externa, o próprio governo nacional, etc. (BOISIER, 1999, p. 43).

Para Boisier (1999) este é uma forma de capital essencialmente exógeno na globalização, pois a relação com outros países faz com que haja a mobilidade deste capital segundo os interesses de quem o possui, e embora não haja controle sobre o capital financeiro, a política deve pelo menos ser capaz de influenciar as decisões sobre como utilizá-lo em seu favor (incentivos fiscais), e isso dever ser feito pois, o capital financeiro é um fator importante no crescimento econômico.

haveria situações concretas em que o capital econômico afluía de uma natureza endógena, presentes somente em certa localidade, e haveria outras situações em que o capital econômico seria cultivado pela implementação de uma extensão territorial imaginária como os incentivos fiscais generosos de um estado contrapondo a outro estado para atrair investimentos: “o crescimento econômico também é impulsionado por fatores imateriais e o desenvolvimento, por sua vez, exige uma base material do crescimento. (BOISIER, 1999, p. 43).

A segunda forma de capital corresponde ao “capital cognitivo” que no entendimento de Boisier (1999) seria a dotação de conhecimento científico e técnico disponível em uma comunidade. Segundo o autor era preciso desenvolver um conhecimento “endógeno” ligado à cultura e as tradições locais de uma região. Este conhecimento ou estoque de capital cognitivo deveria ser variado, mesclando os conhecimentos do próprio território (geografia, História, cultura) com conhecimentos técnicos (biologia, informática, matemática), conhecimentos tecnológicos já em circulação na sociedade externa a comunidade. Esta mescla do conhecimento externo a região com o conhecimento interno da região é importante na visão de Boisier (1999) porque o conhecimento do meio ambiente local poderia tanto dificultar quanto facilitar o processo de crescimento e desenvolvimento.

A habilidade cognitiva é capacidade de reorganização do cérebro possibilitando as sinapses a aprender algo com o fim de consolidar informações importantes e descartar outras menos importantes, no entanto essa habilidade precisa ser desenvolvida e quem a desenvolve é a educação escolar (VOSS, 2011). O estoque de informações importantes resulta no conhecimento, por isso uma diferenciação aos termos informação e conhecimento deve ser observado. O termo “informação” refere-se ao que é ‘relativamente cru’, específico e prático, enquanto que “conhecimento” se refere-se ao já cozido, ao pensamento processado e sistematizado” (BURKE, 2003, p. 17).

Stevens (1998) classifica as formas de conhecimento em dois tipos: o conhecimento pode ser codificado: aquele que pode ser reduzido à informação (*know-what, know-why*), ou também pode ser tácito que seria a capacitação do ser, como criatividade e discernimento (*know-how, know-who*).

Hasenclever e Zissimos (2006) estabelecem o conhecimento codificado como de fácil obtenção e transferência, já em relação ao conhecimento tácito asseveram:

o conhecimento tácito é adquirido por meio de exemplos ou de experiência direta. Se a hipótese utilizada for a de que o conhecimento tácito é mais bem transmitido e adquirido por meio do contato face a face entre agentes que dividem similaridades, tal tipo de conhecimento tende a ser localizado. Logo, ele pode servir de base para um nível diferenciado de inovação ou ser útil em situações de mudança repentina de cenário econômico e, neste caso, a proximidade geográfica importa. (HASENCLEVER; ZISSIMOS, 2006, p. 416)

Ante as contribuições de Boisier (1999), Stevens (1998) e Hasenclever e Zissimos (2006) pode se dizer que o capital cognitivo é perceptível quando há na localidade ou região a presença de instituições de conhecimento científico e técnico disponíveis ou quando ocorre “relações face a face” nestas mesmas localidades.

O terceiro tipo de capital apresentado por Boisier (1999) valoriza os estudos de Bourdieu (1993). Boisier (1999) citando Bourdieu (1993) entende que capital simbólico consiste “no poder de fazer as coisas com a palavra”, na capacidade de construir a realidade a partir da palavra. O que Boisier (1999) chama de poder da palavra, Bourdieu (1989) conceitua como poder simbólico, que é um poder de construção da realidade, que busca estabelecer sentido imediato de mundo por um processo de imposição arbitrária desta realidade chamado de violência simbólica. Essa violência simbólica, embora seja arbitrária, pois, decorre de uma relação de opressão física, intelectual ou de classe, não é reconhecida como tal por aquele que a recebe, sendo “um poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força” (BOURDIEU, 1984, p. 14).

Em resumo o capital simbólico é o poder de persuasão, o reconhecimento social de uma comunidade para com uma determinada pessoa ou grupo de pessoas, pela aceitação legítima e desconhecendo a dominação que lhe é empregada, para que essas pessoas possam se comunicar com terceiros em nome da comunidade. “O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, o poder de manter a ordem ou a de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronúncias” (BOURDIEU, 1989, p.15).

Também em Bourdieu (1989), encontra-se as proposições de Boisier (1999) para o capital cultural ou quarto fator de desenvolvimento.

“Bourdieu usava a expressão capital cultural para analisar situações de classe na sociedade. De certa forma o capital cultural serve para caracterizar subculturas de classe ou de setores de classe” (SILVA, 1995, p. 24). Nos primeiros estudos de Bourdieu (1989), ele, capital cultural, enfatizava a noção do saber escolar, na aprendizagem do aluno perante o ambiente

escolar. Era um fator de conjuntura social incorporado do contexto familiar (valores, crenças e conhecimentos) como subsídio ao sucesso do aluno na aprendizagem escolar demonstrando que o desempenho escolar não está associado aptidões naturais, mas sim a distribuição de capitais culturais que são desigualmente acumulados pelos indivíduos (SILVA FILHO; BARBOSA, 2015).

Para Bourdieu (1989) a transmissão do capital cultural é um mecanismo de hereditariedade social mascarada sob as aparências da hereditariedade biológica, pois em si, ele gera um benefício bem maior que o escolar, ele gera um benefício de mercado com lucros simbólicos e materiais e dá como exemplo o diploma escolar; certificado escolar reservado de elevado poder simbólico no meio social que dava credibilidade ao portador enquanto que a escola era dado o papel de valorização e perpetuação dessa credibilidade, dessa cultura fazendo que ela fosse dominante (cultura dominante).

Segundo Souza Filho *et al.* (2013) capital cultural diz respeito ao conhecimento, às habilidades e as informações detidas podendo ainda assumir três formas: incorporado (talentos dos indivíduo), objetivado (conseguido por bens culturais, obras de arte) ou sancionado por instituições (diplomas, títulos, cargos).

O capital cultural na visão de Boisier (1999) abrange duas leituras distintas da cultura.

A cultura enquanto o acervo de tradições, crenças, relações sociais, soma de comportamentos, valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas, modos de produção:

El capital cultural es el acervo de tradiciones, mitos y creencias, lenguaje, relaciones sociales, modos de producción y productos inmateriales (literatura, pintura, danza, música, etc.) y mate-riales, específicos a una determinada comunidad (por ejemplo, sólo los indígenas Kunasson capaces de fabricar las coloridas “molas” textiles del Archipiélago de San Blas, en Panamá (Boisier,1999, p. 45)

E a cultura enquanto conjunto de atitudes em desenvolvimento em um determinado contexto social, a cultura na qual Bourdieu (1989) chama de cultura dominante ou hereditariedade social que é gerada no meio de determinado ambiente social sem a resistência dos habitantes deste meio.

Quinto capital é o institucional, Boisier (1999) o descreve como o cadastro censitário das instituições públicas e privadas relevantes existentes na região.

Como es obvio, el capital institucional hace referencia, en primer lugar, al catastro censal de las instituciones públicas y privadas (relevante para los fines en discusión) existentes en la región; es el “mapa” institucional. Pero, más allá de la existencia y número de instituciones, el capital institucional variará de acuerdo a la contemporaneidad de las instituciones. Quiero decir que lo que realmente interesa es

un conjunto de atributos estructurales que, idealmente, deberían estar incorporados en las instituciones. ¿Cuáles son estos atributos? La capacidad para actuar y tomar decisiones velozmente, la flexibilidad organizacional, la propiedad de maleabilidad, la resiliencia del tejido institucional (no necesariamente de cada unidad), la virtualidad, esto es, la capacidad de entrar y salir de acuerdos virtuales, y sobre todo, la inteligencia organizacional, vale decir, la capacidad de monitorear el entorno mediante sensores y la capacidad de aprender de la propia experiencia de relacionamiento con el entorno (BOISIER, 1999, p. 46).

O capital institucional é entendido como a presença e interação das instituições e organizações públicas e privadas regionais, constituído pela administração pública municipal, representações locais, sindicatos, associações comerciais, indústrias e instituições de ensino. A sustentação desse capital apoia-se na cooperação entre os atores institucionais e os atores socioeconômicos locais, o que significa que quanto maior o nível de cooperação entre esses atores maior tende a ser a densidade do capital institucional (BOISIER, 2000; ANDRADE, 2015). Pode ser visto também como “o conjunto de recursos – confiança, normas e sistemas – capazes de promover a melhor utilização dos ativos econômicos pelos atores (instituições e organizações territoriais)” (ROCHA, 2010, p. 67).

Boisier (1999) dizia que o capital institucional tem seu valor não em função do número e tamanho das organizações ou do volume de regulamentações, mas pelo relacionamento interorganizacional prevalecente que é dado mais pelas relações existentes entre as organizações. “Quanto maior o índice de cooperação, maior o capital institucional”, (BOISIER, 1999). Boisier (1999) faz referência ao funcionamento do tecido institucional e organizacional (conjunto de normas e estruturas) como meios para elevar ou reduzir os custos de transação, dificultando ou facilitando o processo de crescimento e de desenvolvimento.

Segundo Andrade (2015) para verificação do capital institucional é essencial o “mapa institucional” da região/localidade/território, onde serão apresentadas informações das instituições ou organizações que dão apoio ao processo de desenvolvimento daquela região/localidade/território.

O sexto capital seria localizado em lugares precisos da constituição humana segundo Boisier (1999): os corações e as mentes das pessoas. Denominado de capital psicossocial, ele se refere aos sentimentos, emoções traduzidas na “autoconfiança”, fé no futuro, racionalidade e a “capacidade de renunciar à sua individualidade por um desejo maior de desenvolvimento de seu entorno”. “O ‘sentimento’, na ação social, remete às ideias de Habermas e Maturana, sobre a racionalidade comunicativa e a racionalidade conversacional respectivamente” (BOISIER, 1999, p. 47). Como diz Habermas, a ação comunicativa ocorre:

Na ação comunicativa, os participantes não estão orientados primeiramente para o seu próprio sucesso individual, eles buscam seus objetivos individuais respeitando a condição de que podem harmonizar seus planos de ação sobre as bases de uma definição comum de situação. Assim, a negociação da definição de situação é um elemento essencial do complemento interpretativo requerido pela ação comunicativa (1984, p. 285-286).

No Ministério da Saúde encontramos o conceito de desenvolvimento psicossocial: "Entende-se por desenvolvimento psicossocial a capacidade de aquisição progressiva do ser humano de interagir com seu meio ambiente" (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1993, p. 37).

Mcclelland (1961) buscava explicar os fatores de desenvolvimento econômico nos processos psicológicos, principalmente nos motivacionais, em seus estudos. A “motivação para realização” é a primeira destes fatores. Ela exprime o desejo de fazer “bem-feito” para obter um sentimento íntimo de realização pessoal.

A correlação entre motivação e desempenho já é estabelecida há algum tempo, a maioria dos autores considera a motivação humana como um processo psicológico estreitamente relacionado com o impulso ou com a tendência a realizar com persistência determinados comportamentos, e o comportamento é percebido como sendo provocado e guiado por metas da pessoa, que realiza um esforço para atingi-lo (TAMAYO; PASCHOAL, 2003). “Conhecer”, “sentir”, “motivar” e “encorajar” são palavras nas quais Boisier (1999) procura resumir o capital psicossocial.

O sétimo capital é chamado de capital humano. Ele se refere a um conceito desenvolvido por Gary Becker e que é acolhido por Boisier (1999). Becker parte da ideia de que deve haver investimento em educação para obter capital humano, ou o capital humano se materializa pela educação, logo, investimentos em educação contribuiriam para o crescimento econômico, pois melhorariam os rendimentos individuais e expandiriam os lucros das empresas pelo consumo e a capacidade de seus colaboradores em criarem produtos inovadores (MONTEIRO, 2016; BECKER, 1964).

A importância da educação no crescimento econômico consolidou-se com a teoria do capital humano ao enfatizar que os investimentos na qualificação profissional do trabalhador ampliariam sua capacidade produtiva e, conseqüentemente, promoveriam o progresso da economia (...) qualificação e o aperfeiçoamento profissional da população, provenientes dos aportes em educação, elevariam a produtividade da força de trabalho e expandiriam os lucros das firmas (SÁ; SILVA; SÁ, 2019, p.37).

Em Gorz (2005, p. 20-21) encontramos uma nova forma de obtenção e reprodução do capital humano não precisa da educação formal para se reproduzir, uma vez que se reproduz sozinho a partir de “uma cultura comum transmitida pela socialização primária e de saberes comuns”. Bontis (2001) discorda porque entende que mesmo no nível individual o Capital

Humano necessita da combinação de quatro fatores: herança genética; educação; expertise; experiências vividas, intelecto humano e conhecimento, logo, o capital humano não se reproduz sozinho emerge de um conjunto de competências difíceis de se obter que podem técnicas e comportamentais. Nestas competências de difícil obtenção são verificados conhecimentos, habilidades e atitudes. O conhecimento é explorado no capital cognitivo; a habilidade está relacionada à aplicação produtiva do conhecimento (uma ação), e a atitude é o exercício da habilidade de determinado conhecimento, (querer fazer) utilizando o potencial do intelecto humano como criatividade e inovação em sua plenitude (CARBONE, 2009; LEME, 2006; SILVA FILHO, 2011).

O oitavo capital, reconhecido por Boisier (1999) está no trabalho de Putnam (1993) sobre governos regionais na Itália. Putnam (2001) atribui ao capital social a eficiência e o progresso econômico de uma sociedade em relação a outra:

as redes de engajamento cívico promovem normas robustas de reciprocidade generalizada: farei isso por você agora, na expectativa de que, no futuro, você ou outra pessoa retribuirá o favor. "O capital social é semelhante ao que Tom Wolfe chamou de 'banco de favores' em seu romance, *The Bonfire of the Vanities*", observa o economista Robert Frank. Uma sociedade que depende da reciprocidade generalizada é mais eficiente do que uma sociedade desconfiada, pela mesma razão que o dinheiro é mais eficiente do que a troca. A confiança lubrifica a vida social. As redes de engajamento cívico também facilitam a coordenação e a comunicação e amplificam as informações sobre a confiabilidade de outras pessoas. Os alunos dos dilemas dos prisioneiros e jogos relacionados relatam que a cooperação é mais facilmente sustentada por meio da repetição do jogo. Quando a negociação econômica e política está embutida em densas redes de interação social, os incentivos para o oportunismo e a má-fé são reduzidos (PUTNAM, 2001).

Em termos simples, o capital social representa a predisposição à ajuda interpessoal baseada na confiança de que o "outro" responderá da mesma forma quando necessário (BOISIER, 1999). O capital social mantém a relação de cooperação e ações comunitárias de interesse comum vistas nos outros capitais e associada a um conjunto de fatores de natureza cultural, de confiança (BOISIER, 2000).

Coleman (1988) define capital social como "o componente do capital humano que permite aos membros de uma determinada sociedade confiar uns nos outros e cooperar na formação de novos grupos e associações". "Como outras formas de capital, o capital social é produtivo, tornando possível a realização de certos fins que não seriam alcançáveis em sua ausência". Ainda segundo o autor o capital social aumenta à medida que é usado e diminui pelo desuso, característica de quase todas as formas de "capital intangível".

O Quadro 1, apresenta principais conceitos de capital social, elaborado por Melo, Regis e Bellen (2015):

Quadro 1 - Conceito de capital social e seus principais autores.

Fonte	Conceito
Bourdieu (1980, p. 2, tradução nossa)	“O conjunto de recursos atuais ou potenciais que são colocados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas pelo convívio e pelo reconhecimento; ou, em outras palavras, ao pertencimento de um grupo, como um conjunto de agentes que não são apenas dotados de propriedades comuns (suscetíveis de serem percebidas pelo observador, por outros e por eles mesmos), mas são também unidos por laços permanentes e úteis”;
Coleman (1988, p. 98, tradução nossa)	“O capital social é definido por sua função. Ele não é uma entidade individual, mas uma variedade de diferentes entidades com dois elementos comuns: todas elas consistem em algum aspecto das estruturas sociais e elas facilitam certas ações dos atores – sejam pessoas ou atores corporativos – dentro da estrutura”;
Putnam (2002, p. 177)	“Características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”;
Fukuyama (1996, p. 41; 2000, p. 28)	“Uma capacidade que decorre da prevalência de confiança numa sociedade ou em certas partes dessa sociedade”; “um conjunto de valores ou normas informais, comuns aos membros de um grupo, que permitem a cooperação entre eles”;
Nahapiet e Ghoshal (1998, p. 243, tradução nossa)	“A soma dos recursos atuais ou potenciais imersos nas, disponíveis pelas, e derivados das redes de relacionamentos pertencentes a um indivíduo ou unidade social”.

Fonte: Melo, Regis e Bellen (2015).

O Nono Capital, o cívico, considera as práticas políticas democráticas, de confiança nas instituições públicas, de preocupação pessoal com república ou, como se poderia dizer, por negócios e assuntos públicos”, da associatividade entre as esferas pública e privada, da formação de redes de compromissos cívicos (BOISIER, 1999). O capital cívico também é associado a Putnam (2001) que ao tratar das redes de engajamento cívico mescla partes do capital cívico ao capital social.

A junção ou melhor a organização correta dos nove capitais leva a ocorrência do capital sinérgico que não o décimo capital, mas sim o resultado da capacidade da comunidade para articular seus diversos tipos de capital intangível. “É um estoque de magnitude determinada em qualquer território e tempo, que pode receber fluxos de energia que aumentam este estoque e do qual fluem outros fluxos de energia dirigidos a articular outras várias formas de capital”

(BOISIER, 2006, p. 187). O processo de desenvolvimento de uma região não ocorre pela mera existência de um ou outro capital intangível ou pela existência de todos os nove, mas sim pela combinação harmoniosa, articulada dos nove em um objetivo comum.

2.3 O emprego do desenvolvimento endógeno no Brasil: Arranjos produtivos locais (APL), Sistemas Agroalimentares Locais e o queijo artesanal.

As teorias sobre desenvolvimento local chegaram fortes na academia na década de 90 no Brasil pelas obras de autores como Marshal (1985) e Porter (1999) e surtiram interesse também no governo e na indústria Brasileira (MASCENA; FIGUEIREDO; BOAVENTURA, 2013). A partir de então vários estudos com foco em um conjunto específico de atividades econômicas espacialmente localizadas foram impulsionados no Brasil (LASTRES, 2007).

Segundo Fuini (2013), no início do século XXI, o Brasil traçou suas diretrizes de políticas públicas de desenvolvimento regional com a criação de grupos de trabalho sobre Arranjos Produtivos Locais em 2004.

Um APL pode ser definido como:

“uma concentração micro espacial de empresas que trabalham, direta e indiretamente, para o mesmo mercado final, que compartilham de valores e conhecimentos tão importantes que definem um ambiente cultural, e que são especificamente interligadas num mix de cooperação e de competição entre empresas e a existência de uma estrutura de apoio institucional, compreendendo instituições do setor público e do setor privado (agentes financeiros, universidades, instituições de pesquisa, centros tecnológicos, serviços de apoio especializado, etc.) (HADDAD, 2009, p.137).

Os grupos de trabalhos sobre APL eram compostos por instituições de pesquisa, universidades, ministérios, bancos públicos e privados e secretarias estaduais. Estes grupos de trabalho sobre APL garantiram a inclusão do tema desenvolvimento local nos planos plurianuais do governo federal nos períodos de 2004 a 2007 e 2008 a 2011 e posteriormente a descentralização das ferramentas de planejamento e financiamento para os níveis estaduais em programas específicos de fomento (FUINI, 2013).

Seguindo a ideia proposta pelas teorias de desenvolvimento local, ou endógeno, o APL foi pensado na procura do desenvolvimento por meio da sociedade local, esta sociedade formula e implementa seu programa, sua política, numa dinâmica de integração social e econômica de diversas pessoas ou empresas que trabalham, direta e indiretamente, para o mesmo mercado final compartilhando, além de bens, valores, conhecimentos e criatividade humana do território em que estão inseridos em uma interligação feita por cooperação e por competição em que os

elementos comuns são a confiança e colaboração (ANDRADE, 2015; BRITO; LEITE, 2008; CARDOSO, 2014; CASSIOLATO; LASTRES, 2003; HADDAD, 2002; SCHMITZ, 1997).

Um arranjo produtivo local, enumera Cardoso (2014) tem como características: 1) Dimensão territorial; 2) Diversidade de atividades e atores econômicos, políticos e sociais; 3) Conhecimento tácito; 4) Inovação e aprendizado interativos e 5) Governança.

Em relação ao grau ou estágio de desenvolvimento que se encontram, Castro (2009) e Cardoso (2014) classificam os arranjos produtivos em três níveis, incipiente, em desenvolvimento e desenvolvidos.

O estágio “Incipiente” designa o que está no início, no começo. Para Castro (2009) e Cardoso (2014), são os arranjos desarticulados, “carentes de lideranças legitimadas”, sem “integração entre as empresas, o poder público e a iniciativa privada”; e com “falta de visão mais ampla” não há centros de pesquisa ou de profissionalização que poderiam contribuir para elaborar/implementar novos processos produtivos. Ainda em Cardoso (2014) o estágio “Incipiente” tem como características: baixo desempenho empresarial; foco individual; isolamento entre empresas; ausência de interação do poder público; ausência de apoio/presença de entidade de classe; mercado local e atuação restrita e base produtiva mais simples.

Os arranjos “em desenvolvimento” como o nome mesmo sugere tem traços de desenvolvimento em local, território, município.

Atraem novas empresas e incentiva os empreendedores a investirem em competitividade, como condição para sua sobrevivência. Preocupam-se com os demais elos da cadeia produtiva, com impacto direto sobre a qualidade de seus produtos. As lideranças são mais capacitadas e legitimadas, organizando-se em entidades de classe, defendendo interesses regionais em vez de particulares. Apresentam uma incipiente integração entre o poder público e o empresarial (CARDOSO, 2014).

Os arranjos desenvolvidos, como o nome sugere, são completos, são arranjos produtivos cuja interdependência, articulação e vínculos consistentes resultam em interação, cooperação, aprendizagem e competição, possibilitando inovações de produtos, processos e formatos organizacionais e conseqüentemente gerando maior competitividade empresarial e capacitação social, uma vez que empresas e provedores de serviços passam a formar um conjunto integrado, atuando com objetivos e estratégias comuns, exercendo forte impacto sobre o território e sendo por este influenciado (CARDOSO, 2014; CASSIOLATO; LASTRES, 2003; REDESIST, 2004).

O APL é um modelo de arranjo empresarial, esta característica ocorre pela sua diversidade de atividades e atores econômicos quase sempre ligados a empresas. Na literatura

outros termos relacionados aos Arranjos Empresariais são apresentados. *Clusters*, Redes de Empresas, Cooperativas, Cadeia Produtiva ou *Filière*, Cadeia de Suprimentos ou *Supply Chain*, Condomínio Industrial e Consórcio Modular são os mais conhecidos, mas na dinâmica do desenvolvimento local outro muito importante aglomerado que merece destaque são os Sistemas Agroalimentares Localizados (SAL) (BRITO; LEITE, 2008). Um sistema que representa uma derivação de abordagem das aglomerações produtivas do campo urbano para o rural. O SAL reflete ativos específicos próprios às áreas rurais de uma região.

O território condiciona o funcionamento dos SAL por disponibilizar os ativos específicos (ou externalidades) de que se valem os seus agentes. Representando a territorialidade, esses ativos são essenciais às atividades produtivas dos SAL e, mostrando-se imbricados com os componentes sociais e culturais da área, são inseparáveis da história local. Configuram ativos específicos os recursos colocados em relevo na maioria dos estudos sobre aglomerações produtivas especializadas, como o conhecimento tácito difundido localmente (ativo específico de tipo cognitivo, com influência nas inovações), a identidade sócio-cultural (vinculada ao passado comum dos agentes e fonte de confiança e de encorajamento à ação. Constituem ilustrações o conhecimento sobre a transformação de produtos de origem rural, peculiar a uma área e compartilhado localmente, e a proximidade dos consumidores em relação ao produto alimentar, fruto de apreciação e valorização baseadas no reconhecimento da qualidade (LINS, 2006, p.316).

Esse sistema envolve os mercados de agricultores locais, produtos heterogêneos e cadeias agroalimentares curtas, nas quais os agricultores além de produzir, também podem desempenhar funções de marketing, armazenamento, embalagem, transporte e distribuição. A definição de SAL na literatura é amplo, designa tanto iniciativas de valorização territorial (indicação geográfica, selos de garantia de origem), como em parcerias entre produtores e consumidores na venda direta de uma comida de conceito geográfico local que relaciona consumidores e produtores de alimentos (MARTINEZ, *et al.*, 2010).

Para Souza, Fornazier e Delgrossi (2020) o sistema agroalimentar local é uma agricultura de base familiar que consiste em uma estrutura onde os alimentos são produzidos, processados e comercializados dentro de uma área geográfica definida. SAL também podem ser definidos como:

Concentrações locais de pequenas empresas de transformação agroalimentar, orientadas frequentemente, para a fabricação de produtos cuja qualidade é ligada originalmente ao território. São baseados nos ativos específicos e recursos comuns à disposição dos atores desses sistemas, de diversas ordens, realizando uma produção coletiva de bens privados e públicos, com a possibilidade de se identificar tais sistemas, ao mesmo tempo, em diversos países (AMBROSINI, *et. al.*, 2008).

Muitas características de estudos sobre os sistemas agroalimentares locais como

valorização de conhecimentos não-transferíveis, a relação de trabalho, os “saber-fazer” dos indivíduos e das empresas fundada em uma história comum, a reprodução de conhecimentos e práticas, identidade social, normas e os modos de regulação e filiação do consumidor por uma suposta qualidade podem ser verificadas na produção dos queijos artesanais mineiros (MUCHNIK, 2002 apud PECQUEUR, 2005). Segundo Menezes:

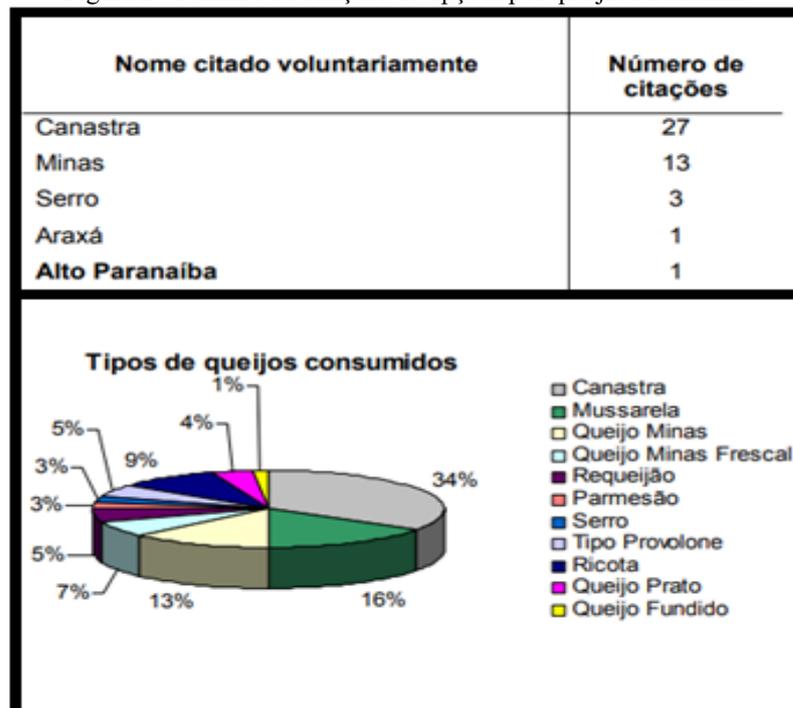
A mitologia em torno do produto queijo é, no entanto, fator importante na construção identitária da região e, assim, deve ser respeitada como construção cultural popular. Para os habitantes do território do queijo artesanal de Minas, essas interpretações tradicionais da história econômica colonial são fundamentos de valores e de conhecimentos que lhes motivam e lhes dão lugar na história da região (MENEZES, 2006, p. 20).

No Brasil um estudo amostral realizado por alunos do curso de Medicina Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais realizado em 2003 no Mercado Central de Belo Horizonte, e apresentado por Menezes (2006) em sua obra, permite verificar pontos como a qualidade do produto nas preferências e exigências do consumidor belorizontino de laticínios.

De uma amostra aleatória de 50 consumidores entrevistados no Mercado: 26% exigem a informação sobre a propriedade de origem do produto na escolha para consumo; 34% exigem o queijo artesanal de Minas e citam a origem de sua preferência (MENEZES, 2006).

No mesmo estudo foi verificada clara preferência do consumidor pelo queijo artesanal canastra em comparação com outros queijos (Figura 2).

Figura 2 - Número de citações de opções por queijos Artesanais.



Fonte: MENEZES, 2006.

Além da preferência junto ao consumidor o queijo enquanto produto artesanal sempre teve sua importância junto a economia das regiões interioranas. A produção de queijo artesanal é uma atividade tradicional de diversas famílias rurais (ao lado do gado leiteiro), em diferentes municípios, com objetivo de aferir uma renda, uma subsistência as famílias (PIRES, 2013).

A temática dos alimentos na econômica já algum tempo é conhecido pelos estudos de Feenstra (1997). Ela avaliou as estratégias e iniciativas no campo teórico e prático para promoção e desenvolvimento de sistemas baseados em estruturas locais de produção e consumo.

O queijo artesanal canastra pelo destaque que tem obtido na mídia devido a suas premiações internacionais em concursos de queijo (G1,2015) e iniciativas locais para agregar valor ao produto através de selos de indicação geográfica o coloca como um produto que pode dinamizar o desenvolvimento da localidade onde é produzido apresentando-se como uma alternativa ao processo competitivo da indústria:

A massificação e a uniformização generalizada dos alimentos que o mercado impôs, contrapõe-se, atualmente, com a crescente orientação da procura pelos consumidores por produtos diferenciados. Diante desse quadro, o consumidor passou a buscar e a privilegiar a qualidade presente nos alimentos tradicionais. A busca por essa qualidade é tanto por uma questão de saúde, como também, pela qualidade simbólica presente nesses alimentos, como tradição, origens e raízes, pois esses alimentos trazem arraigados na sua constituição a história particular de uma comunidade, de um território, de um grupo ou de uma região que o fizeram como únicos (ZUIN; ZUIN, 2008, p. 111).

A aferição da organização produtiva em seu entorno bem como os fatores intangíveis específicos desta organização na promoção do desenvolvimento é uma métrica a ser buscada na presente pesquisa.

3 METODOLOGIA

Neste tópico, metodologia, foi feita uma divisão em subtópicos nos quais são tratados o tipo de pesquisa e as fases da pesquisa. Dentro das fases da pesquisa foi determinado foi caracterizado a área de estudo e o objeto de estudo e a população com sua amostragem.

3.1 Tipo de pesquisa

Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada (segundo o decreto 5.789/2006 que regula os incentivos fiscais às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento, a pesquisa aplicada objetiva adquirir novos conhecimentos, com vistas ao desenvolvimento ou aprimoramento de produtos, processos e sistemas).

Sua abordagem é quanti-qualitativa, uma vez que traz dados quantificáveis no questionário adaptado e ao mesmo tempo complementa estes dados mensurando opiniões obtidas nas entrevistas.

O método utilizado foi estudo de caso, uma vez que se adequa melhor ao estudo proposto onde não se conhecia ao certo a organização produtiva dos municípios selecionados. Segundo Yin (2009) o estudo de caso é aplicado com o objetivo de compreender os diferentes fenômenos sociais, em que não há uma definição substancial sobre os limites entre o fenômeno e o contexto e quando se colocam questões do tipo “como” e “por que” normalmente associados a situações onde o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos ou quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real. Ainda segundo Yin (2005) a preferência pelo uso do estudo de caso deve ser no estudo de eventos contemporâneos, em situações onde os comportamentos relevantes não podem ser manipulados, mas onde é possível se fazer observações diretas e entrevistas sistemáticas.

3.2 Processo de execução do estudo de caso nesta pesquisa

Nesta seção, descreveu-se as fases do estudo de caso executados nesta pesquisa.

3.2.1 Fase 1: Definição e planejamento (Delineamento/Desenho da Pesquisa)

Nesta fase, foi definido o tema, o público-alvo e o método de pesquisa estudado, em seguida, buscando fundamentar o estudo foi realizado o levantamento do referencial teórico, apresentado no capítulo 3.

Ainda no processo de definição e planejamento foi projetado o protocolo de coleta de dados a fim de se alcançar os objetivos específicos traçados.

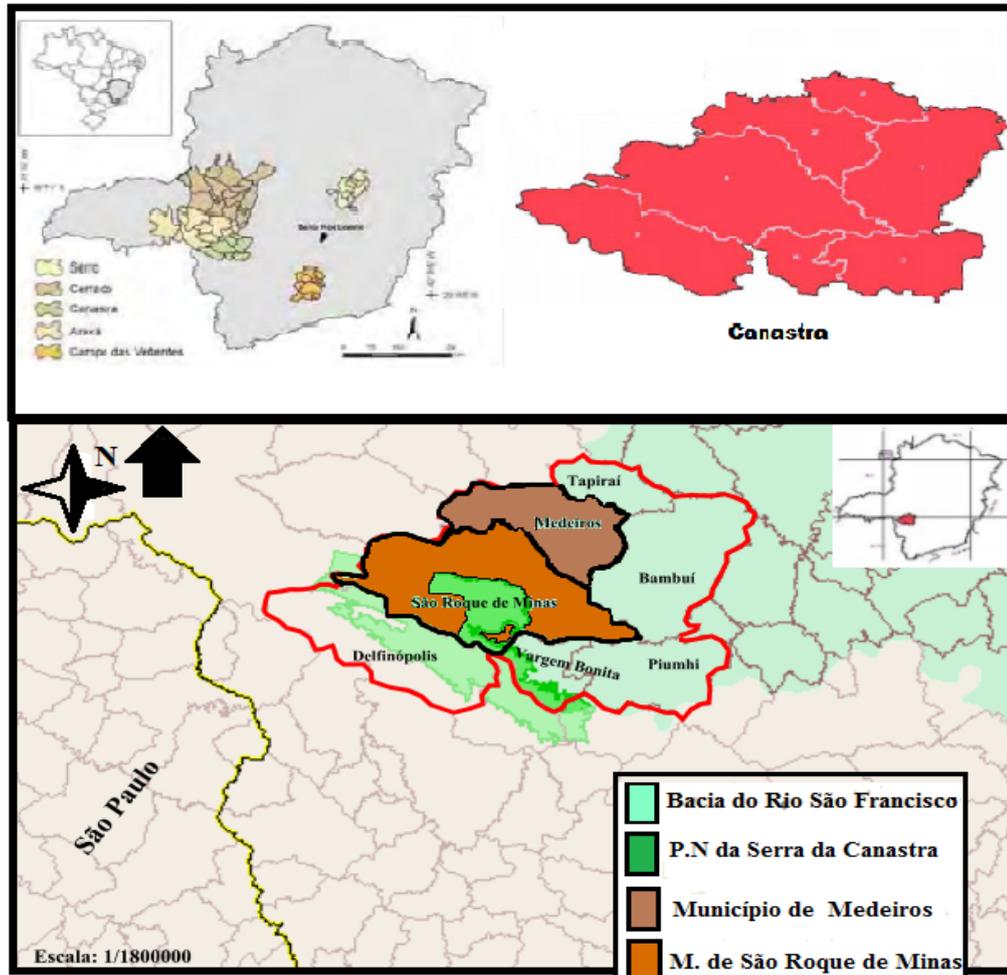
3.2.1.1. Caracterização da área de estudo e do objeto de análise

A produção queijeira da região da Canastra foi definida como objeto da pesquisa devido ao seu certificado com patrimônio imaterial, por sua preferência no consumo de queijos e as diversas premiações que recebe e amplamente divulgado na mídia atestando a qualidade de seus queijos.

A região da canastra está localizada no sudoeste do Estado de Minas Gerais, limita ao norte com a região do Triângulo Mineiro ao sul com a região do Lago de Furnas e a oeste com a região centro-oeste de Minas. Suas coordenadas apontam para 47° 30' de longitude Oeste, 45° 30' de longitude Leste, 19° 45' a 20° 34' de latitude Sul. A Canastra e as microrregiões do Serro e do Salitre, segundo o parecer nº 141/2021/COTEC IPHAN-MG/IPHAN-MG (ANEXO II), são regiões de Minas Gerais que tiveram o *Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas* reconhecido como Patrimônio Cultural do Brasil, inscrito no Livro de Registro dos Saberes em 13 de junho de 2008 e desde então vem ganhando destaque na produção de queijos artesanais. A Região foi composta por sete municípios, até 2018, Bambuí, Delfinópolis, Medeiros, Piumhi, São Roque de Minas, Vargem Bonita e Tapiraí, apresentados na Figura 3. A Portaria IMA nº1810, de 24 de abril de 2018, acrescenta a cidade Córrego D'anta como a oitava cidade da microrregião Canastra (MINAS GERAIS, 2018).

Como não seria possível desenvolver o objetivo geral da pesquisa em todos os municípios por questões como o prazo e recursos opta-se por caracterizar Medeiros e São Roque de Minas como área de estudo, pois, foram estes municípios os que mais se destacaram nos levantamentos feitos na internet principalmente com a divulgação de eventos voltados ao queijo Canastra (feira gastronômica) e premiação de seus queijos com divulgação na mídia ou nos sites de notícias.

Figura 3 - Região da Canastra e Medeiros e São Roque de Minas.



Fonte: Adaptado pelo autor Netto (2011).

O município de Medeiros, denominação dada pelo Decreto Estadual nº 148, de 17-12-1938, foi criado com território desmembrado do distrito sede do município de Bambuí, porém só foi elevado à categoria de município com a denominação de Medeiros, pela Lei Estadual nº 2764, de 30-12-1962, desmembrado de Bambuí. Instalado em 01-03-1963. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é uma região de 946,437 Km², com população estimada em 3.832 pessoas, com Índice de Desenvolvimento Humano de 0,711, PIB per capita de R\$ 33.119,75. A pecuária é a principal atividade econômica, responde por 70% (IBGE, 2017). A pecuária leiteira se destaca pela produção e qualidade do queijo minas artesanal, que são exportados para outros Estados. As queijarias são frequentadas por turistas que podem acompanhar toda a produção do queijo. A depender da época ele ainda pode participar da gastronomia a base de queijo da canastra na feira gastronômica do município (PREFEITURA MUNICIPAL DE MEDEIROS, 2020; IBGE, 2010; IBGE, 2017).

O município de São Roque de Minas por sua vez foi criado pela Lei Estadual nº 2, de 14 de setembro de 1891, pertencente ao Município de Piumhi, desmembrado em 1962 chama-

se São Roque de Minas para diferenciar-se do município paulista de São Roque. A cultura de São Roque de Minas tem forte ligação com o queijo artesanal canastra e seu “modo de fazer” patrimônio imaterial produzido há mais de 200 anos na região pelos colonizadores portugueses (PREFEITURA DE SÃO ROQUE DE MINAS, 2020). A população estimada do município é de em 7.076 pessoas, com Índice de Desenvolvimento Humano de 0,672 e PIB per capita de R\$ 29.238,25 e a economia tem base na pecuária e na cultura do café segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

3.2.1.2 População e amostras na coleta de dados

Dando seguimento no protocolo de coleta de dados buscou-se o universo de estudo ou população alvo que seriam os agentes locais que dinamizam o desenvolvimento nos municípios e as instituições que o apoiam.

Pelos dados levantados na internet e dedução lógica ou observação direta de que queijo é um dos principais vetores da economia naquela região, os produtores de queijo artesanal devem ser colocados com agentes locais de desenvolvimento.

Os empreendedores de um município, normalmente chamados de comerciantes são frequentemente associados ao desenvolvimento de uma localidade e, portanto, também integram a população.

Logo, a opção foi analisar estes grupos: os produtores/fabricantes do queijo artesanal canastra como agentes locais ligados diretamente a matéria prima que dinamiza a economia da região e os empreendedores/comerciantes ligados indiretamente a esta atividade nos municípios de Medeiros e São Roque de Minas.

Conhecendo as instituições presentes nos municípios pelo “mapa institucional” pesquisou-se junto aos selecionados no mapa institucional aquela que melhor conhece o ambiente rural e aquela instituição que melhor conhece o ambiente urbano, chegando à conclusão de que seria as prefeituras municipais de Medeiros e São Roque de Minas no ambiente urbano e a EMATER presente no município de Medeiros e a EMATER presente no município de São Roque de Minas.

Junto a EMATER de Medeiros foi obtido uma estimativa de quantos produtores de queijo artesanal canastra estavam presentes no município de Medeiros de modo que foi considerado a existência de 484 produtores aproximadamente. Em relação ao número de empreendedores /comerciantes o número foi pelos alvarás de funcionamento emitidos na respectiva prefeitura municipal que os estimou em 476 empreendedores.

No município de São Roque de Minas somente os números de empreendedores comerciantes/prestadores de serviços/indústria cadastrados na Prefeitura Municipal estimado em 612 empreendimentos.

Com as informações da população obtidas foi realizado a amostragem estratificada dos grupos pela fórmula da Figura 4.

Figura 4 - Fórmula do cálculo da Amostra.

$$n = \frac{N \cdot \hat{p} \cdot \hat{q} \cdot (Z_{\alpha/2})^2}{\hat{p} \cdot \hat{q} \cdot (Z_{\alpha/2})^2 + (N - 1) \cdot E^2}$$

Fonte: Bolfarine (2005).

Sendo:

n = tamanho da amostra

nível de confiança = 90% → z = 1,645

p = proporção de produtores que responderam o questionário = 99,9% = 0,999

q = proporção de produtores que não responderam o questionário = 0,1% = 0,001

E = margem de erro = 2% = 0,02

N = tamanho da população

A partir dessa fórmula foi calculada a amostra por seguimento pesquisado. O cálculo está demonstrado no Quadro 2.

Quadro 2 - Cálculo da amostra por seguimento.

Produtores Queijeiros M (N₁ = 484 queijeiros)
$n_1 = [(1,645^2) \times 0,999 \times 0,001 \times 484] / [(0,999 \times 0,001 \times (1,645^2)) + (483 \times (0,02^2))] =$ 6,678 queijeiros
Medeiros = 7 produtores queijeiros
Comerciantes/Empreendedores M (N₂= 476 comerciantes)
$n_2 = [(1,645^2) \times 0,999 \times 0,001 \times 476] / [(0,999 \times 0,001 \times (1,645^2)) + (475 \times (0,02^2))] =$ 6,674 comerciantes
Medeiros = 7 comerciantes/empreendedores
Produtores Queijeiros SRM (queijeiros)
Para os produtores queijeiros de São Roque de Minas não foi obtido estimativa
Comerciantes/Empreendedores SRM (N₂= 476 comerciantes)
$n_2 = [(1,645^2) \times 0,999 \times 0,001 \times 612] / [(0,999 \times 0,001 \times (1,645^2)) + (611 \times (0,02^2))] = 6,74$ comerciantes
São Roque de Minas = 7 comerciantes/empreendedores

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados obtidos da APROCAME, EMATER, Prefeituras e aplicada a fórmula constante na Figura 4.

Com nível de confiança de 90% chegou-se a 14 entrevistados como amostra no município de Medeiros sendo: 07 comerciantes/empreendedores; e 07 fabricantes/produtores de queijo artesanal.

Ante a inexistência do real ou estimado número de fabricantes/produtores queijeiros artesanais no município de São Roque de Minas a solução foi uma amostragem não probabilística com os mesmos números obtidos nos grupos do município de Medeiros dos e comerciantes/empreendedores do município de São Roque de Minas. Conforme se verifica pela quadro 05 a média de entrevistados foi 07 (sete), logo, a amostragem de produtores queijeiros adotada foi 07 (sete) e o total de entrevistados em São Roque de Minas foi 14 (quatorze), considerando produtores queijeiros e comerciantes.

3.2.1.3 Protocolo de coleta de dados

Considerando-se o objetivo geral e os específicos, foi definido o protocolo de coleta de dados.

Yin (2001) destaca que na coleta de dados (fase 02), os procedimentos devem contemplar múltiplas fontes de evidências para corroborar a validade do constructo, portanto, para não limitar a pesquisa a somente o questionário, opta por outros instrumentos.

Iniciou-se a preparação e o protocolo de coleta de dados, tendo em vista a área de estudo e população foram pensados na preparação tendo como base a produção queijeira artesanal e no referencial teórico obtido mais as informações sites.

Na tentativa de corroborar com a validade do constructo, conforme proposto por Yin (2001), foram empregadas várias fontes, uma para cada objeto específico. O Quadro 3 representa essa tentativa; nele é detalhado a divisão de objetos, os procedimentos de coleta de dados e a fonte dos dados obtidos.

Quadro 3 - Protocolo de coleta de dados

Objetivos	Procedimento de coleta de dado		Fonte de dados	
Identificar as instituições locais da região da canastra que dão apoio a fabricação do queijo canastra de forma artesanal e formular o mapa institucional Identificar as instituições públicas e privadas de apoio existentes nos municípios de Medeiros e São Roque de Minas e formular mapa institucional (instituição de apoio);	Pesquisa documental	Observação direta	Dados da internet	
Identificar os agentes locais que dão impulso ao desenvolvimento da região.	Pesquisa documental	Entrevistas	Instituições de pesquisa do ambiente rural	Instituições de pesquisa do ambiente urbano
Identificar os capitais intangíveis no seguimento queijeiro	Formulário adaptado		Resultado dos anteriores	
	Entrevista			
	Observação direta			

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Após a definição de quais instrumentos utilizar, estabeleceu-se que a pesquisa da internet seria feita no site de busca *GOOGLE* e na base de dados da *CAPES*. As entrevistas, teria como público-alvo os agentes de apoio, e poderiam ser gravadas, com a autorização do pesquisador.

Em seguida, buscou-se um questionário que traduzisse os objetivos do estudo, sendo escolhido um instrumento de coleta de dados criado pelo do Banco Mundial: o formulário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS), que foi adaptado para abranger além do capital social os outros 08 capitais intangíveis encontrados na literatura de Boisier. As versões finais para o produtor e para o comerciante, estão nos apêndices respectivamente. O formulário dos comerciantes empreendedores contém 17 questões e o formulário dos produtores queijeiros artesanais 16, sendo que o original contava com 37 questões, e sobre as 37 foi realizado um pré-teste com 03(três) produtores queijeiros para verificar o tempo de resposta e se as questões eram facilmente compreendidas. Após a aplicação identificou-se um tempo muito grande de resposta e algumas questões se mostraram complexas ao entendimento do produtor demonstrando necessidade das alterações que limitou o formulário às 16 representadas no

apêndice estruturada formato de Escala do Tipo Likert de 5 pontos sendo 01 para inexistente, ou seja, nenhuma participação; 02 para muito pouco participativa; 03 para regular; 04 para participativa e 05 para muito participativa.

3.2.2 Fase 2: Condução da Pesquisa (Preparação, Coleta e Análise)

Seguindo o protocolo de coleta de dados a primeira coisa feita na pesquisa foi a busca de instituições locais da região da canastra que colaboram com a fabricação do queijo canastra no seu modo artesanal. Neste processo foi feito uma mescla em sites de busca como o *google*, e em artigos e teses acadêmicas pertencentes na CAPES em seus periódicos.

Para nortear esta pesquisa, tendo em vista, as obras de Boisier (1999) e Andrade (2015) foram os descritores: “organização ou instituição públicas e privadas” presentes na região canastra. Para isso foi feito uma separação com os termos ‘administração pública municipal, representações locais, sindicatos, associações comerciais, indústrias e instituições de ensino’ sendo usado em todos um termo de referência que foi “região da Canastra” como bem demonstra o quadro desenvolvido após as buscas e juntado abaixo. Afinal foi obtido o mapa institucional.

Antes de aplicar o formulário foi realizado um pré-teste com 03(três) produtores queijeiros para verificar o tempo de resposta e se as questões são facilmente compreendidas. Após a aplicação identificou-se a necessidade de novas alterações foi quando limitou as 16/17 questões, pois a original contava com 37 questões sendo algumas não compreendidas pelo entrevistado.

Em seguida, passou-se para a etapa da coleta de dados que foi estruturada, não disfarçada, aplicada por meio eletrônico, através de um questionário autoaplicável desenvolvido no *Google Forms*, que foi disponibilizado para os respondentes de forma *on-line*.

3.2.3 Fase 3: Análise dos dados coletados e discussão para os resultados

Entrando na fase 03 da metodologia estabelecida no tópico 03, deu-se início as discussões.

Na fase de discussões é importante lembrar, como bem ressalta Silva e Fossá (2015) que os dados advêm de uma pesquisa de abordagem também qualitativa, logo, precisam ser analisados, de forma diferente dos dados provenientes de estudos de abordagem apenas quantitativa que se vale de softwares estatísticos, testes de hipóteses, estatística descritiva.

3.2.3.1 Procedimento de análise de dados

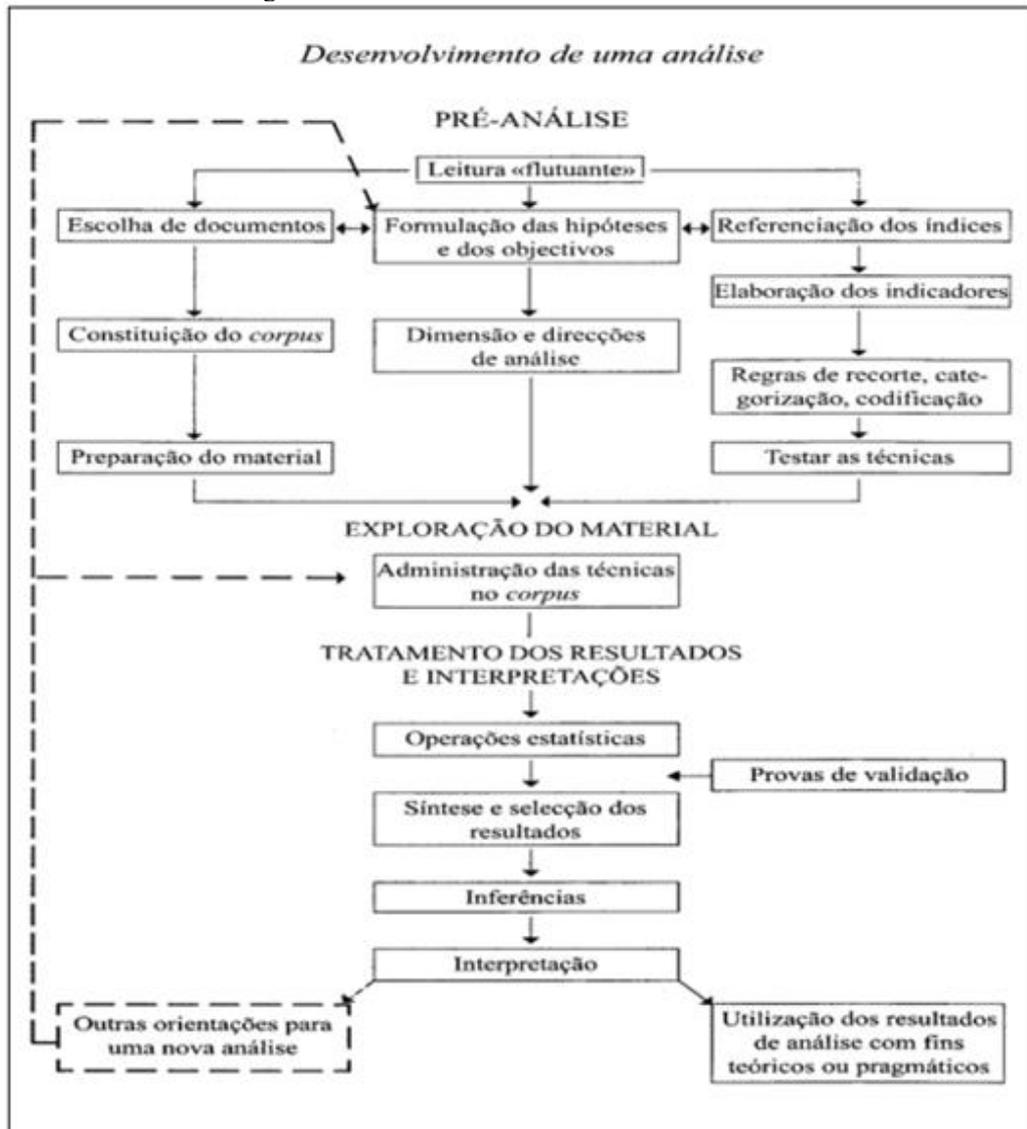
Com a missão de equilibrar a verificação dos capitais intangíveis pelos métodos de pesquisa utilizados - formulários, entrevistas estruturadas e observação direta - sem falsear os resultados obtidos nesta pesquisa emprega-se a análise de conteúdo. Técnica que analisa o que foi dito nas entrevistas ou observado pelo pesquisador. A análise do material coletado é feita em temas ou categorias que auxiliam na compreensão (SILVA; FOSSÁ, 2015).

Segundo Silva e Fossá (2015) análise de conteúdo é “um conjunto de instrumentos metodológicos, em constante aperfeiçoamento, que se presta a analisar diferentes fontes de conteúdo”, na interpretação, ela transita entre o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade. Para Bardin (2011), análise de conteúdo designa:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 47).

A análise dos conteúdos foi definida a partir do esquema proposto por Bardin (1977) e sintetizado por Silva e Possá (2015). A Figura 5 demonstra o fluxograma dado por Bardin (1977) para a discussão de resultados.

Figura 5 - Desenvolvimento da análise de conteúdo.



Fonte: Bardin (1977).

O procedimento adotado por Bardin (1977) foi seguido na pesquisa, mas com alterações ao caso prático almejado. As alterações foram ao encontro da síntese de Silva e Fossá (2015) sobre desenvolvimento da análise de conteúdo apresentada no quadro 4.

Quadro 4 - Etapas da análise de conteúdo.

1. Leitura geral do material coletado (entrevistas e documentos).
2. Codificação para formulação de categorias de análise, utilizando o quadro referencial teórico e as indicações trazidas pela leitura geral.
3. Recorte do material, em unidades de registro (palavras, frases, parágrafos) comparáveis e com o mesmo conteúdo semântico;
4. Estabelecimento de categorias que se diferenciam, tematicamente, nas unidades de registro.
5. agrupamento das unidades de registro em categorias comuns.
6. agrupamento progressivo das categorias (iniciais → intermediárias → finais).
7. inferência e interpretação, respaldadas no referencial teórico.

Fonte: Silva e Fossá (2015).

Diante dos apontamentos de Bardin (1977) e Silva e Fossá (2015) definiu o procedimento de análise para a pesquisa conforme o Quadro 5.

Quadro 5 - Procedimento de análise para a pesquisa

Capital intangível	Referencial teórico	Questões do Formulário Adaptado	Entrevista	Observação Direta
Capital econômico		-----		
Capital cultural		16,17		
Capital cognitivo		06,14		
Capital humano		05		
Capital psicossocial		14 (e), (g) e (t)		
Capital simbólico		14 (n),		
Capital social		11,12,13,14(c), (d)		
Capital cívico		09, 14(h) (o), (r)15		
Capital institucional	Informação sobre cada Instituição	07,08 e afirmativas da questão 14		
Mapa Institucional	Mapa Institucional			

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Salienta-se que o capital Institucional tem procedimento diferente, pois analisa os trabalhos das Instituições para a formulação do quadro geral, logo, as informações sobre as instituições do “mapa institucional” devem ser pontuadas no procedimento.

A análise preliminar dos dados da pesquisa de dados da internet seguiu o agrupamento progressivo de Bardin (2011). Diante das informações no agrupamento progressivo inicial, deu-se início a elaboração o “mapa” institucional com o auxílio do parecer técnico 141 do IPHAN (ANEXO I). Foram excluídas informações sobre algumas prefeituras da Região da Canastra que não contam com associações de participação direta na produção ou organização produtiva do queijo artesanal canastra restando somente dois municípios: Medeiros e São Roque de Minas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo apresenta os resultados e discussões sobre este estudo.

Inicialmente, foi elaborado o mapa institucional a partir das análises do levantamento dos dados (pesquisa documental com reportagens, teses/ dissertações, artigos entre outros) sobre as instituições de apoio da região dos municípios estudados. Neste mapa institucional foi colocado todas as informações das instituições públicas e privadas presentes nos municípios de Medeiros e São Roque de Minas e somente depois foi apresentado cada capital observado nos dois Municípios.

4.1 Mapa Institucional

O “mapa institucional” formulado apresenta os dados das instituições encontradas nas pesquisas com a exclusão das prefeituras da Região da Canastra que não tinham realizado eventos voltados a produção queijeira ou não tinham participação direta na organização produtiva do queijo artesanal canastra conforme detalhado na metodologia, e é claro confirmando a limitação da área de estudo aos municípios de Medeiros e São Roque de Minas e suas prefeituras.

As instituições selecionadas foram as prefeituras de Medeiros e São Roque de Minas, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER) como representantes do setor público (o IMA não foi escolhido porque em algumas dissertações ele era considerado uma instituição exógena e nas demais, mista endógena e exógena) e a Associação dos Produtores de Queijo Canastra (APROCAN) e a Associação dos produtores do queijo canastra de Medeiros (APROCAME) entre outras associações como representantes do setor privado.

No Quadro 6 é apresentado o mapa institucional com estas instituições que segundo a pesquisa representam o sistema produtivo dos municípios.

Quadro 6 - Mapa Institucional.

Termo de referência	Site de busca: google	Artigos e Teses CAPES	Instituições Canastra
região da Canastra e (...) Administração pública municipal	Prefeitura Municipal de Bambuí, Prefeitura de Delfinópolis, Prefeitura de Medeiros; Prefeitura de Tapiraí, Prefeitura de São Roque de Minas		PREFEITURA DE MEDEIROS; PREFEITURA DE SÃO ROQUE DE MINAS
região da Canastra e (...) representações locais	Parque da Canastra; queijo artesanal canastra, ICMBio, APROCAN	APROCAN	APROCAN
região da Canastra e (...) Sindicatos	Informações Aleatórias		
região da Canastra e (...) Associações	APROCAN; APROCAME, EMATER, artigos, dissertações/informações difusas	APROCAN, APROCAME	APROCAME
região da Canastra e (...) Associação Comercial e Industrial	Informações Aleatórias	ACE	ACE São Roque de Minas
região da Canastra e (...) Instituição de Pesquisa, extensão e ensino	IFMG, EMBRAPA, ICMBio, Parque Nacional da Serra da Canastra, EMATER, IMA	Indicação Geográfica, IMA, EMATER, INPI	EMATER; IFMG

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

As informações sobre cada instituição presente no “mapa institucional”, ou seja, as características de cada entidade que são relevantes para o seguimento queijeiro dos municípios são apresentadas uma a uma buscando verificar suas interações umas com as outras.

A análise começa pelas instituições públicas municipais, no caso as prefeituras. As Prefeituras municipais das cidades de Medeiros e São Roque de Minas são entes autônomos da federação. No Brasil a federação é composta pela União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios. As prefeituras municipais são pessoas jurídicas de direito interno que civilmente dão materialidade aos direitos e obrigações dos municípios.

Na organização produtiva que ocorre em torno do queijo artesanal da região da canastra, merece destaque na atuação das prefeituras municipais de Medeiros e São Roque de Minas a

organização das feiras gastronômicas do queijo canastra e o recente projeto SIM (Serviço de Inspeção Municipal).

Nas feiras gastronômicas do queijo artesanal canastra, o município de Medeiros tem atuação de destaque. A prefeitura municipal de Medeiros com o chef de gastronomia e o professor João Batista Villas Boas Simoncini e o representante técnico da EMATER foram pioneiros com este projeto em execução desde 2014 que atrai turistas de municípios vizinhos em Minas Gerais e até turistas de outros estados, sendo estes turistas potenciais consumidores do produto. A feira gastronômica é considerada um importante meio de comercialização, divulgação e valorização do queijo artesanal canastra. Outra contribuição da prefeitura de Medeiros que merece menção, principalmente na questão histórica do município e do produto queijo artesanal foi o museu do queijo, cuja proposta é de que ele seja uma referência na cultura da fabricação do queijo na região (PREFEITURA DE MEDEIROS, 2016; SIMONCINI, 2017).

Ante a estes apontamentos observa-se uma boa interação ou cooperação da prefeitura de Medeiros com a EMATER.

Em relação ao projeto SIM merece destaque a atuação da prefeitura municipal de São Roque de Minas que foi pioneira na sua execução. Trata-se de um grande apoio do município que descentraliza a inspeção sanitária da esfera federal para o serviço de Inspeção Municipal de cada município.

O projeto SIM de São Roque de Minas, assim como o e o “SIM consórcio” que será um coletivo de municípios são decretos, leis complementares municipais da Região da Canastra que entre seus objetivos buscam retirar as amarras das leis federais e estaduais que impliquem em obstáculos a fabricação tradicional e a comercialização do queijo artesanal canastra pelos produtores familiares (micro e pequenos produtores) que compõe a base desta atividade (PREFEITURA DE SÃO ROQUE DE MINAS, 2021).

O projeto SIM, que se encontra em execução em São Roque de Minas, já no art.4º, inciso I da lei complementar nº144/2017 do município expressa que é sua missão “I- Promover a preservação da Saúde humana e o meio ambiente e, ao mesmo tempo, que não implique obstáculo, para instalação e legalização da agroindústria de pequeno porte” (grifo nosso)” (PREFEITURA DE SÃO ROQUE DE MINAS, 2021).

O objetivo do projeto é estabelecer uma fiscalização sanitária mais flexível do que as estabelecidos pelas legislações federal e estadual (dentro dos seus limites) aproveitando-se de lacunas deixadas pelos próprios entes federados e dispondo do amparo dado pelo decreto nº8.741/2015 da presidência da república que no art.143 A estabelece competência concorrente a edição de normas relativas às condições gerais de instalações, equipamentos e práticas

operacionais de estabelecimento agroindustrial de pequeno porte e no inciso IV, do art.23 da CR/88 que da competência a município para “impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural”(Grifo nosso) (PREFEITURA DE SÃO ROQUE DE MINAS, 2021).

Essa providência do município de São Roque de Minas na inspeção sanitária se mostra como um contraponto a legislação sanitária federal que segundo os produtores queijeiros do município e pesquisadores que ali passaram tinha o intuito de prejudicar a produção do queijo artesanal. Simoncini (2017) relata o problema:

Quase todos os artigos, parágrafos, incisos e alíneas do Decreto 30.691/1952 – principalmente o artigo Art. 928, deixam claro que a prioridade (...) são os queijos produzidos dentro dos parâmetros industriais internacionais (...) em detrimento aos queijos artesanais produzidos pelos milhares de produtores familiares de diversas regiões do território do brasileiro. (SIMONCINI, 2017).

Esse contraponto já havia sido tentado pela legislação do governo do Estado de Minas visando a comercialização do queijo artesanal com várias Leis, Decretos, Portarias e Resoluções em complemento a legislação federal, contudo, equivocadamente acabou, criando segundo os mesmos produtores queijeiros artesanais e pesquisadores, uma legislação mais preocupada com a infraestrutura das queijarias do que propriamente com a salvaguarda do queijo artesanal.

A legislação federal e estadual é ponto sensível dos produtores, as críticas vão de interferência no “modo de fazer” aos aportes financeiros para fazer a queijaria conforme a legislação requer:

Olha cê me disse que é servido, pesquisado, advogado né? ... advogado! Cê é advogado! Como advogado sabe advoga. Eu te procuro para advoga, eu não vou advoga. Eu produzo queijo, não preciso que ninguém vem aqui me ensina como fazer isso, fazer aquilo, fazer assim assado no meu queijo, compra, compra(...) [SIC] (Entrevistado produtor queijeiro São Roque de Minas)

(...) um dia tava aqui o Joãozinho e uns outro. AA o queijo faz mal(...) AA o queijo faz mal. Fiz um café e deixei o queijo lá pra acompanhar. Comeram tudo! Aí eu disse o queijo não faz mal, comer demais é que faz mal. Cerveja faz mal? Bebe cerveja demais é que faz mal [SIC] (Entrevistado produtor queijeiro São Roque de Minas)

Sim e não. Auxilio meus pais em sua produção, entretanto quem toma conta de todo processo são eles, hoje colaboro mais auxiliando na parte administrativa. Meus pais fazem parte do grande grupo de produtores que ainda comercializa o seu produto através de atravessador (queijeiros), embora mantenhamos o rebanho devidamente vacinado, e pratiquemos as boas práticas de fabricação exigidas na legislação (CRUVINEL, 2021).

(...) o Alberto já veio aqui me oriento(...) bão, bão de lida (...) fiz curso com ele, aprendi umas coisas, mas na parte de cadastramento ainda acho que não compensa [SIC] (Entrevistado Produtor queijeiro Medeiros).

A estes produtores de queijo artesanal que vivem na informalidade, ou pelo menos aos

que tecem críticas as adequações que suas queijarias devem sofrer para atender a legislação, o serviço de inspeção municipal pode ser um diferencial na atividade sendo considerado uma interação do poder público com os agentes locais de produção não só de queijos artesanais, mas todos os produtos de origem animal.

Uma informação que foi apresentada no decorrer da pesquisa é que a prefeitura de São Roque de Minas vem mantendo contato com o “SerTãoBras” uma sociedade civil sem fins lucrativos que busca mudar “a realidade das normas que restringem legalmente o consumo” de queijos artesanais. Ela é uma entidade classificada com ONG de importância na valoração do queijo enquanto forma artesanal. Possui um sitio digital que expõe trabalhos da produção queijeira artesanal, mas não está inserida na formulação do mapa institucional por dois motivos: ser considerada uma instituição local exógena, e ser pouco conhecida por alguns produtores tanto que no formulário na parte de avaliação de ONG’s e entidades da sociedade civil, do formulário adaptado, questão 07, a maioria dos entrevistados a caracterizou como inexistente (SERTÃO BRAZ, 2021).

Além do serviço de inspeção Municipal outra via que será seguida pelas prefeituras de Medeiros e São Roque de Minas conforme se observou pelas tratativas é o já mencionado SIM consorciado ou CIKANASTRA (Consórcio Intermunicipal da Serra da Canastra, Alto São Francisco e Médio Rio Grande) que tem viabilizado a atuação do SIM em São Roque de Minas e que busca se estabelecer como um consórcio público os demais municípios da região da canastra para melhorar a fiscalização sanitária e favorecer a comercialização não só do queijo artesanal canastra, mas também de outros produtos de origem animal dando legalidade a comercialização para além do município de origem, uma vez que o SIM individual, de cada município, restringe a comercialização aquele município.

A criação do consórcio tem amparo legal no Decreto 10.032 de 2019 que no seu art. 1º insere o art.156-A ao Decreto 5.741/2006 possibilitando a criação de consórcios. Veja a integra:

O Anexo ao Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 156-A. Os produtos de origem animal inspecionados por serviço de inspeção executado por consórcios públicos de Municípios, atendidos os requisitos estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, poderão ser comercializados em quaisquer dos Municípios integrantes do consórcio.

§ 1º Caso o consórcio de Municípios não adira ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal no prazo de três anos, os serviços de inspeção dos Municípios consorciados terão validade apenas para o comércio realizado dentro de cada Município (BRASIL, 2019, ART.1º).

O consórcio pretendido pelos municípios da Canastra fornecerá veterinário para auxiliar os produtores (queijeiros artesanais e produtores de outros gêneros alimentícios de origem animal) nas questões de saúde do animal, nas práticas de higienização e entre outras exercerá o Serviço de Inspeção Municipal nos municípios que não tiverem orçamento para este fim.

No município de São Roque de Minas os objetivos do consorcio já são realidade, o município conta com veterinárias que além de auxiliar os produtores nas questões de saúde do animal como vacina, também auxiliam na parte de higiene e até na burocracia inerente ao cadastro para obter o “selo arte” (uma derivação municipal ao decreto 9.918/2019 que no art. 2º determinou que os produtos alimentícios de origem animal produzidos de forma artesanal, além do selo de inspeção oficial, tivessem também a identificação “ARTE”) que foi criado em São Roque de Minas pela lei complementar 160/2019 e instituído no serviço de inspeção municipal conforme previa o seu §1º do art.1º: “Fica instituído o SELO ARTE no âmbito do serviço Inspeção Municipal de São Roque de Minas” (SÃO ROQUE DE MINAS, 2017).

Uma ressalva merece observação a respeito do SIM municipal de São Roque de Minas e o SIM consórcio. A inspeção que realizam só colabora dentro dos limites impostos pela legislação dos queijos artesanais e no limite constitucional de competências que devem respeitar na relação com o governo federal (União) e os Estado de Minas Gerais (Estados) dado pela Constituição Federal de 1988. Em um exemplo claro ao caso: a legislação e a inspeção sanitária do município ou municípios devem comprovar a capacidade dos seus serviços municipais de avaliar qualidade e a inocuidade dos produtos com a mesma eficiência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

No Mapa Institucional elaborado foram identificadas duas associações de produtores do queijo canastra artesanal, uma em cada município: em São Roque de Minas a APROCAN e em Medeiros a APROCAME.

A APROCAN foi fundada em 2005 visando representar os produtores associados na interlocução com os órgãos governamentais. A ideia surgiu em parceria com o INAO (*Institut National de l'Origine et de la Qualité*) e a Organização Não Governamental (ONG) *Fertile* (órgãos franceses) já os recursos financeiros capitados para a criação da APROCAN foram oriundos das contribuições dos produtores que fundaram a associação e de recursos da parceria com o SICOOB (Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil) Saromcredi (Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda). Com os parceiros franceses os associados a APROCAN, no programa de cooperação técnica Brasil-França desenvolvido pelo governo do Estado de Minas Gerais, aprenderam a cultura de proteção ao modo artesanal de se fazer o queijo conhecendo entre outras técnicas, o turismo e a Denominação de Origem (DO)

ou Identificação geográfica como é conhecido no Brasil (MOTA, 2017).

A APROCAN desenvolve diversas ações, tais como: O desenvolvido marketing digital pelo site <https://queijodacanastra.com.br/>, que inclusive proporciona vendas pela internet, o chamado “e-commerce”, o projeto “queijo na feira” levando o produto a eventos gastronômicos e feiras em todo território brasileiro; com o apoio do Sicoob – Saromcred e em parceria com o Sebrae, e em uma cultura de associativismo bem formulada, organiza encontros mensais entre os produtores associados da região. Visando “proteger o uso do nome Canastra” e sendo gestora da Identificação Geográfica da região da Canastra com a marcas “CANASTRA” (destinada a todos os produtores) e “REGIÃO DO QUEIJO DA CANASTRA” (destinada somente aos seus associados) que tem por objetivo a limitação de uso a função de origem e a função do ingrediente do produto, exemplo: lojas especializadas em queijos ou bistrôs, que queiram identificar o seu estabelecimento com venda do queijo canastra ou com os produtos derivados do queijo canastra como o pão de queijo, devem se associar a APROCAN e cumprir com o regulamento da associação para poderem dizer que é um pão de queijo da canastra (SERTÃOBRAS, 2017). Para a consecução dos objetivos traçados pela APROCAN foi criado a etiqueta de indicação de procedência (Figura 6), que garante ao consumidor a origem do produto e ao mesmo tempo dificulta que produtores de outras regiões utilizem o nome Canastra indevidamente.

Figura 6 - Selo de procedência – APROCAN.



Fonte: Site APROCAN [entre 2008 a 2021].

A utilização do selo pelo produtor de queijo requer cumprimento do modo de produção indicado pelo regulamento de uso e estar regularizado pelos órgãos de inspeção (ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE QUEIJO CANASTRA [entre 2008 a 2021]). Essa

ação é muito utilizada na Europa para abertura de novos mercados e melhoria de renda. A marca “Região da Canastra” deriva da parceria da APROCAN com o SEBRAE demonstrando que entre estas duas instituições há cooperação e ela se mantém no tempo, em 2020, foi inaugurada escola queijeira, no município de Medeiros, com o auxílio do governo do Estado de Minas e o Governo Federal, por meio da parceria SEBRAE/ APROCAN.

A APROCAN ainda promove visitas para divulgação do produto, de chefes de cozinha, comerciantes, formadores de opinião e turistas às fazendas dos produtores associados. Os veterinários da APROCAN prestam apoio técnico e orientação aos associados (ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE QUEIJO CANASTRA, [entre 2008 a 2021]).

Outra associação local de relevo é a APROCAME fundada em 2002. No modo de trabalho se preocupa mais com a maturação (maturação é um processo regulamentado por legislação exigida para os queijos produzidos com leite cru como é o caso dos artesanais) e embalagem para comercialização dos queijos deixados no Centro de Qualidade do Queijo Minas Artesanal (entreposto de laticínios) ou centro de maturação, viabilizado com recursos do convênio da EMATER e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

As finalidades da APROCAME são descritas no seu estatuto social: a aquisição de insumos e equipamentos para a produção de rações e suplementos minerais; aquisição de animais e máquinas para utilização na agropecuária, beneficiamento e comercialização de produtos agropecuários; promoção de cursos e palestras voltados a capacitação geral; promover a integração entre as famílias dos associados e gerir a recepção, maturação e armazenamento dos queijos produzidos pelos produtores relacionados ao Entreposto de laticínios (ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE QUEIJO CANASTRA DE MEDEIROS, 2021).

A empresa transporta o produto até Belo Horizonte, onde um representante o envia para outros representantes e comércios. Todos os pedidos são feitos via e-mail, que são enviados com antecedência para a mercadoria poder ser preparada a tempo de ser transportada. O pedido é anotado e repassado para embalo com identificação nas caixas de cada comprador (Débora Namitala Silva, funcionária/estagiária APROCAME).

Com o selo do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI-POA, recebido em 2013 o entreposto da APROCAME, está habilitado a comercializar os queijos produzidos pelos associados em todo Brasil. Ela possui vínculos com a EMATER e com a APROCAN que fortalece a comercialização, o marketing digital e além de ofertar cursos de aprimoramento a seus associados. Na Figura 7 está apresentado, em fotos, o funcionamento da APROCAME, bem como da associação.

Figura 7 - Funcionamento APROCAME.



Fonte: Fotos arquivo pessoal de Débora Namitala adaptado pelo autor (2021).

Outra instituição que apoia os produtores é EMATER foi fundada em 1948. Vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do governo do Estado de Minas Gerais, está presente fisicamente pelos seus técnicos nos municípios de Medeiros e São Roque de Minas e em mais 788 municípios mineiros. É uma empresa que fornece assistência técnica e extensão rural aos produtores, além deste apoio a EMATER fornece um planejamento que se inicia já na parte agrícola com plantio e renovação de campineira para os animais (EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE MINAS GERAIS, 2018).

Ainda na parte de planejamento, mas na esfera financeira a EMATER apoia o produtor familiar queijeiro em atividade na obtenção de crédito rural a juros subsidiados de 4% ao ano junto ao PRONAF (Programa de fortalecimento da agricultura familiar) pela DAP (declaração de aptidão ao PRONAF) e finalizando a parte de planejamento o apoio técnico com orientações na hora de fazer um projeto para a construção e implantação de queijarias artesanais. Na fase de execução fornece cursos nas “boas práticas de fabricação”, curso que estabelece condições e procedimentos higiênicos sanitários e operacionais aplicados na fabricação do queijo canastra artesanal (PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR, 2021).

A EMATER além da interação e cooperação mantida com os produtores queijeiros artesanais também mantém relacionamento com a Prefeitura Municipal Medeiros apoiando as feiras gastronômicas, o museu do queijo e como exposto na capacitação de todos os produtores

queijeiros que desenvolvem suas atividades no Município. No apoio dado aos produtores a de se ressaltar a cooperação que mantem com a APROCAME dando apoio na comercialização do queijo artesanal, regularizado ante a legislação, com o projeto de venda do queijo canastra no mercado municipal em Belo Horizonte.

Instituições de ensino e pesquisa que dão suporte ao seguimento queijeiro dos municípios pesquisados também foram pesquisadas.

Na região da Canastra fica o IFMG situado em Bambuí é o ente endógeno da União Federal sendo formado a partir do posto Agropecuário ligado ao Ministério da Agricultura em 1950, que utilizava o espaço para a multiplicação de sementes, empréstimo de máquinas agrícolas e assistência técnica a produtores de Bambuí e região e que em 2008 foi elevado à posição de *Campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Minas Gerais – IFMG, pela Lei nº 11.892 (BRASIL, 2008).

No IFMG *Campus* Bambuí são oferecidos cursos profissionalizantes, Ensino Médio Integrado, graduação (Tecnologia, Bacharelado e Licenciatura) e pós-graduação (Lato Sensu e Stricto Sensu) e dentro do ambiente de pesquisa destacamos o projeto de extensão do professor Jonas Guimarães e Silva com o GEQ (Grupo de Estudos em Queijos) que auxilia os pequenos produtores nos processos de higienização da ordenha e até confecciona uma ordenhadeira artesanal que, embora não tenha a mesma eficácia da industrial, possibilita a diminuição de bactérias no leite. O Professor Jonas também foi responsável por um livro conjunto com o IFMG que divulga a atividade queijeira e estimula o turismo na região, o intitulado “Rotas gastronômicas e a tradição do queijo artesanal da Região da Canastra” e tem bom relacionamento com os técnicos da EMATER (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA MINAS GERAIS, 2018).

Atualmente a instituição possui, na área de alimentos, o curso de Engenharia de Alimentos que na extensão possui o grupo de estudos do queijo. No entanto, com o objetivo de dar um suporte aos produtores de queijo da região, está estruturando um Laboratório de Análise de Água e Leite. Com o início das atividades, o laboratório poderá ofertar aos produtores de queijo: análise físico-químicas de leite (Acidez Dornic, pH, teor de gordura, %EST, % ESD, % proteína, %lactose, ponto de crioscopia, condutividade, presença de conservantes - água oxigenada, formol - presença de redutores de acidez - hidróxido de sódio, bicarbonato de sódio, presença reconstituintes de densidade); Análises microbiológicas de leite (determinação de coliformes totais, coliformes termotolerantes, *E. Coli*, *S. Aureus*, *Listeria*, Contagem de células somáticas, Contagem bacteriana Totais); análises microbiológicas de leite (determinação de coliformes totais, coliformes termotolerantes, contagem de células somáticas, Contagem

bacteriana Totais); e análises microbiológicas de água (determinação de coliformes totais, coliformes termotolerantes) (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA MINAS GERAIS, 2021).

Segundo a legislação que reza a matéria em especial o Decreto nº48024 de 2020 que disciplina a regulação da lei 23.157/2018 sobre a produção e a comercialização dos queijos artesanais de Minas. O referido decreto dispõe no art. 11, inciso II que a propriedade deve realizar análise laboratorial do leite cru, em laboratório da Rede Brasileira de Qualidade do Leite – RBQL, valendo ressaltar que somente a Universidade Federal de Minas Gerais em Belo Horizonte e a EMBRAPA gado e leite em Juiz de Fora tem fazer essa análise ao produtor de queijos artesanais da região da Canastra (MINAS GERAIS, 2020).

Cabe ressaltar que, até o momento desta pesquisa não havia data prevista para o início das atividades do laboratório de água e leite do IFMG *Campus* Bambuí, que é o ente endógeno da União federal.

Com a apresentação do “mapa institucional” obtido na pesquisa discorre-se a análise dos resultados em subtópicos, sendo cada subtópico fazendo referência a cada capital intangível verificado ou não nos municípios de Medeiros e São Roque de Minas.

A análise e discussão de cada capital intangível ocorre conforme o quadro 08 apresentado.

4.1 Capital Institucional

No capital Institucional, para além do referencial teórico foi preciso fazer o “mapa institucional” para extrair informações das instituições endógenas que compõem e apoiam a organização produtiva dos dois municípios selecionados na canastra. Feito isso o Quadro 6 se completa com o Quadro 7 que faz a apresentação das instituições públicas e privadas vistas configurando o “mapa institucional”, apresentado no tópico inicial desta análise dos resultados e assim ficando mais compreensível a leitura.

Quadro 7 – Forma de análise do capital Institucional.

Capital intangível	Referencial teórico Informação sobre cada Instituição do MAPA	Questões do Formulário Adaptado	Entrevista	Observação Direta
Capital institucional	Prefeitura de Medeiros; Prefeitura de São Roque de Minas; Emater, IFMG, APROCAME, APROCAN	07, 08, afirmativas da questão 14. “Instituições locais oferecem um importante apoio em relação ao desenvolvimento da localidade”;		

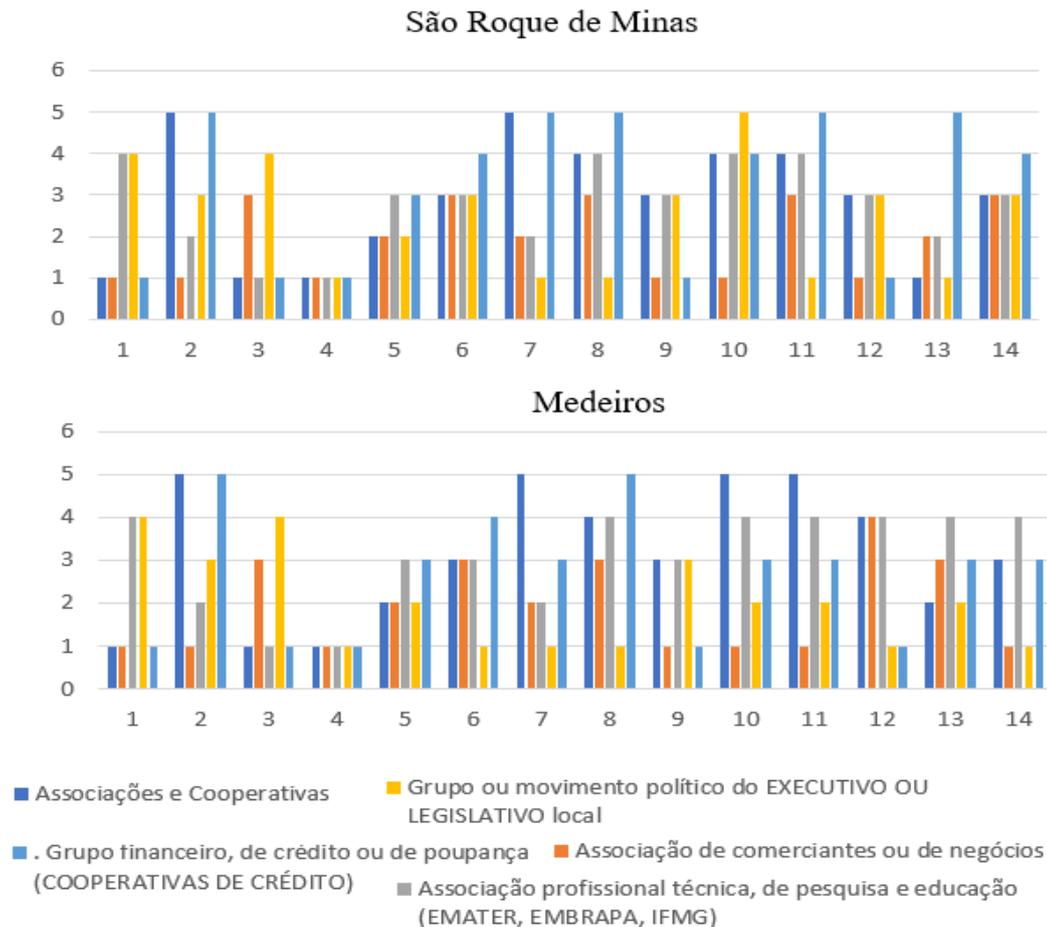
Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Conforme verificado no referencial teórico o capital institucional é presença e interação de instituições e organizações públicas e privadas de um território.

O “MAPA INSTITUCIONAL” apresentou as instituições pública e privadas e sobre elas foi percorrido as informações obtidas na pesquisa inclusive com pequenos comentários feitos pelos produtores queijeiros artesanais no tópico inicial desta análise de modo que para a análise do capital institucional este subtópico pontuará somente o formulário adaptado estruturado com as questões 07 e 08, e as afirmativas da questão 14, bem com a observação direta vivida no local e conclui com o resumo das interações verificadas.

Pelas respostas obtidas na questão 07 foi formulado o gráfico da Figura 8 onde se questiona a participação das instituições selecionadas no “Mapa Institucional” junto aos produtores e empreendedores/comerciantes locais com valores de 1 a 5, sendo 01 para inexistente, ou seja, nenhuma participação; 02 para muito pouco participativa; 03 para regular; 04 para participativa e 05 para muito participativa.

Figura 8 – Avaliação da participação das Instituições com os agentes locais (interação).



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Com os gráficos da Figura 8 é possível demonstrar que em Medeiros a EMATER e o IFMG, enquanto instituições públicas endógenas da região, são participativas na organização produtiva do queijo artesanal. Na visão de 07 produtores e empreendedores/comerciantes de Medeiros, número que corresponde a 50 % dos entrevistados, a EMATER e o IFMG vêm mantendo uma interação participativa nas suas atividades.

Nenhuma instituição privada endógena foi considerada participativa. Na visão de 07 entrevistados ou 50% amostragem de Medeiros a associação de comerciantes e negócios é inexistente. De fato, a observação direta comprovou que não existe Associação Comercial em Medeiros. A falta de uma associação voltada aos interesses dos empreendedores/comerciantes locais evidência uma falha na interação com os agentes locais de desenvolvimento da parte urbana do município por um ente importante do setor privado.

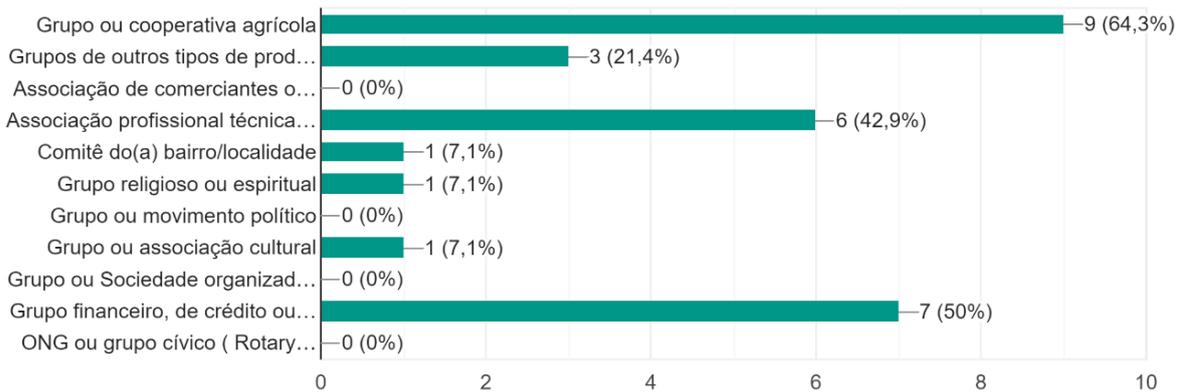
No município de São Roque de Minas as instituições mais participativas ou que tem maior interação com as atividades dos agentes locais foram as Cooperativas ligadas ao setor privado, a Cooperativas de crédito e a Cooperativa agrícola. Conforme se verifica na figura 9,

no mínimo 50% dos entrevistados as caracterizam como importantes ao município de São Roque de Minas. Essa valoração de importância ocorre devido a sua interação ou participação na atividade econômica dos agentes locais

Figura 9- Instituições importantes à comunidade.

8-Ainda com relação aos grupos do item anterior, marque 02 (dois) grupos que você e os seus colaboradores acham mais importante para sua comunidade.

14 respostas

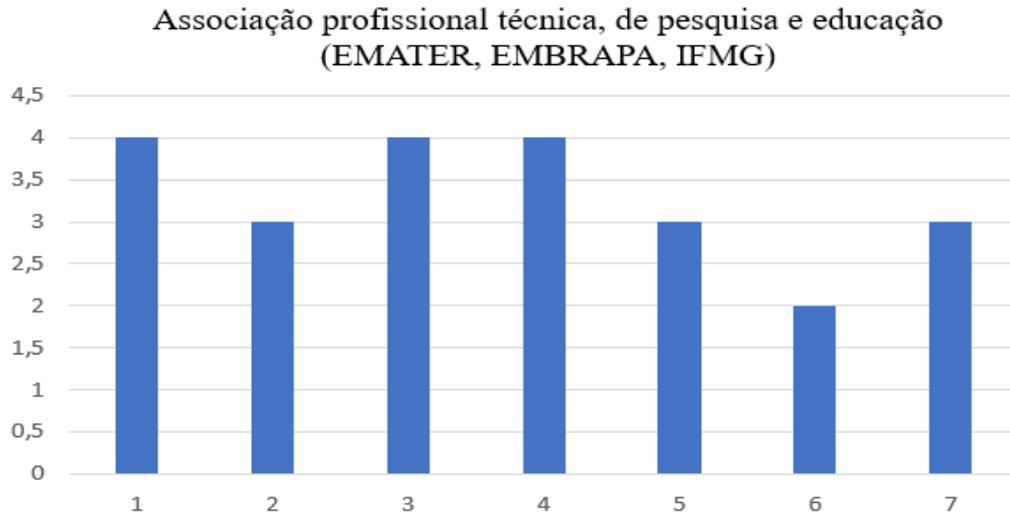


Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Ainda em instituições endógenas do setor privado, a Associação Comercial e Empresarial de São Roque de Minas (ACE) – que existe segundo observação direta - não foi considerada importante a comunidade (0%) fazendo concluir que ou não é atuante, ou não possui boa interação com os comerciantes/ empreendedores de São Roque de Minas. Ao confrontar os dados de São Roque de Minas com Medeiros que sequer há uma associação comercial é possível inferir que o empreendedorismo urbano nos municípios não tem muito um apoio significativo de suas entidades de classe.

No meio rural do município de São Roque de Minas, embora não tenhamos dados sobre a cooperativa de crédito ou até mesmo a cooperativa agrícola, é possível verificar um apoio significativo a atividade exercida; um exemplo é atuação da EMATER enquanto associação profissional e técnica. Ela foi lembrada como uma instituição participativa por 42,9% dos entrevistados sendo eles produtores e comerciantes. Como se sabe a EMATER é uma instituição voltada ao público rural, logo, verificado somente as respostas dos produtores queijeiros de São Roque de Minas o percentual sobre isso leva a inferir que o ambiente rural tem um apoio significativo tanto das instituições privadas quanto das públicas e segundo que a EMATER é participativa ainda que em um grau menor em São Roque de Minas na relação com Medeiros (FIGURA 10).

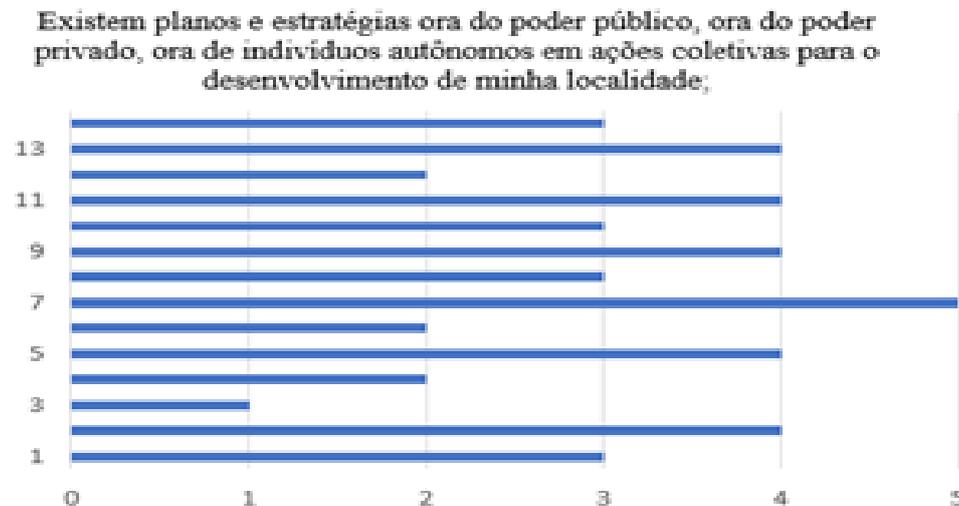
Figura 10 - Visão do agente local de SRM sobre a EMATER.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

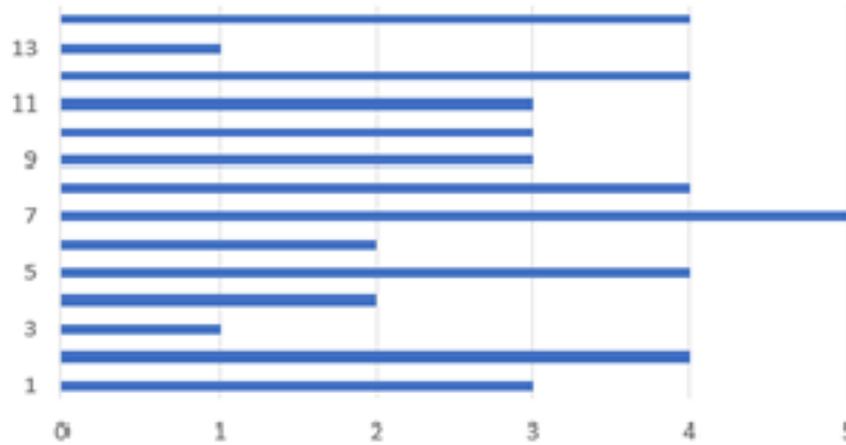
Continuando a aferição do capital institucional na questão 14 do formulário adaptado foi colocado duas afirmativas que tentam diagnosticar se nos municípios de Medeiros e São Roque de Minas são observadas estratégias do poder público e do poder privado em ações coletivas de desenvolvimento. Na visão dos agentes locais de desenvolvimento (comerciantes e produtores queijeiros artesanais), Medeiros e São Roque de Minas, possuem ações coletivas de desenvolvimento. A maioria concorda parcialmente com essa afirmativa, sendo que apenas 01 em Medeiros e 02 em São Roque de Minas acham que inexistente qualquer atuação das instituições publicas e privadas dos municípios neste sentido.

Figura 11 - Planos e estratégias das Instituições.



Medeiros

Existem planos e estratégias ora do poder público, ora do poder privado, ora de indivíduos autônomos em ações coletivas para o desenvolvimento de minha localidade;

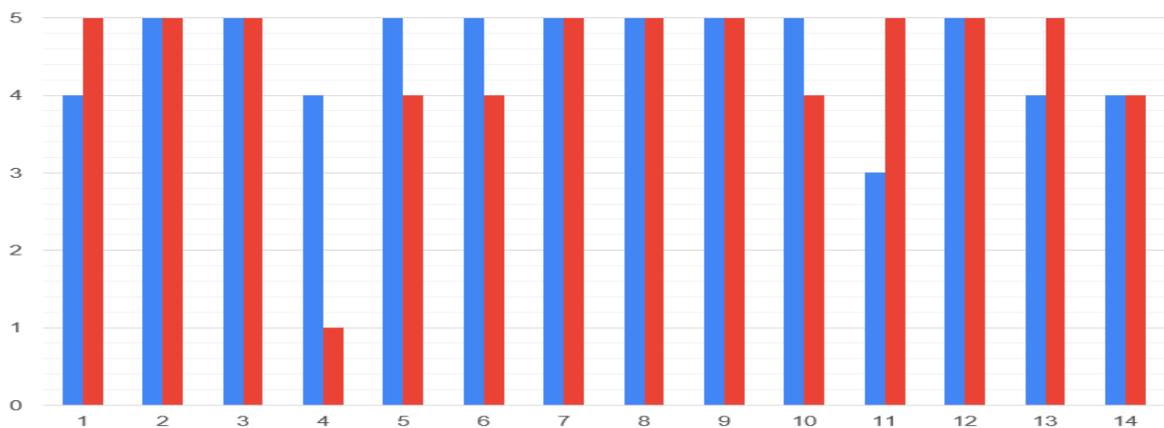


São Roque de Minas

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

A Figura 12 traz uma visão se os agentes locais concordam ou não que as instituições selecionadas no “mapa institucional” são importantes na sua atividade e no desenvolvimento do município.

Figura 12 - Visão dos agentes locais sobre as Instituições do "Mapa".



Azul: agentes locais de Medeiros
 Vermelho: agentes locais de São Roque de Minas
 Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Ante as respostas imputadas de concordância parcial ou total que correspondem a 92% dos entrevistados, apenas um entrevistado de São Roque de Minas afirmou discordar totalmente

que as instituições selecionadas no mapa institucional são importantes. Representando apenas 8% do total temos há sim o capital institucional nos municípios. Embora não fora identificado uma contribuição razoável, visível, que chama atenção nas atividades destinadas aos empreendimentos urbanos na pesquisa, o fato de ambos os municípios serem movidos por uma economia identificada como rural, produção de queijos artesanais, e neste seguimento projetos foram verificados assim como a participação das Instituições representadas no “mapa institucional”, fica forçoso não concluir pela existência do capital Institucional nos municípios de Medeiros e São Roque de Minas.

4.2 Capital Cognitivo

Neste subtópico aborda-se o capital Cognitivo, ou seja, o conhecimento adquirido pelos respondentes, tanto nas escolas, universidades, bem como na interação com o meio ambiente de sua localidade e o conhecimento tradicional, transferido pela ascendência ou tradição familiar.

Para análise aplica-se a já exposta metodologia do procedimento de análise. As informações colhidas nas referências bibliografias já se encontram expostas no referencial teórico, as respostas dadas as questões do formulário adaptado são colocadas abaixo constituindo os gráficos de respostas do formulário Google e necessariamente constituindo meio de apuração do capital cognitivo.

Para compreender o conhecimento tradicional, a influência da região e da família na identidade e no conhecimento dos entrevistados (comerciantes e produtores) dos dois municípios, analisou-se a concordância ou discordância a afirmativa proposta na questão 14(queijeiros) e questão 15 (comerciantes): “Nasci neste município, meu pai, mãe e avôs também. Com eles adquiri minha identidade e conhecimento”. Os resultados estão apresentados na Figura 13.

Figura 13 - A influência da região e da família na identidade e no conhecimento.

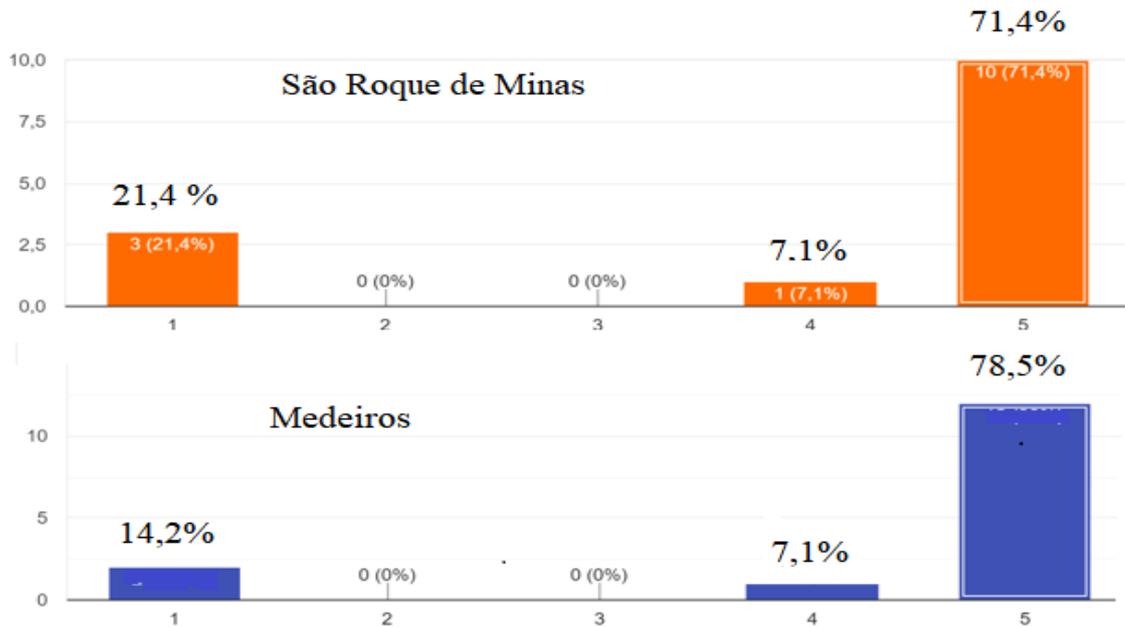


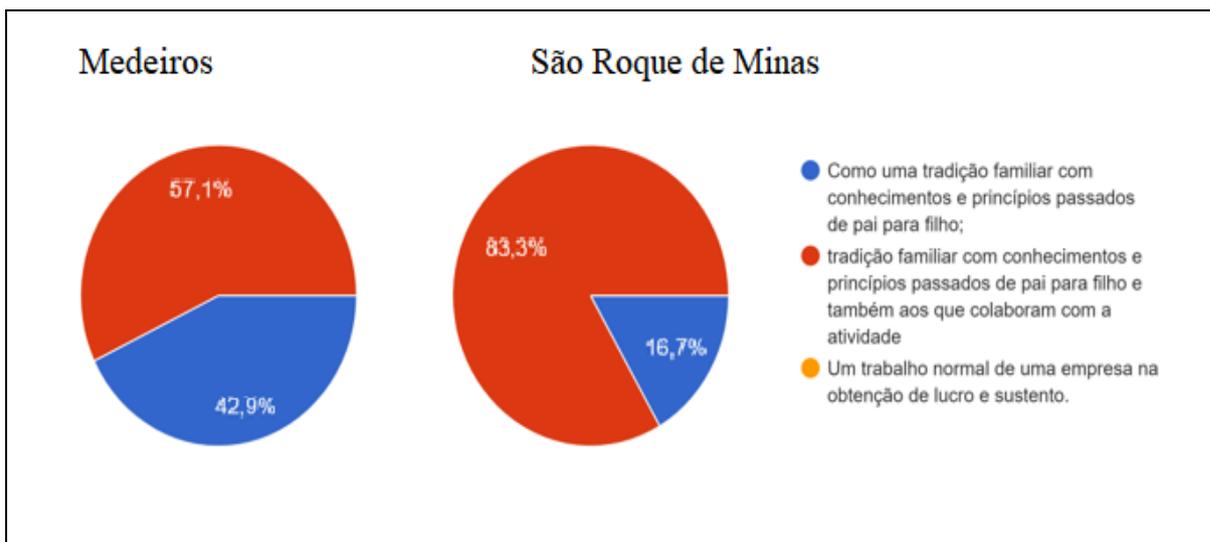
Gráfico de respostas do Formulários Google. Título da pergunta: Nasci neste município, meu pai, mãe e avôs também. Com eles adquiri minha identidade e conhecimento; Número de respostas: 14 respostas. (1) discorda fortemente, (2) discorda parcialmente, (3) não concorda nem discorda, (4) concorda parcialmente e (5) concorda fortemente.

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Percebe-se que a maioria (71,4% em São Roque de Minas e 78,5 % em Medeiros) concorda que seus antecessores influenciaram no seu conhecimento e na sua identidade. Isto quer dizer que no processo de aprendizagem dos agentes locais os valores da região, a cultura da região também é assimilada pela via do contato diário com seus antecedentes, pela tradição.

As entrevistas e as observações nos dois municípios apontam que há uma transmissão do conhecimento pela tradição e isto se confirma nas respostas a questão 06 do formulário adaptado dedicada aos produtores queijeiros artesanais (Figura 14) que questiona como eles conceituam sua atividade. Os dados ou respostas obtidas no formulário demonstram que os agentes locais não consideram a sua atividade como um mero empreendimento voltado ao lucro. Podendo conceituar sua atividade normal, a maioria dos entrevistados preferirá considerá-la com uma atividade passada de pai para filho, uma atividade cujo conhecimento é obtido com o antecedente, ou seja, uma tradição com transferência de aprendizagem.

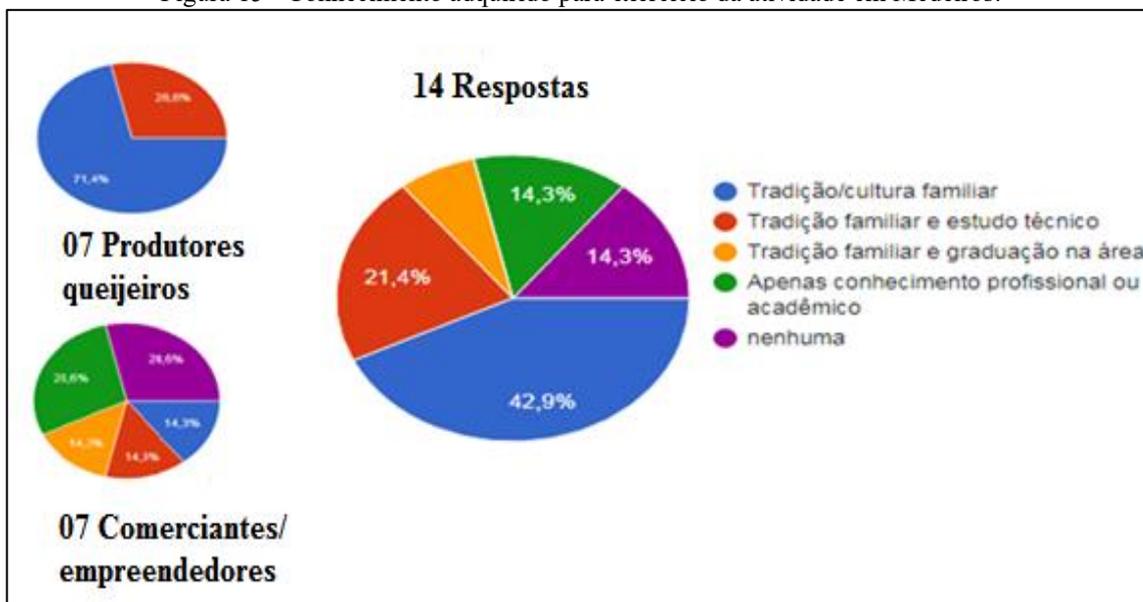
Figura 14 - Transferência da tradição aos demais.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

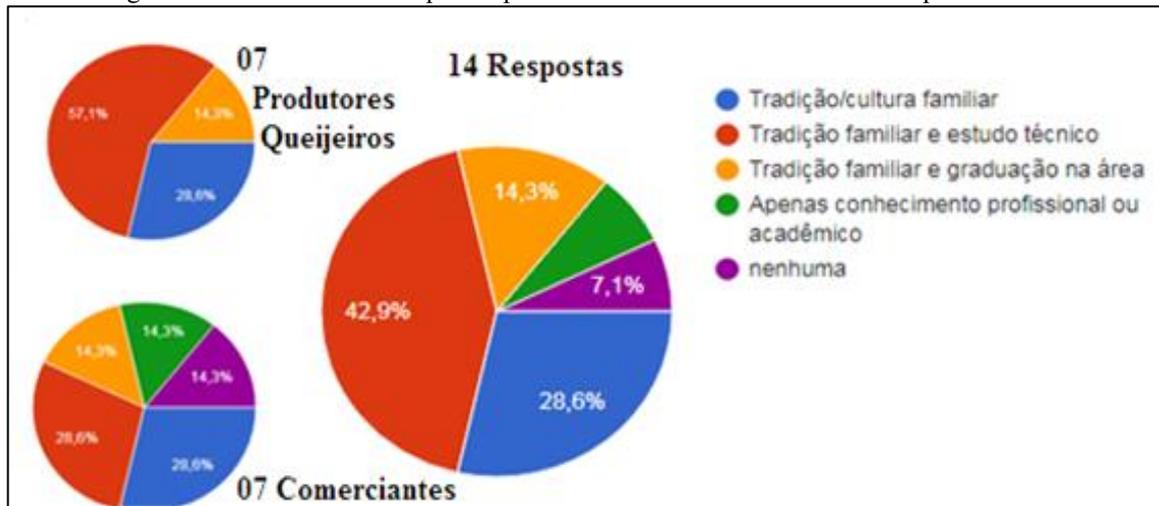
Em São Roque de Minas os conhecimentos tradicionais, como se observa pela figura acima, são repassados aos descendentes e aos colaboradores que auxiliam na produção.

Figura 15 - Conhecimento adquirido para exercício da atividade em Medeiros.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Figura 16 - Conhecimento adquirido para exercício da atividade em São Roque de Minas.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Como a escolarização é um meio de transmissão do conhecimento foi colocado ao questionário adaptado para capital intangível afirmativas questionando como foi adquirido o conhecimento dos agentes locais para o exercício da atividade. Com a apuração dos dados chegou-se a um gráfico bem mais heterogêneo, com uma maior diversidade nas respostas, desde “nenhum” até a aquisição de conhecimento pela via acadêmica, mas ainda com presença de tradição familiar.

Como as Figuras 15 e 16 mostram, os empreendedores/comerciantes de Medeiros tem mais escolaridade que os de São Roque de Minas.

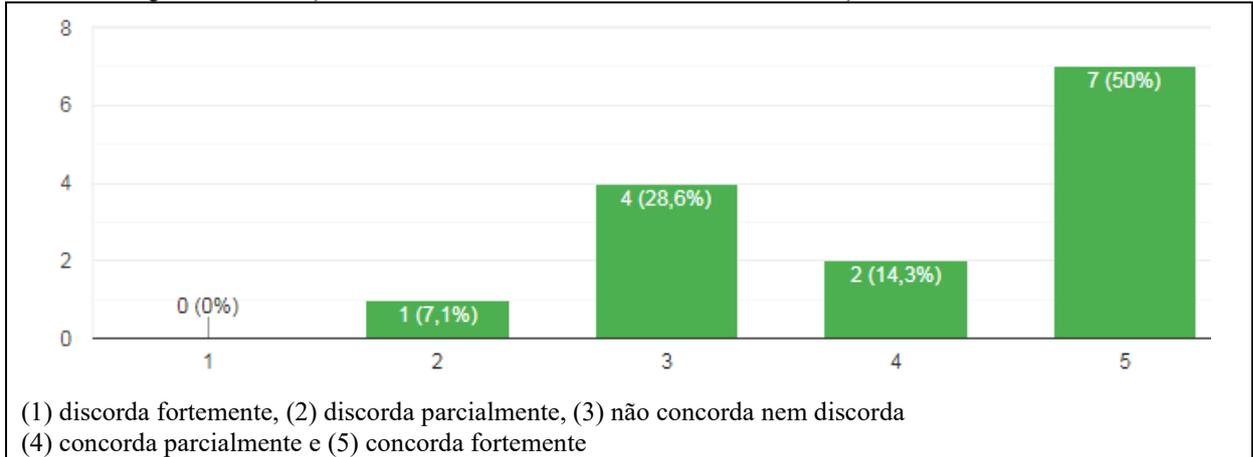
No município de Medeiros 42,9 % dos empreendedores/comerciantes tem curso superior, em São Roque de Minas é 28,6 %. São Roque de Minas, por sua vez apresenta 42,9 % do total dos entrevistados com um conhecimento tradicional, mas com aperfeiçoamento técnico enquanto no Município de Medeiros o mesmo percentual é ocupado apenas pelo conhecimento tradicional, sem o conhecimento técnico fazendo inferir que a menor escolarização em nível acadêmico em São Roque de Minas é suprida com cursos de curta duração ou cursos técnicos.

Os gráficos mostram que ambos os municípios possuem o chamado conhecimento científico, porém o município de São Roque de Minas possui um número de entrevistados com conhecimento técnico científico maior que número de entrevistados em Medeiros.

Como se sabe o conhecimento científico busca soluções dos problemas por meio de estudos, ele difere dos demais conhecimentos pela forma que é adquirido, pois sua obtenção é pelo método científico e este é presente em Instituições voltadas a pesquisa e extensão. A presença de Instituições com estas características é a base do capital cognitivo de modo que a pesquisa também procurou verificar se houve capacitação dos agentes locais de

desenvolvimento por Instituições de pesquisa e se havia alguma naquelas localidades. O “mapa Institucional” verificou duas importantes: a EMATER e o IFMG. A Figura 17 que representa os dados obtidos veio a confirmar a capacitação dos agentes locais por estas instituições de pesquisa próximas. No município de Medeiros, 64% dos entrevistados concordam que receberam alguma capacitação seja da EMATER ou do IFMG como se observa na Figura.

Figura 17 -Obtenção de conhecimento técnico/científico de Instituições Próximas a Medeiros.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

A entrevista com o técnico da EMATER confirma, o resultado apresentado no gráfico da Figura 17. Na entrevista que se encontra nos anexos, o técnico da EMATER diz ter ofertado capacitação a 230 pessoas ligadas a atividade queijeira, ou seja, ela disponibilizou conhecimento (boas práticas de higiene, entre outros) a mais de 50% dos produtores queijeiros do Município conforme estimativa apresentada na metodologia da pesquisa que consta o total de 484 produtores no município.

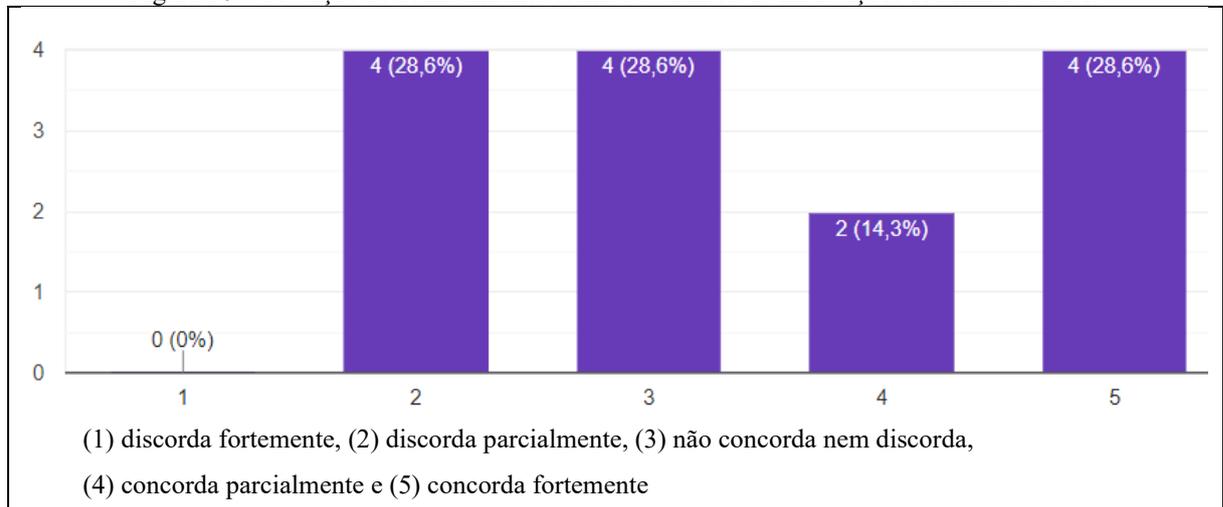
A participação da EMATER e do IFMG na transmissão de conhecimento também podem ser refletidas no item 07 do formulário adaptado para medir a participação das instituições na atividade dos produtores queijeiros (capital institucional) consta a afirmativa: “Em relação às organizações ou grupos organizados (grupos e redes) da sua localidade, marque como você descreveria a participação deles nas decisões e atividades da comunidade e da sua atividade com valores de 1 a 5”. Dos 07 entrevistados, 07 deram valor 04 a afirmativa que correspondia a concordância parcial, ou seja, 100% dos produtores queijeiros concordam ainda que parcialmente que a EMATER e o IFMG são participativa na atividade deles e conforme relatado no capital Institucional o trabalho de capacitação da EMATER é de importante aos produtores da região. A outra instituição bem avaliada e que fica próximo a Medeiros como dito foi o IFMG. Este instituto desenvolve o chamado tripé ensino, pesquisa e extensão oferecendo

cursos técnicos e de graduação na parte de ensino, análises microbiotas ligados ao queijo artesanal canastra na pesquisa e os projetos já citados no capital institucional do professor Jonas na parte de extensão.

Ante as informações colhidos ficou presente a existência do capital cognitivo em Medeiros.

Em São Roque de Minas, a atuação da EMATER ficou interrompida durante um período por falta de técnico, talvez isso responda a baixa porcentagem na afirmativa de conhecimento técnico por instituições próximas no gráfico da Figura abaixo (42,9 % concordam que receberam conhecimento técnico, científico de instituições próximas) apenas 04 entre os 14 entrevistados concordam totalmente (Figura 18).

Figura 18 - Obtenção de conhecimento técnico/científico de Instituições Próximas a SRM.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa (2021).

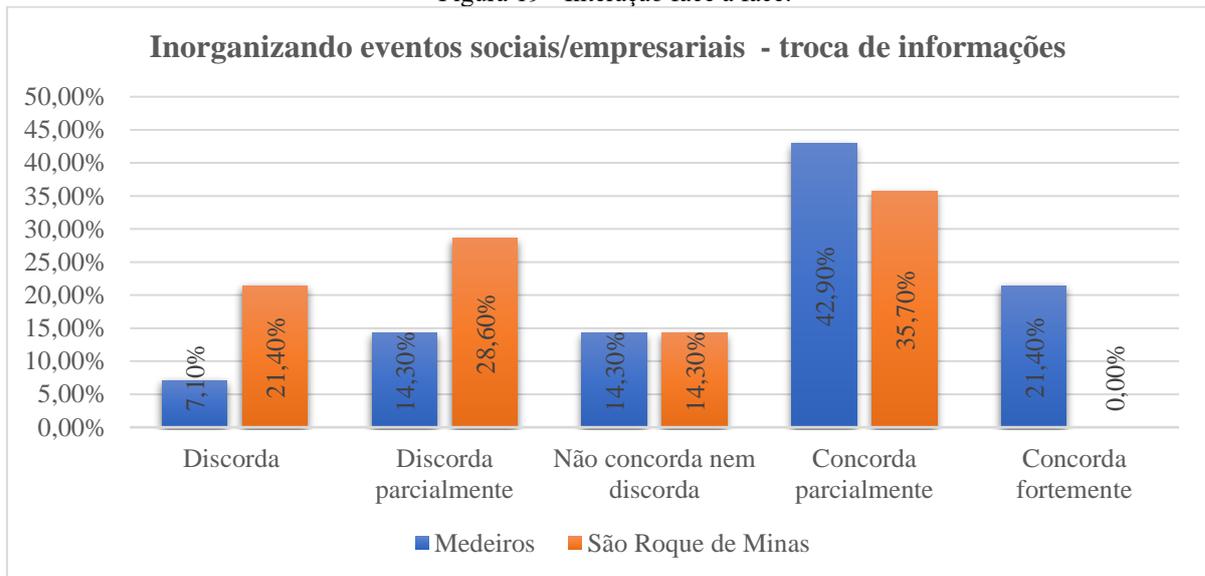
Contudo a porcentagem em relação ao conhecimento técnico chama atenção. Verificou-se, pela observação direta, que no município de São Roque de Minas boa parte dos produtores queijeiros tem instrução educacional e é constantemente visitado por instituições de pesquisa de fora do município (exógena). Pesquisas sobre a produção queijeira artesanal, sua identificação geográfica e até mesmo sobre a associação APROCAN foram verificados. O mesmo ocorreu na busca de periódicos CAPES. A APROCAN por sinal disponibiliza cursos aos seus 68 produtores associados. Na APROCAN foi construída a escola "mestre queijeiro", todavia, sua inauguração ocorreu no período da pandemia de COVID-19, período em que a necessidade de conter o vírus fez com que escolas fossem fechadas e consequentemente os produtores do município não associados não perceberam sua existência, talvez por isso a baixa concordância na afirmativa de receberem conhecimento técnico científico, mas a existência da

escola milita em favor da presença do capital cognitivo em São Roque de Minas.

No município de Medeiros mesmo com a baixa escolaridade dos entrevistados a capital cognitiva também se faz presente. Como já dito a EMATER atua ativamente no município, O IFMG, embora não seja no município, está a 34 km dele no município vizinho de Bambuí e também qualifica sua população, todavia o que confirma mesmo o capital cognitivo no município é a interação face a face de seus membros na festas gastronômicas do queijo que foi analisada pelo formulário adaptado de capital social.

Pelo formulário adaptado, a partir da análise da concordância ou discordância da afirmativa “Pessoas da nossa propriedade ou comércio passam algum tempo organizando eventos sociais/empresariais com as pessoas de nossa localidade ou outras localidades trocando informações” dada na questão 14 (queijeiros) e questão 15 (comerciantes), foi possível verificar a presença do conhecimento tácito, aquele que é transmitido pela interação face a face da comunidade (FIGURA 19).

Figura 19 - Interação face a face.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa (2021)

Conforme se vê na Figura 19, 64,3% dos medeirenses entrevistados concordaram com a afirmação, ou seja, a maioria da população de Medeiros utiliza da transmissão do conhecimento pela via da interação. Nas feiras gastronômicas do queijo Canastra que o município e seus habitantes fazem são realizadas trocas de informações das mais diversas relacionadas a produção do queijo artesanal Canastra.

4.3 Capital Humano

Nas principais teorias desenvolvidas do capital humano, a educação torna as pessoas mais produtivas, aumenta seus salários e influencia o progresso econômico, logo, para a análise do capital humano pegou-se como base a educação formal dos agentes locais dos municípios de Medeiros e São Roque de Minas. No formulário adaptado para capital intangível questionou-se na pergunta 05 o grau de escolaridade tanto dos produtores queijeiros, dos comerciantes como também de seus funcionários. A Figura 20 traz os resultados das respostas no município de Medeiros e a Figura 21 traz os resultados das respostas no município de São Roque de Minas.

Figura 20- Conhecimento escolar/acadêmico em Medeiros

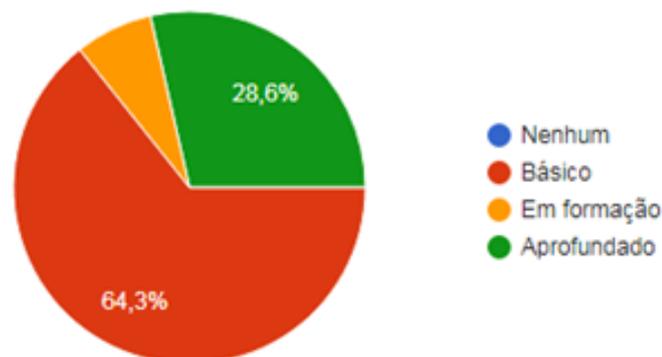
Gráfico de respostas do Formulários Google. Título da pergunta: Qual o grau de conhecimento escolar/acadêmico do seu funcionário em relação a sua atividade? Número de respostas: 14 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Figura 21- Conhecimento escolar/acadêmico em São Roque de Minas

Gráfico de respostas do Formulários Google. Título da pergunta: Qual o grau de conhecimento escolar/acadêmico do seu funcionário em relação a sua atividade? Número de respostas: 14 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Pelos gráficos é possível verificar que na média geral mais de 60% dos entrevistados, a maioria produtores queijeiros, têm baixa escolaridade, e conseqüentemente um capital humano inexpressivo, todavia, a observação direta adota na pesquisa possibilita interpretação diversa.

Os entrevistados comerciantes/empreendedores de Medeiros e São Roque de Minas mostraram uma escolarização aprofundada de nível superior acima de 20%. Os empreendedores de Medeiros por exemplo possuem escolaridade aprofundada (entre graduação e especialização) que chegam a 42 % dos entrevistados, fato curioso, uma vez que não existe nenhuma instituição de apoio ao empreendedor ou de capacitação deste, seja uma associação comercial ou mesmo o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) no município de Medeiros. Essa escolarização superior que é parâmetro para o capital humano pode ter relação com a proximidade com o município de Bambuí e sua boa infraestrutura/pavimentação asfáltica que dá acesso ao IFMG. Como dito no subtópico do capital cognitivo a Instituição IFMG fica à 34 km da cidade no município que é seu vizinho. O IFMG, pelo que se apurou, já era conhecido pelos medeirenses, por ofertar a escolarização do ensino médio com curso de técnico agropecuária integrado. Como a partir de 2008 o IFMG vem ofertando cursos de graduação e até de especialização acredita-se que os agentes locais urbanos vêm aproveitando os cursos como faziam os produtores rurais ou agentes locais rurais de desenvolvimento com o ensino médio. Quanto da avaliação do capital humano, este se mostrou inconclusivo no município de Medeiros, uma vez que os produtores artesanais queijeiros são os protagonistas na organização produtiva do queijo Canastra, a escolarização aprofundada dos empreendedores (21,4%) é claro comprova a existência do capital humano, mas ainda insuficiente diante da baixa escolaridade dos agentes locais entrevistados (71,4%).

São Roque de Minas por sua vez não possui a mesma infraestrutura de transporte de Medeiros, não possui um Instituição de educação superior tão próxima, a distância entre São Roque de Minas e Bambuí é maior que 34 quilômetros e tem mais de 60% dos seus agentes locais de desenvolvimento apenas com o ensino básico, a diferença é que os seus produtores queijeiros, enquanto protagonistas da organização produtiva do queijo Canastra, possuem escolaridade suficiente a caracterizar o capital humano como se pode verificar na Figura 22.

Figura 22- Escolaridade dos queijeiros em São Roque de Minas.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

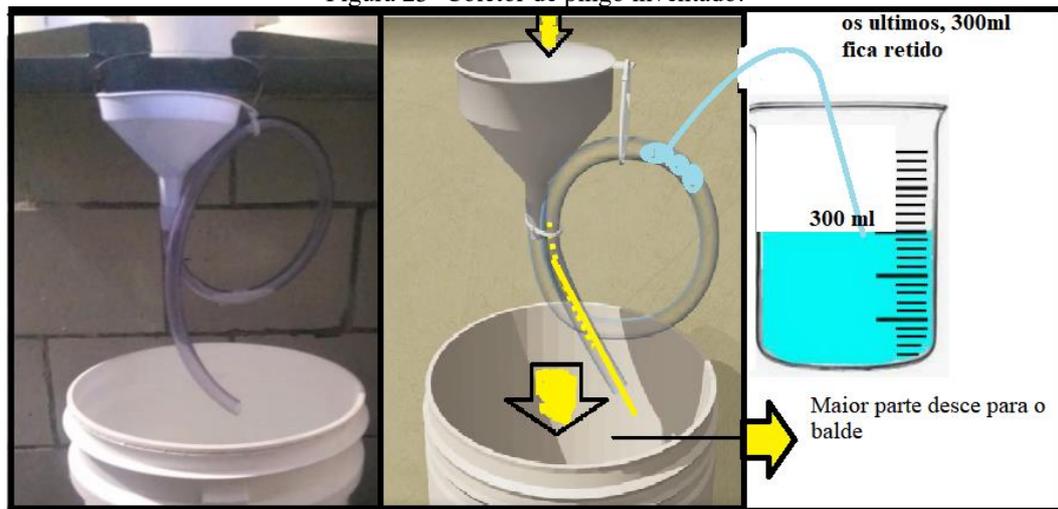
Em São Roque de Minas dos 07 produtores queijeiros entrevistados 04 tinham curso superior. A razão da escolaridade encontrada nos produtores entrevistados diante das deficiências relatadas acima pode derivar da cultura empreendedora difundida pela APROCAN que faz a capacitação constante de seus associados e os estimula a estudarem cada vez mais para acompanhar as mudanças principalmente da tecnologia da informação.

Embora somente os associados tenham acesso aos cursos que ela promove, seu modo de difusão da cultura queijeira artesanal pode impactar positivamente nos demais produtores queijeiros que por relações familiares ou de amizade acabam compartilhando informações.

A APROCAN é responsável pela gestão da identificação geográfica da região com as marcas “canastra” e “região da Canastra”, e faz um competente trabalho de marketing da região. Estas estratégias - indicação geográfica e marketing digital - dão significativa contribuição na conclusão de presença do capital humano na organização produtiva do queijo do município. O empreendedorismo, alinhado com a cultura do município dos “saberes do queijo” podem estimular o aperfeiçoamento dos produtores queijeiros como um todo, afinal, como diz Gorz (2005, p. 20-21) o capital humano pode se reproduzir sozinho a partir de “uma cultura comum transmitida pela socialização primária e de saberes comuns”, a recente inovação ocorrida no município demonstra isso.

Um produtor de queijo residente município de São Roque de Minas foi o vencedor do 7º Prêmio Emater-MG de Criatividade Rural inventando um coletor de pingo, capaz de reter até 300 ml do último pingo ou “pingo da madrugada” que dá mais qualidade ao produto conforme mostra Figura 23.

Figura 23- Coletor de pingo inventado.



Fonte: Adaptado de EMATER (2021).

Esse produto simples e barato evita o acompanhamento do produtor na decida do pingo até de madrugada para retirar as últimas doses e foi determinante na confirmação do capital humano do município de São Roque de Minas já que a criatividade, a inovação, a “habilidade” e “expertise” são traços deste capital.

4.4 Capital Cívico

Relembrando o referencial teórico, “capital cívico” são às “práticas democráticas”, a “confiança nas instituições”, a “preocupação das pessoas com os assuntos públicos”, o envolvimento das pessoas com assuntos de sua comunidade (BOISIER, 2000; ANDRADE, 2015). Estas características do capital cívico foram dispersas no formulário adaptado nas questões 09, 14 e 15.

A questões 9 questiona: “Alguém do seu grupo familiar ou do seu empreendimento participa das atividades de pelo menos dois (02) grupos: (“associação ou cooperativa”, “grupos de outros tipos de produção/serviços”, “associação de comerciantes ou negócios”, “associação profissional, técnica de pesquisa e educação”, “comitê do (a) bairro/comunidade”, “grupo religioso ou espiritual”, “grupo ou movimento político”, “grupo ou associação cultural”, “grupo ou sociedade organizadora de festivais/feiras” e “grupo financeiro, de crédito ou de poupança”) escolhidos no quadro anterior?”

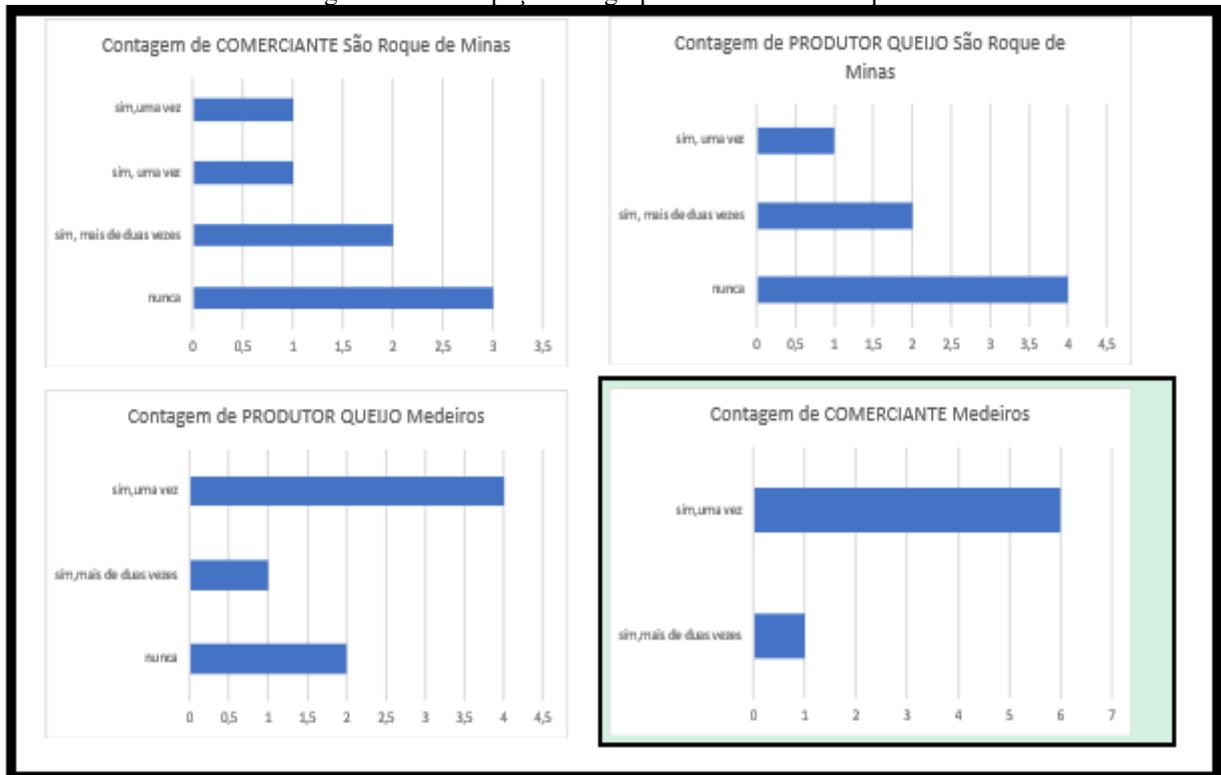
A questão 14, que no formulário dado aos empreendedores é a questão 15, busca obter dados sobre a confiança dos entrevistados nos poderes públicos e nos setores privados fazendo análise da afirmativa: “Confio no poder público municipal da minha localidade e algumas vezes

eu ou meu comércio sentiu seu apoio; e Confio nas organizações privadas (empresas e de indústrias) do município e algumas vezes eu ou meu comércio sentiu seu apoio”. Na mesma questão é buscado a participação democrática das decisões. Confiança no poder público e democracia nas decisões são critérios do capital cívico.

A questão 15 (queijeiros) e 16 (comerciantes) buscou a participação comunitária do entrevistado nos grupos que compõe a localidade, sendo eles a igreja, a câmara municipal e as associações, sindicatos e cooperativas locais.

As respostas a questão 15 mostrou que os agentes locais de desenvolvimento participam de reuniões religiosas (16 afirmam isso), porém apenas 03 participam de reuniões na câmara.

Figura 24- Participação nos grupos sociais do município.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

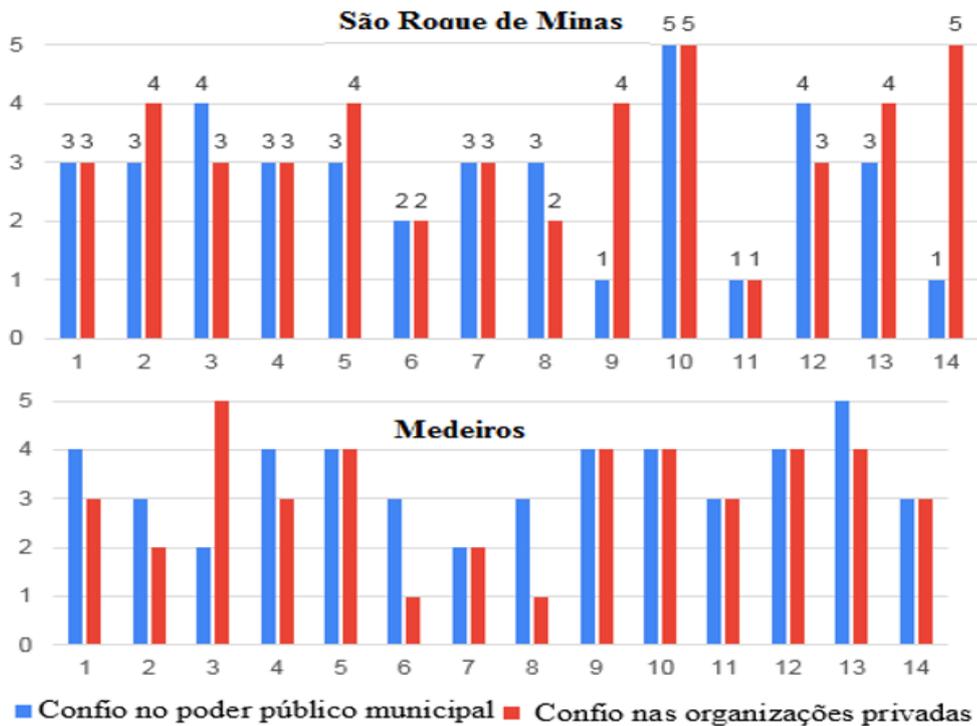
A figura 24 ilustra os dados obtidos as respostas a questão 9. Como se observa pela figura apenas os comerciantes empreendedores de Medeiros participam, ainda que só uma vez, dos diversos grupos sociais do município, o que demonstra pouco engajamento cívico do grupo produtor queijeiro. Isso é um rock de Minas o baixo engajamento cívico foi verificado, conforme figura, em ambos os grupos empreendedores e produtores queijeiros.

A Figura 25 ilustra a afirmativa relacionada a confiança nas instituições públicas e Privadas. Conforme se pode notar apenas 05 entrevistados em um universo de 28 não confiam

nas instituições públicas e privadas de sua localidade.

A confiança nas Instituições públicas é um requisito do capital cívico assim como envolvimento das pessoas com assuntos de sua comunidade, logo, pairava um conflito dos dados levantados e ilustrados nas figuras 24 e 25.

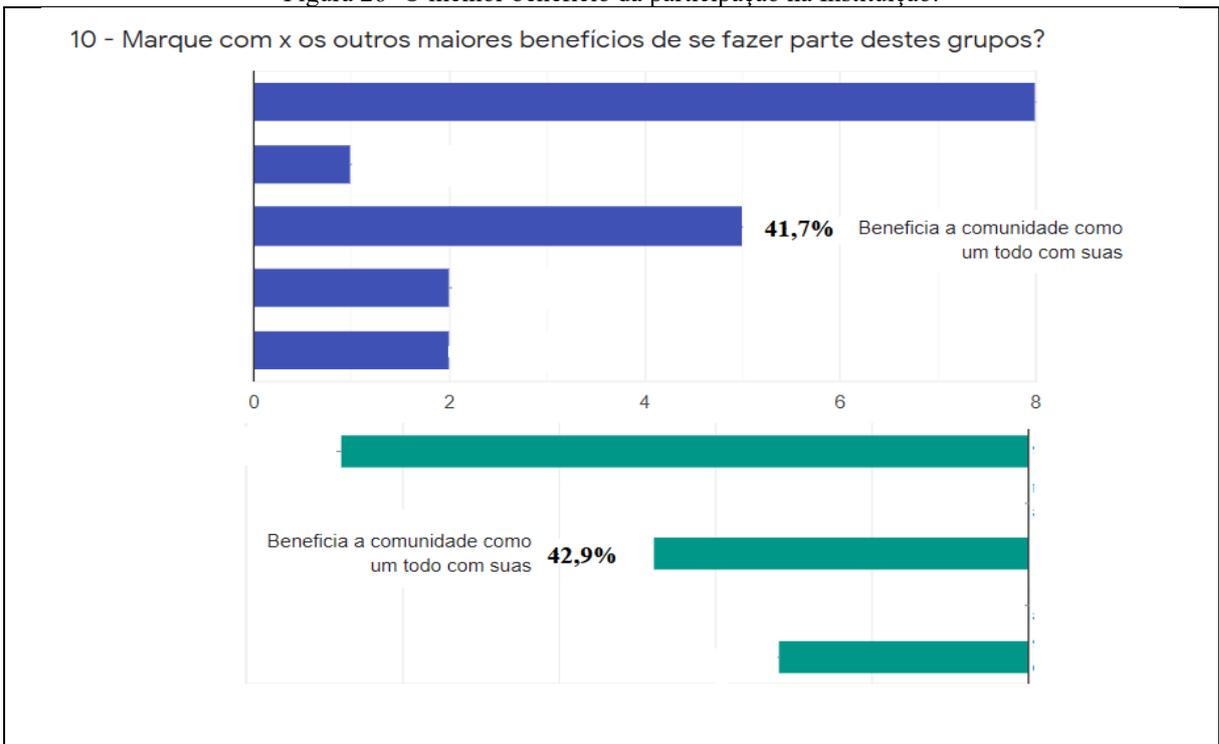
Figura 25- Confiança nas Instituições



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

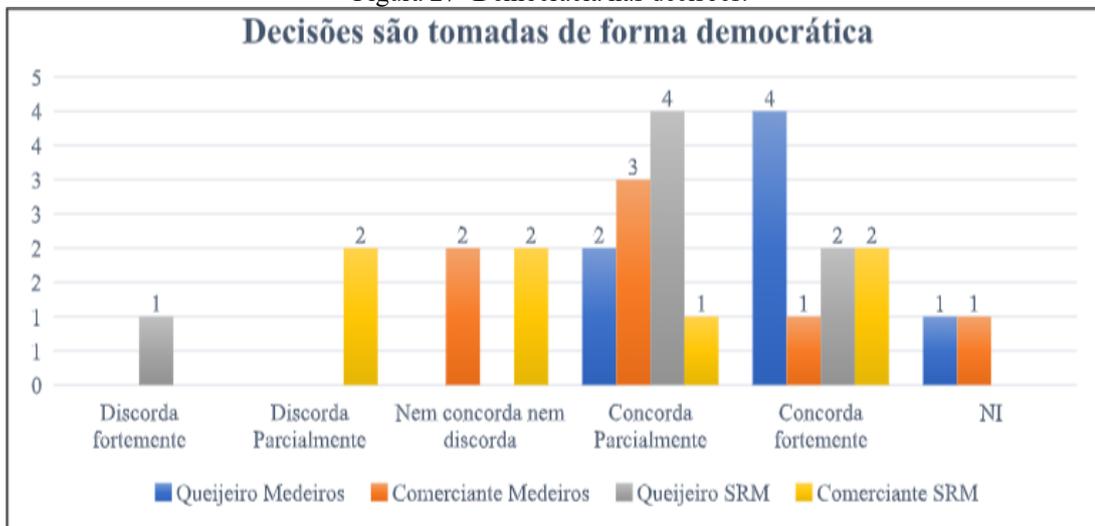
Diante do conflito colocado pelo engajamento cívico e confiança no poder público e a baixa participação nas reuniões da Câmara municipal dos municípios outro quesito priorizado na avaliação do capital cívico foi o interesse público sobre o particular com a inserção de uma questão objetiva, a questão 10, onde é dado ao entrevistado a oportunidade de marcar os benefícios de se fazer parte de grupos ou instituições que sua localidade acolhe. As opções objetivas confrontam interesses particulares com interesses coletivos.

Figura 26- O melhor benefício da participação na Instituição.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Figura 27- Democracia nas decisões.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

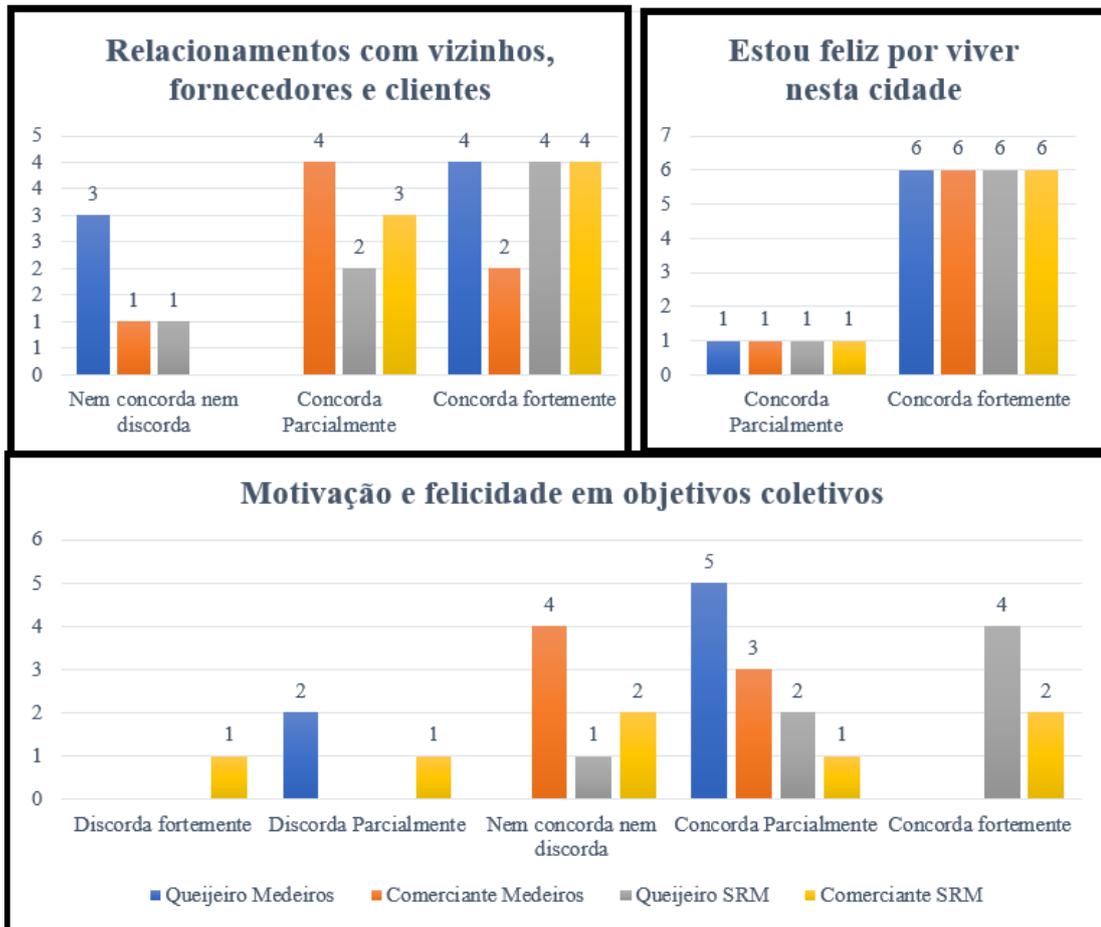
Segundo os dados obtido e ilustrados no gráfico da figura 26, os agentes locais de desenvolvimento não acreditam que o benefício comum seja um objetivo mais importante que o objetivo individual representado na sua renda individual (a “melhoria de renda” alcançou índices maiores que 70% e o “benefício a comunidade” não alcançou 50% conforme exposição).

Ainda que os entrevistados concordem que as decisões são tomadas de forma democrática como mostra a figura 27 (afirmativa da questão 14) a filtragem do formulário adaptado para capitais intangíveis infere inexistência de capital cívico uma vez que mesmo as decisões sendo democráticas a participação dos agentes de desenvolvimento local é falha, com baixa participação nos assuntos de interesse comum, além de não prioriza-los frente ao seu interesse.

4.5 Capital Psicossocial

Para análise do capital psicossocial foi trabalhada nas referências “motivação”, “capacidade de renunciar à sua individualidade” / “O ‘sentimento na ação social”, “capacidade interagir com seu meio ambiente”. Três afirmativas das questão 14 (produtores de queijo) e 15 (comerciantes) foram colocadas no formulário adaptado afim de conhecer a concordância ou discordância dos entrevistados e presumir a existência do capital psicossocial, são elas: 1) relacionamentos com vizinhos, fornecedores e clientes têm um impacto significativo na minha atividade e no desenvolvimento de novas atividades na comunidade (capacidade de interagir, relacionamento com o meio ambiente - de trabalho); 2) “pessoas da nossa propriedade estão motivadas, felizes e dedicadas a alcançar objetivos coletivos da região”(motivação comunitária); 3) “estou feliz em viver nesta localidade, sinto satisfação no que ela pode me proporcionar e satisfação na contribuição que dediquei a ela” (satisfação, motivação para realização). As respostas a estas afirmativas são apresentadas na Figura 28.

Figura 28- Capital Psicossocial.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Como se pode observar a maioria dos entrevistados (06 dos 07 entrevistados) concordam que estão felizes e motivados no seu município e contribuíram com ele para alcançar isso. Diante da proporção de entrevistados que concordam, fica forçoso não reconhecer o preenchimento da motivação para realização.

Na capacidade de interagir, relacionar com o meio ambiente (de trabalho), os entrevistados também concordaram com a afirmativa seja totalmente, seja parcialmente, preenchendo o segundo requisito.

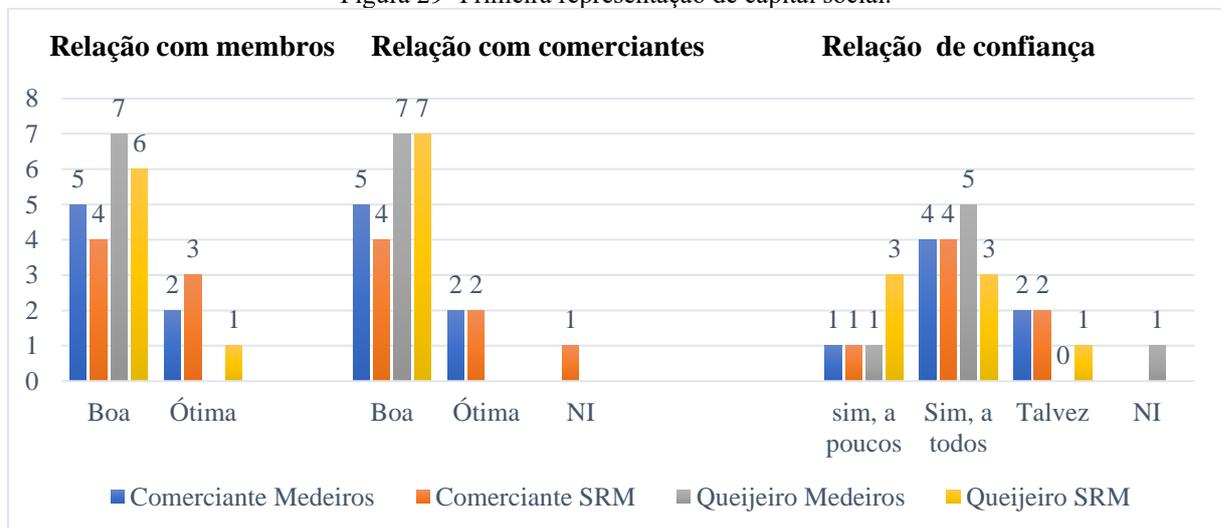
O único requisito não preenchido é o da motivação comunitária, embora os produtores queijeiros artesanais dos dois municípios tenham pontuados nessa afirmativa, a discordância do grupo comerciante/empreendedor não demonstra unanimidade nesse requisito, mesmo assim com o preenchimento de dois dos três requisitos do capital psicossocial, a existência deste capital (capital psicossocial) foi verificado.

4.6 Capital Social

Os principais requisitos para verificação do capital social são a “confiança”, a “cooperação” e a “boa relação de convívio” entre membros de uma localidade. Esses requisitos podem ser espontâneos não intencionais ou até mesmo conscientes, direcionados a uma ajuda interpessoal baseada na confiança de que o “outro” responderá da mesma forma quando necessário.

Para verificar os requisitos “cooperação”, “confiança” e “boa relação de convívio” dos agentes locais de desenvolvimento (entrevistados queijeiros e comerciantes) com o seu próximo, sua comunidade (município), o formulário adaptado abrigou as questões 11, 12 e 13 (queijeiros) e 12, 13 e 14 (comerciantes) respectivamente, sendo elas: “Na relação com os membros da sua comunidade, como você descreve suas relações de convívio?”, “Na relação com comerciantes e produtores com atividades semelhantes ou não a sua, como você descreve suas relações de convívio?” e “Você se uniria com algum deles para trocar experiências, realizar vendas conjuntas ou até mesmo emprestaria ferramentas ou outros bens a eles?”. Os gráficos dessa autoanálise estão representados na Figura 29.

Figura 29- Primeira representação de capital social.

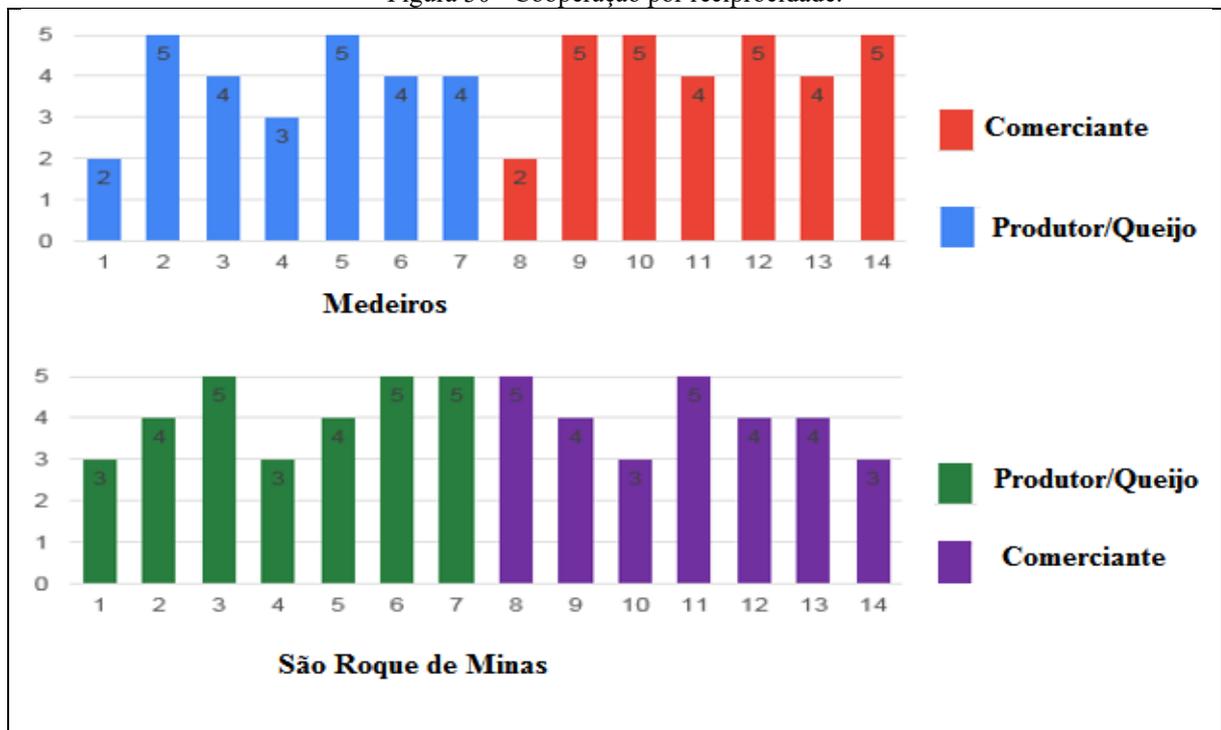


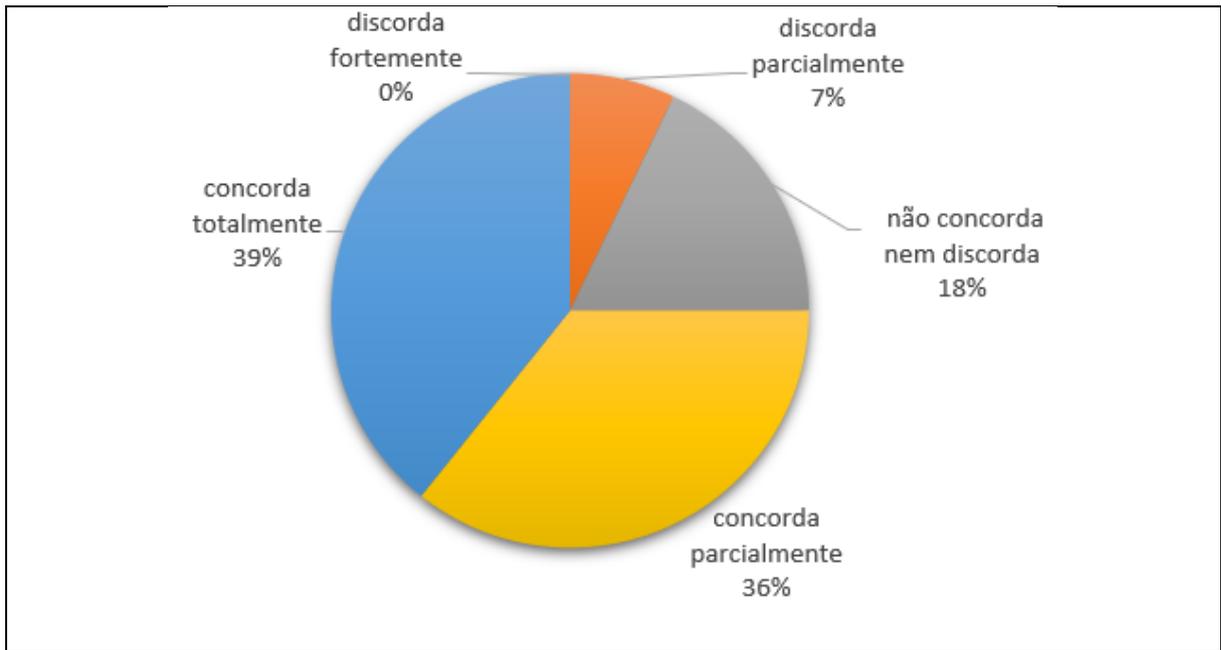
Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Na representação da figura 29 é verificável que a maioria dos entrevistados tem uma relação “boa” ou “ótima” de convívio com os membros da sua comunidade. Os requisitos “cooperação” e “confiança” também foram preenchidos pela verificação de atos simples como o empréstimo de um material ou a união em vendas e compras conjuntas cujas respostas são ilustradas na figura 29 em seu terceiro gráfico.

Para confirmar se estes requisitos preenchidos eram espontâneos foi feita a verificação do capital social pela “reciprocidade” ou “predisposição à ajuda interpessoal baseada na confiança de que o outro responderá da mesma forma”. A “reciprocidade” pode canalizar ações de interesse individual como um ganho futuro para um bem coletivo presente. Trata-se de uma vinculação tácita de cooperação nas relações de troca entre indivíduos visando uma retribuição futura. Esta retribuição pode demonstrar forte capacidade de cooperação desde que não seguida de ruídos na relação. No formulário adaptado para capital intangível foi questionado se o entrevistado considerava justo apoiar empresas e produtores que o apoiou em tempos difíceis. A afirmativa exata foi: “considero que empresas e produtores me apoiam em tempos difíceis, então é justo que também os apoie”.

Figura 30 - Cooperação por reciprocidade.





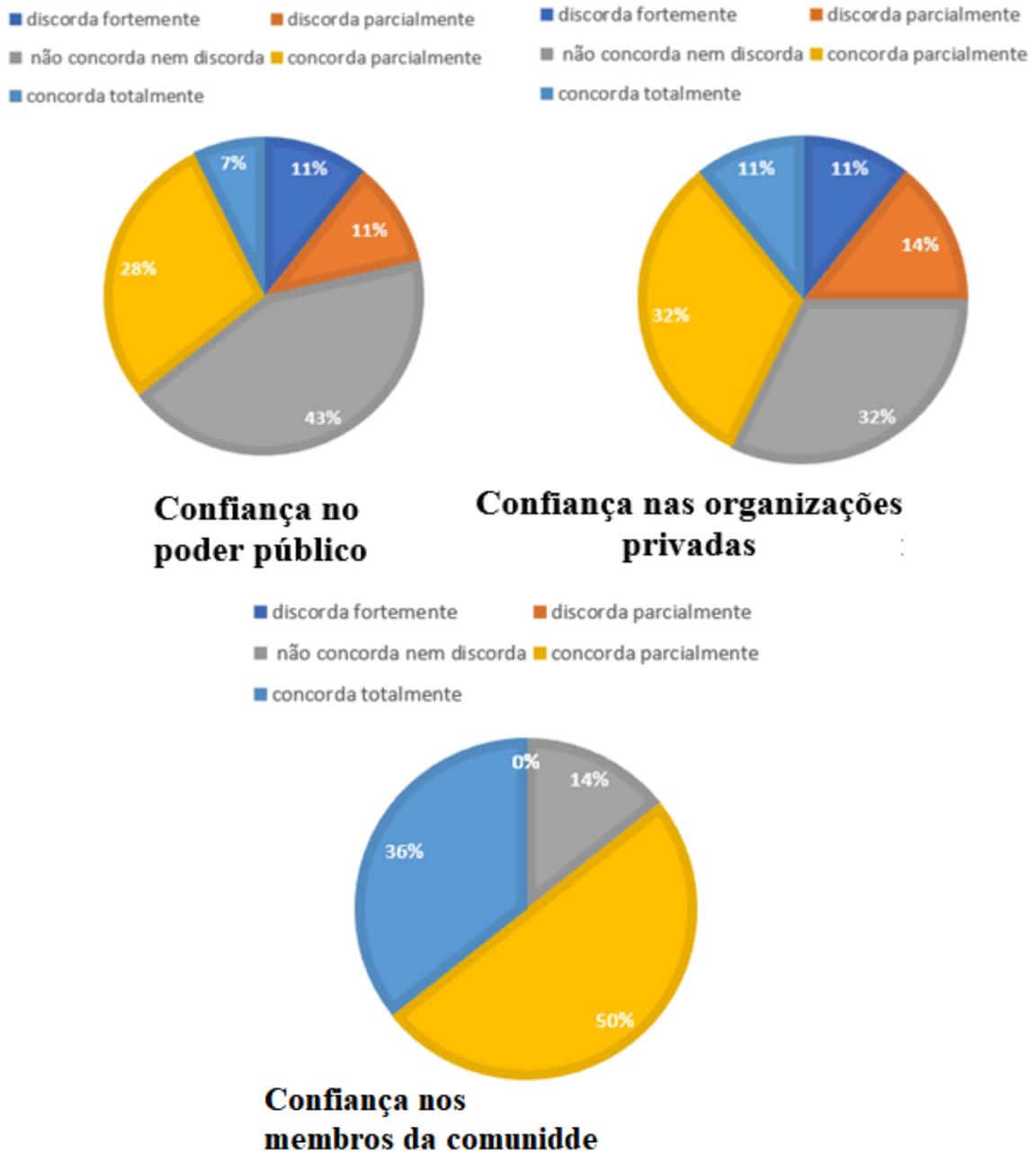
Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Conforme ilustra a Figura 30 os agentes locais possuem uma forte relação de cooperação e confiança voltadas aos seus interesses individuais (75% dos entrevistados).

A confiança dos agentes locais nos poderes públicos e nas organizações privadas do município foram trabalhadas nas afirmativas: “Confio no poder público municipal da minha localidade e algumas vezes eu ou meu comércio sentiu seu apoio”, “Confio nas organizações privadas (empresas e de indústrias) do município e algumas vezes eu ou meu comércio sentiu seu apoio”. Para a verificação geral nas afirmativas “confio nos meus familiares, nos vizinhos (membros da comunidade) e nos meus empregados/colaboradores”.

Os dados obtidos foram tratados constituindo a figura 31 que ilustra os resultados.

Figura 31 – Confiança.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

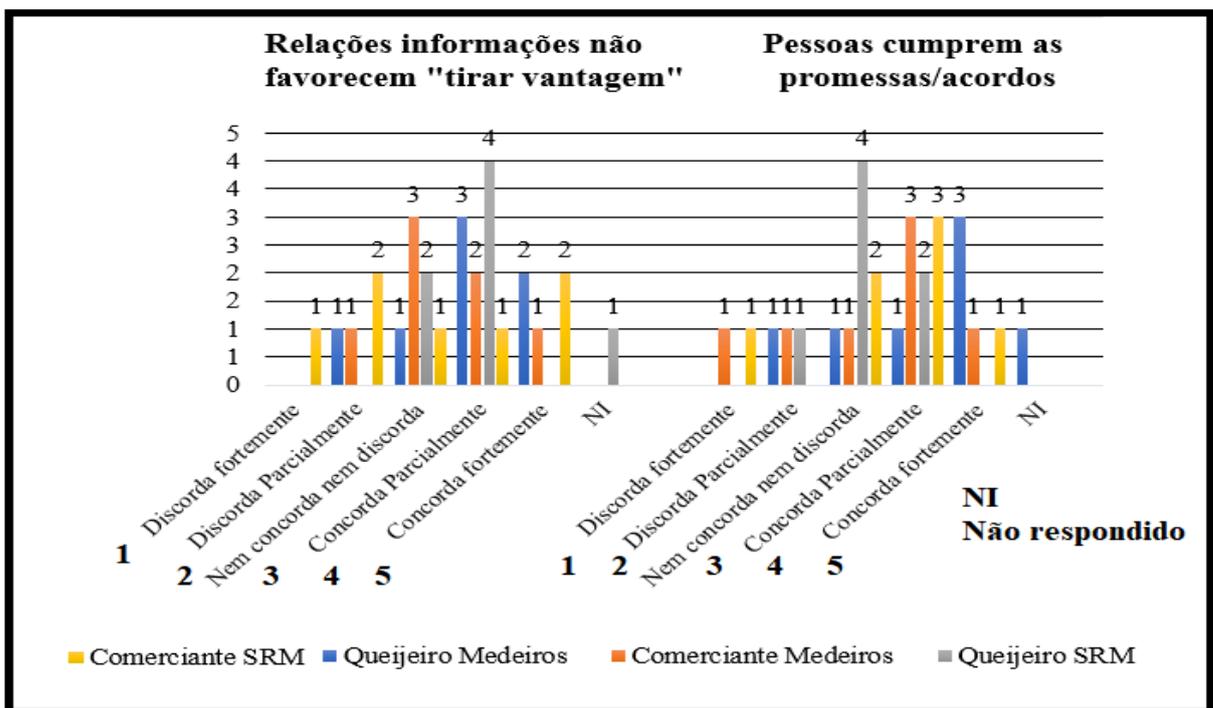
Pelos gráficos da Figura 31 é demonstrado a confiança dos entrevistados em seus vizinhos, funcionários e familiares. A concordância em afirmativas ligadas a aspectos de confiança desses grupos chegou a 86%.

As Instituições públicas e privadas que representam a formação do “mapa institucional” da pesquisa não alcançaram 50% de confiança junto aos produtores e comerciantes.

Na representação da confiança também foram observadas afirmativas de concordância

e discordância dos entrevistados nas relações contratuais, confiança no que é convencionado entre os membros, o chamado contrato. Para este quesito foi estabelecido as afirmativas da questão 14 (produtores de queijo), 15 (comerciantes), “Possuo relacionamentos informais com clientes, fornecedores e concorrentes e estes comigo; posso confiar que não vamos tirar vantagem desta relação mesmo que apareça alguma oportunidade”, “No geral, as pessoas da nossa localidade cumprem as promessas/acordos que fazem aqui e em outras localidades mesmo que não exista um contrato”. Suas respostas constituíram os gráficos da Figura 32.

Figura 32- Confiança Contratual.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Os gráficos da Figura 32 mostram mais discordância do que concordância com a afirmativa, tal fato é verificado pelo número de entrevistados que optaram pela afirmativa (01) discordo totalmente e afirmativa (02) discordo parcialmente.

Na observação direta principalmente, foi verificado ruídos no município de São Roque de Minas na relação contratual comerciante com comerciante, produtor queijeiro com associação, prefeitura com associação. A entrevista com o secretário de São Roque de Minas juntada no anexo demonstra um dos ruídos relatados.

Ruídos nas relações de cooperação e confiança são sempre negativos, mais ainda quando infundidos em relações de cooperação e confiança voltadas aos seus interesses individuais de seus participantes (Figura 30). O capital social nesta circunstância se mostra inconclusivo.

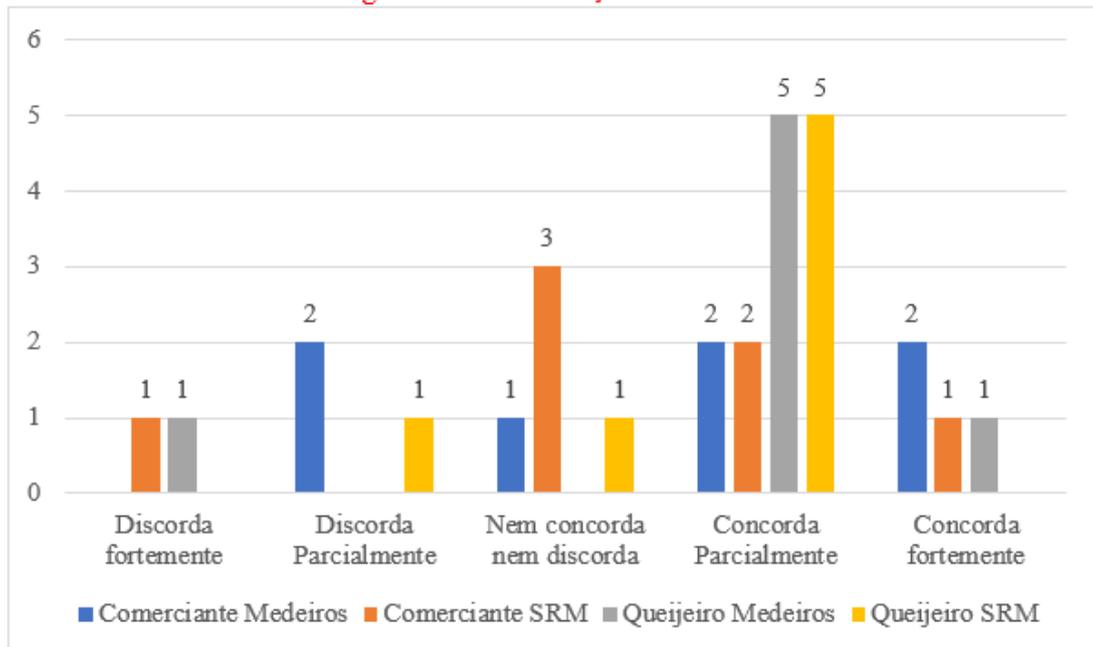
4.7 Capital Simbólico e Capital Cultural

A análise sobre o capital simbólico e capital cultural são resumidas no mesmo subtópico porque derivam do mesmo autor Bourdieu (1989).

Para elas contou-se quase que totalmente pela observação direta. Os conceitos destes dois capitais construídos por Pierre Bourdieu e replicados por Boisier (1999) não foram abrigados no formulário adaptado com muitas questões, no capital simbólico apenas a afirmativa: “Há pessoas na minha comunidade capaz de juntar diferentes grupos para apoiar um evento/ projeto com uma palavra de apoio, pois, são consideradas símbolos de nosso município”.

Seguindo o conceito de poder simbólico de Bourdieu (1989) a pesquisa procurou estabelecer lideranças nos municípios principalmente diante dos produtores queijeiros que conforme a representação da Figura 33 foram os que concordaram com maior ênfase com a afirmativa.

Figura 33- Poder Simbólico da Região.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Se no Município de Medeiros estas pessoas de liderança, de poder, ficaram esparsas, no município de São Roque de Minas ela ficou bem centralizada.

A observação direta feita nos municípios e a entrevista com o gerente executivo da

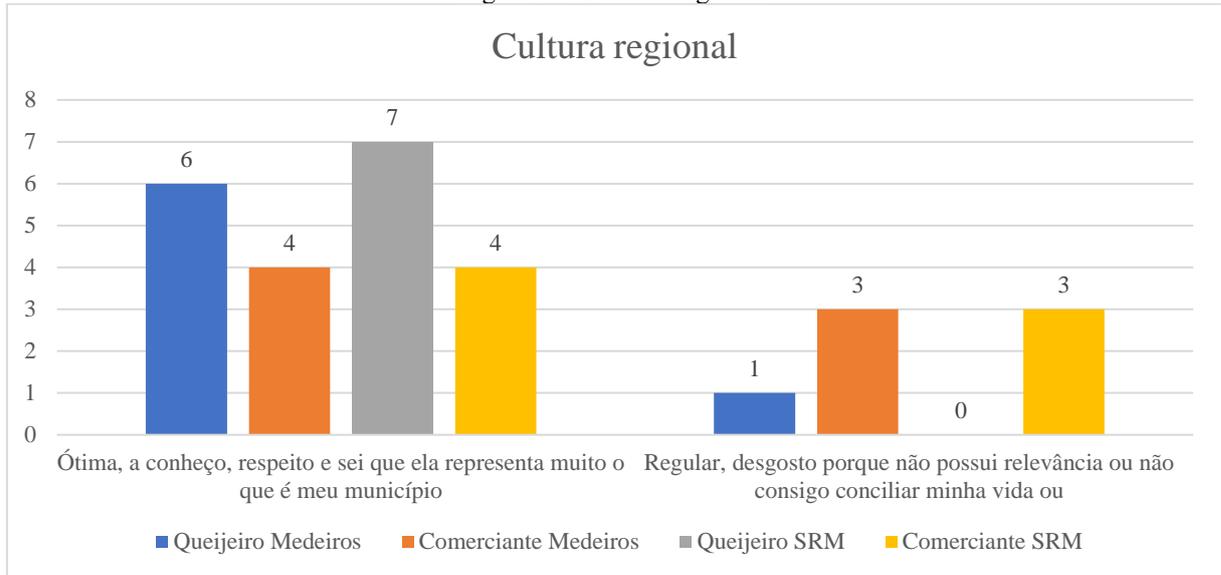
APROCAN (apêndice V) demonstram uma liderança do presidente da cooperativa de crédito do município de São Roque de Minas. Ele participa da presidência da principal instituição financeira dos municípios de Medeiros e São Roque de Minas, o SICOOB-SAROM CRED, e também da presidência da APROCAN que é gestora das atividades de regularização com o IMA (PONTO, 2020). Segundo informações colhidas é uma pessoa considerada importante ao município, logo, trata-se de um capital simbólico da região segundo as referências teóricas de Bouordieu.

O capital cultural segundo Boisier (1999) são as tradições, crenças, relações sociais e modos de produção. Observando estes conceitos e fazendo a observação direta no local foi verificado na pesquisa que o capital cultural está presente e é “modo de fazer do queijo” da Canastra (tradição, relação de produção). O Conselho Consultivo do IPHAN aprovou, em 15 de maio de 2008, por aclamação, o registro do Modo Artesanal de Fazer o Queijo de Minas como Patrimônio Imaterial Brasileiro, o que veio a ocorrer em 13 de junho de 2008. No processo o IPHAN inventariou as regiões do Serro, Serra da Canastra e Serra do Salitre (Cerrado), onde predominam fazendas que mantêm a tradição de fazer um queijo reconhecido mundialmente como “Queijo Minas Artesanal”. O queijo Canastra presente na região tem características de confecção que remontam a uma tradição típica da Serra da Estrela, em Portugal, mas que se inovou com as formas de fazer próprias dos mineiros (MENEZES, 2006).

O “modo de fazer” artesanal representa uma cultura conhecida e valorizada pela maioria dos agentes locais na relação de produção, como se pode verificar na representação das questões 16 (queijeiro) e 17 (comerciante) com a pergunta “Como você analisa a cultura de sua região?”

A maioria a respeita e a valoriza mesmo quando não tem relação com sua atividade (Figura 34).

Figura 34- Cultura Regional.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

O modo artesanal de fazer o queijo de Minas sustenta-se, conforme descrito no Dossiê IPHAN 11 (2014) e no parecer 141/2021 anexo a pesquisa, em saberes e fazeres dinâmicos, inscritos histórica e na tradição e nas práticas das regiões onde ocorre, constituindo uma marca identitária e uma rede própria de sociabilidades ancoradas na atualização diária da memória e dos conhecimentos transmitidos de geração em geração e tem como principais pontos o uso de leite cru, a adição do pingo e o uso de mão de obra preponderantemente familiar (Parecer 141/2021). O parecer técnico 141/2021 juntado a pesquisa detalha as fases até a adição do pingo, considerada a etapa mais importante, as fases completas são obtenção do leite, elaboração do queijo, adição de coalho, adição do “pingo”, corte da massa na coalhada, mexedora, coagem do soro, separação da massa, colocação da massa em formas, esfremadura, primeira salga com sal grosso de 06 a 12 horas, viragem e segunda 12 horas, maturação (10, 14 e 21 dias), acabamento com lixas.

O antropólogo Malinowski (1975, p. 43) já havia definido cultura de maneira ampla, “abrangendo as heranças de artefatos, bens, processos técnicos, ideias, hábitos e valores”. Outro antropólogo que teve grande influência nessa concepção foi Clifford Geertz (1989, p. 52), que, em sua teoria interpretativa da cultura, define: “cultura é o padrão, historicamente transmitido, de significados incorporados em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas, por meio das quais os homens se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atitudes acerca da vida.” A Figura 16 já tratada no subtópico do capital cognitivo da pesquisa detalha a transferência dos saberes pela tradição nos municípios. Durante a pesquisa foi observado os impactos positivos que os queijos artesanais proporcionam aos

municípios, pois além do aumento de renda da população, principalmente de pequenos grupos familiares (fator econômico), foi visto também os fatores sociais como transferência de conhecimento, confiança e reciprocidade. Para Montanari (2008, p. 183), assim como a língua falada, o sistema alimentar contém e transporta a cultura de quem a pratica, tornando-se depositário das tradições e da identidade de um grupo.

Em termos culturais foi observado além da cultura da região, ligada à tradição em relação a produção de queijo, uma “cultura dominante”, segundo Bourdieu, que vem contribuindo para a legitimação da ordem estabelecida.

Como foi exposto o principal desafio dos produtores queijeiros artesanais da região é a legislação. A cultura “dominante” foi verificada nas disposições de alguns agentes e profissionais do setor privado em manter algumas amarras legislativas aos produtores principalmente na comercialização do produto, mesmo sabendo que ela possa vir a implantar uma cultura mais industrial que artesanal. Alguns produtores por exemplo já tentam persuadir seus pares a se adequar a legislação em vez de questionar pontos sensíveis da legislação que descaracterizam a produção.

Outro ponto que foi verificado e merece destaque é a atuação do capital cultural no associativismo e cooperativismo. Pela observação direta foram colhidos dados juntos produtores e em outras fontes como jornais e revistas e com isso constatou-se que a cultura do cooperativismo vem sendo muito bem aplicada por uma grupo desde a década de 90 quando o município de São Roque de Minas a utilizou para sanar um problema referente ao fechamento da antiga Minas criando uma cooperativa de Crédito, e está se expandiu as outros municípios. Em relação ao cooperativismo isto foi um fator positivo, pois outros municípios também instituírem cooperativas agrícolas demonstrando ser possível a reprodução da cultura deste modelo organização.

O mesmo sucesso não foi verificado ao associativismo voltado a produção queijeira. A cultura do associativismo trabalhado nos municípios não foi eficiente se comparada com o tempo de implantação dela. Pela observação direta verifica-se que esta cultura (associativismo) vem sendo implanta no município deste o início do século XXI, todavia, existem apenas 02 (duas) associações nos municípios de São Roque de Minas e Medeiros (com excelência na sua gestão interna) com um número muito baixo de associados se considerados a estimativa dos produtores existentes em ambos os municípios. Esta situação se agrava ainda mais se compararmos com os demais municípios onde sequer foram verificadas associações como ocorre com os empreendedores de Medeiros.

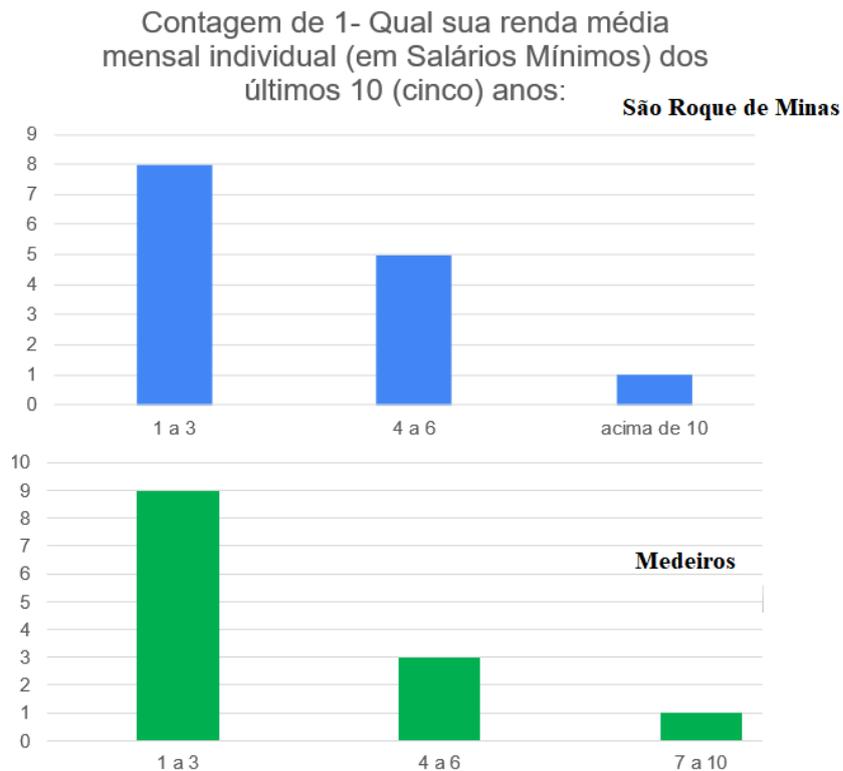
4.8 Capital econômico

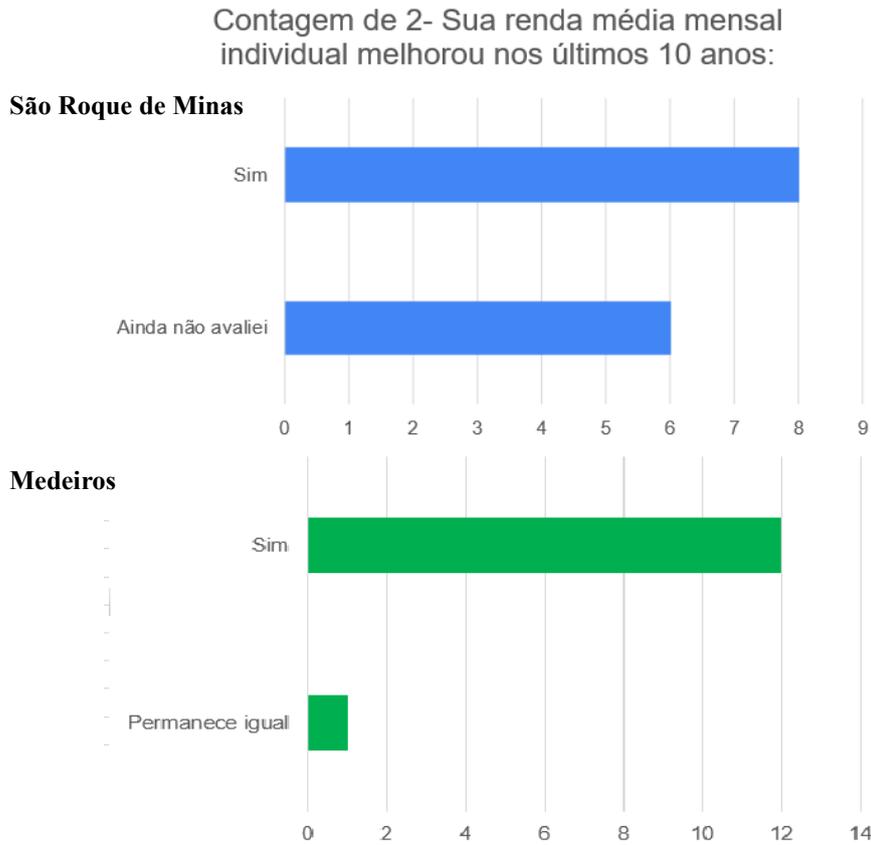
O denominado “capital econômico” ou “capital construído” é o capital físico, o qual inclui a infraestrutura, bens de capital, capital financeiro e comercial.

O capital financeiro e comercial é verificado através de ações concretas aos agentes locais como por exemplo o trabalho da EMATER no apoio obtenção de juros subsidiados no PRONAFE já constado no tópico onde é exposto o “mapa institucional”. Segundo o projeto produtor familiar queijeiro em atividade pode obter de crédito rural, juros subsidiados de 4% ao ano junto ao PRONAF (Programa de fortalecimento da agricultura familiar) pela DAP (declaração de aptidão ao PRONAF) que é emitida pelo técnico da EMATER.

O capital econômico pode ser também observado na melhoria de renda dos produtores nos últimos 10 anos conforme ficou representado na Figura 35 e obtidos pelo formulário adaptado.

Figura 35 - Renda média mensal.





Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Entretanto o quesito mais significativo na literatura sobre capital construído é a infraestrutura. A política de investimento em infraestrutura é importante para uma região ou economista estatal na medida em que auxilia o capital privado (redução dos custos de transação, de produção, de transporte). O investimento em infraestrutura é considerado fundamental para o crescimento econômico dado que aumenta o retorno dos insumos privados (capital e trabalho) e incentiva os investimentos privados (MONTES; REIS, 2011).

Segundo Bielschowsky (2002), levantamentos do segmento rodoviário mostram uma contínua deterioração da rede de estradas nos últimos anos. A qualidade da infraestrutura de transportes tornou-se altamente precária, comprometendo a competitividade sistêmica da economia brasileira.

No município de Medeiros esse quesito foi preenchido com obras para museus e como já dito uma boa pavimentação asfáltica.

No município de São Roque de Minas este investimento se mostrou insuficiente, suas estradas não são de pavimentação asfáltica, em maioria, sua quase totalidade é constituída de terra (Figura 36).

Figura 36- Infraestrutura Transporte.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Como as estradas são em sua quase totalidade de terra foi verificado vários buracos em sua extensão, isso é aumenta os custos de transporte com manutenção de veículos e se torna um fator de perigo quando somados com as ribanceiras nas quais elas foram construídas.

As estradas de São Roque de Minas também dividem problemas diferentes a depender das estações do ano. No período da seca tem muita poeira como mostra a figura, já no período das chuvas ocorre muita lama.

Os problemas relatados nas estradas de São Roque de Minas foram determinantes para diagnosticar a falta de capital econômico no município, pois é através delas que é escoada a produção queijeira. Por aumentarem o custo logístico dos agentes locais de desenvolvimento, em especial dos produtores de queijo canastra, elas foram o maior foco de reclamações em face do poder público municipal verificados na pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessas considerações finais são estabelecidos pontos que foram verificados na pesquisa e que também serão de conhecimento dos interessados por ela.

O objetivo geral da pesquisa era verificar a existência de capitais intangíveis na organização. Os capitais intangíveis são fatores intangíveis que impulsionam o desenvolvimento de uma região saindo do mero crescimento econômico e estabelecendo melhores condições de vida aos ocupantes desta região (BOISISER, 1999; ANDRADE, 2015). Eles são capitais imateriais, intocáveis, sendo necessária aplicação da interpretação humana a verificação de sua presença complexa, pois não contam com instrumentos efetivos capazes de diagnosticá-los. A pesquisa foi realizada justamente para tentar sanar este problema.

O formulário adaptado para capital intangível utilizado como instrumento de verificação dos nove capitais descritos por Boisier (1999) possibilitou entender a organização produtiva dos municípios de Medeiros e São Roque de Minas, diagnosticando a presença dos capitais cognitivo, humano, psicossocial, social e a ausência do capital cívico. Os capitais que o formulário não identificou foram verificados por entrevistas e observações diretas conjunto de medidas também colocadas no instrumento de pesquisa.

A pesquisa trouxe dados das inter-relações das instituições públicas, privadas e os produtores e os comerciantes dos municípios de Medeiros e São Roque de Minas. Foi verificado que a APROCAN inter-relaciona com instituições exógenas aos municípios pesquisados tais como Sebrae, IMA, e com a instituição local (endógena) Cooperativa de Crédito SAROM, porém não se inter-relaciona com os 722 produtores queijeiros artesanais do município, limitando-se apenas aos 68 produtores associados a ela. A Prefeitura de São Roque de Minas tem articulação com esses produtores não associados, e até mesmo os comerciantes locais com a implantação do sistema de inspeção municipal, porém as entrevistadas do apêndice VII mostram que ela, não se articula com APROCAN e não se articula com instituições exógenas ao município. No município de Medeiros há um inter-relacionamento da prefeitura com a EMATER, que auxilia no pagamento de despesas e da EMATER com os produtores desenvolvendo sua capacitação na produção dos queijeiros artesanais; embora haja inter-relação a estabelecer um capital institucional, pela de má formação. Elas não abordam um conteúdo integrado na sua organização produtiva, logo, estas inter-relações são insuficientes a estabelecer uma cooperação “interfirmas”, ou seja, “conexão de serviços recíprocos entre as firmas existentes a partir do entendimento mútuo entre ambas as partes de que obterão ganhos de alguma natureza ao estabelecer vinculações formais ou ligações informais baseadas em algum

grau de confiança (NEVES,2017; p.165)”.

A confiança no poder público também foi pesquisada por ser um fator essencial ao capital social e cívico. Ela se verificou falha, pois, a muita confiança dedicada somente a uma relação individual, de reciprocidade. Pelas inter-relações verificadas entre as instituições públicas, privadas, os produtores queijeiros artesanais e os comerciantes locais foi possível alcançar outro objetivo da pesquisa que era entender o modelo local de organização produtiva. Ficou claro que nos municípios não existe de um arranjo produtivo local e sim um Sistema Agroalimentar Localizado em estágio de desenvolvimento incipiente.

Uma possível justificativa ao estágio de desenvolvimento incipiente do SAL se deve aos poderes públicos presentes nos municípios. Eles foram incapazes de gerar ou mesmo exercer os capitais intangíveis Social, Institucional e Cívico e assim trabalhar as questões sensíveis ao desenvolvimento do município como a ampliação do associativismo entre os produtores queijeiros e comerciantes/empreendedores. Existem apenas 02 (DUAS) associações nos municípios e com um número muito baixo de associados. Esta inexpressiva quantidade de associações dificulta a evolução do SIAL estabelecido e impossibilita as discussões sobre a construção de um arranjo produtivo local na região, visto que um dos requisitos deste modelo é a competição segundo a literatura sobre o assunto.

O capital econômico também não foi trabalhado. Se em Medeiros este capital foi preenchido adequadamente em São Roque de Minas a falta de investimento físico em áreas estratégicas(estradas) dificulta não só a logística da produção queijeira artesanal, mas uma inter-relação com o município de Medeiros na proposta do consorcio intermunicipal CIKANASTRA.

Este diagnostico possibilita aos governos municipais de Medeiros e São Roque de Minas definir uma política de desenvolvimento endógeno para promover uma melhor utilização dos recursos e características da região. Pode ajudar a exercer sua governança e ser o poder simbólico no estabelecimento da integração entre os agentes locais de desenvolvimento e as instituições de apoio, pois a ele cabe a obrigação de predominar o interesse coletivo sobre o particular. Relatos informam que este espaço que caberia ao poder público foi por necessidade e competência ocupado por entes do setor privado.

Ressaltando a competência do setor privado, a pesquisa verificou que as duas associações APROCAN e APROCAME exercem monopólio em seus respectivos municípios, mas demonstram competência na transmissão da cultura do queijo aos seus associados. Apresentam maior domínio dos capitais intangíveis presentes na região e os aplicam em sua organização interna. O capital cultural e o capital simbólico foram diagnosticados na sua estrutura, eles inclusive possibilitam a continuidade do monopólio das suas ações organizando

as práticas e as representações da realidade dos habitantes dos municípios (BOUDIEU, 1989; SOUZA FILHO, 2013).

Com a pesquisa finalizada acredita-se que o objetivo do trabalho que era analisar a organização produtiva da Canastra e verificar os capitais intangíveis como fatores de sua organização produtiva foi alcançado dando como contribuição um diagnóstico de quais capitais intangíveis devem ser trabalhados nos municípios e em alguns passagem até as formas de como fazê-lo. A devida aplicação destes capitais poderá elevar o estágio de desenvolvimento dos municípios e também pode servir como parâmetros de políticas de fomento dos municípios.

Contudo, como toda pesquisa, houve falhas que podem ser sanadas com uma continuação e adequação principalmente do instrumento de coleta que representou tanto êxito no diagnóstico também apresenta limitação no mesmo diagnóstico dos capitais intangíveis. Somente o formulário adaptado não se mostrou suficiente na verificação dos capitais intangíveis, houve a necessidade das entrevistas e da observação direta no local, pois, um formulário fechado que abrangesse todos os capitais sem mostrava extenso e complexo demais chegando até mesmo a ser desgastante para o entrevistado, contudo, retirando, algumas questões de base psicológica alguns capitais não são apresentados, uma vez que são subjetivos. A adequação para esse problema foram as entrevistas e a observação direta, mas nada impede outra formulação

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, F.; ZAPATA, T.. A importância da estratégia de desenvolvimento local/territorial no Brasil. *In*: DOWBOR, L.; POCHMANN, M (org). **Políticas para o desenvolvimento local**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010. p 17. Disponível em: <https://desenvolvimento.rs.gov.br/upload/arquivos/carga20170525/04092540-1353522830-a-20import-c3-a2ncia-20da-20estrat-c3-a9gia-20de-20desenvolvimento-20local-20territorial-20no-20brasil-20-20albu.pdf> Acesso em: 05 out. 2021.
- AMBROSINI, L. B.; FILIPPI, E. E.; MIGUEL, L. A. SIAL: Análise da produção agroalimentar a partir de um aporte territorialista e multidisciplinar. **IDEAS**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 6-31, jan./jul. 2008. Disponível em <https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/29> Acesso em: 06 out. 2021.
- ANDRADE, C. C. **Análise dos Capitais Intangíveis no Processo de Desenvolvimento da Incubadora de Base Tecnológica: O Caso da Incubadora de Base Tecnológica de Itajubá - MG**. 2015. 103 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade), Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unifei.edu.br/xmlui/handle/123456789/193?locale-attribute=es> Acesso em: 11 nov. 2021.
- ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE QUEIJO CANASTRA DE MEDEIROS - APROCAME. **Matérias do site**. 2021. Disponível em: <https://aprocame.com.br> . Acesso em: 05 nov. 2021.
- ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE QUEIJO CANASTRA – APROCAN. **Matérias do site**, [entre 2008 a 2021]. Disponível em: <https://queijodacanastra.com.br> Acesso em: 05 nov. 2021.
- BARDIN L. **L'Analyse de contenu**. Editora: Presses Universitaires de France, 1977.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo. Edições 70, 2011, 229p.
- BASTOS, S. Q. de A.. Disritmia Espaço-Tempo: análise das estratégias de desenvolvimento adotadas em Juiz de Fora (MG), pós anos 70. *In*: Seminário de história econômica e social da zona da mata mineira, 1, 2005, Juiz de Fora, MG. **Anais...** Juiz de Fora, MG, 2005. Disponível em: <https://silo.tips/download/disritmia-espao-tempo> Acesso em 12 nov. 2021.
- BECKER, G. S. **Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education**. University of Chicago Press, Chicago, 1964.
- BIELSCHOWSKY, R. **Investimento e reformas no Brasil: indústria e infraestrutura nos anos 1990**. Brasília: IPEA/Cepal, 2002.
- BOISIER, S. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. *In*: HADDAD, P. R. *et al.* **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S. A., 1988. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Economia_regional.html?id=2y0iAQAAAJ&red

[ir_esc=y](#) Acesso em: 25 set. 2021.

BOISIER, S.. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. *In*: HADDAD, Paulo Roberto (Org.). **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: BNB: ETENE, 1989.

BOISIER, S.. **El difícil arte de hacer región**. Cusco: Centro de Estudios Regionales Andinos, 1992.

BOISIER, S.. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 13, p. 111-147, 1996. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/135> Acesso em 22 set. 2021.

BOISIER, S.. El Desarrollo Territorial a partir de la construcción de Capital Social. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 2, nov./1999, p. 39-53. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5139/513952492004.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2021.

BOISIER, S.. **Conversaciones sociales desarrollo regional potenciación del capital sinérgico creación de sinergia cognitiva en una región**: Región del Maule, ile. Talca: alca Universidad de Talca, 2000.

BOISIER, S.. **Desarrollo (local): ¿de que estamos hablando?**. Buenos Aires: Centro de estudios desarrollo y territorio, 2001.

BOISIER, S. Y si el desarrollo fuese una emergencia sistémica? **Revista Del CLAD Reforma y Democracia**, Caracas, Venezuela, n. 27, out. 2003. Disponível em: https://repositorio.uc.cl/xmlui/bitstream/handle/11534/30674/_Si%20el%20desarrollo%20fuese%20una%20Emergencia%20Sist%C3%A9mica_.pdf?sequence=1 Acesso em: 03 nov. 2021.

BOISIER, S.. **Imágenes en el espejo: aportes a la discusión sobre crecimiento y desarrollo territorial**. Santiago de Chile: Editorial Puerto de Palos, 2006.

BOISIER, S. Em Busca Do Esquivo Desenvolvimento Regional: Entre A Caixa-Preta e o Projeto Político. **Planejamento E Políticas Públicas**, [S. L.], N. 13, 2009. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/135>. Acesso em: 26 Out. 2021.

BONTIS, N. Managing organisational knowledge by diagnosing intellectual capital: framing and advancing the state of the field. **International Journal of technology management**, v. 18, p. 433-462, 2001. Disponível em: <https://www.igi-global.com/chapter/managing-organizational-knowledge-diagnosing-intellectual/129625> . Acesso em: 10 out. 2021.

BOURDIEU, P.. **Homo academicus**. Paris, Editions de Minuit, 1984.

BOURDIEU, P.. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil. Difel, Lisboa. (Coleção Memória e Sociedade). 1989. Disponível em:

BOURDIEU, P. **La misère du monde**. Paris: Seuil, 1993.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/06/BOURDIEU-Pierre.-O-poder-simb%C3%B3lico.pdf> Acesso em: 15 ago. 2021.

BURKER, P. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot (2000)**. Peter Burke; tradução Plínio Dentzien. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003

BRAGA, T. M.. Desenvolvimento Local Endógeno: entre a competitividade e a cidadania. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, n. 5, p. 23-37, maio 2002. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/63>. Acesso em 07 jul.2021.

BRASIL. **Decreto nº 10.032, de 1º de outubro de 2019**. Brasília, DF, 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10032.htm . Acesso em: 05 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm Acesso em: 05 nov. 2021.

CARDOSO, U. C.; CARNEIRO, V. L. N.; RODRIGUES, É. R. Q.. **APL: arranjo produtivo local**. Brasília: Sebrae, 2014. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/b8126fa768f69929a146f38122da570b/\\$File/5197.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/b8126fa768f69929a146f38122da570b/$File/5197.pdf). Acesso em 08 fev. 2021.

CARMO, P. S. do. **O trabalho na economia global**. São Paulo: Moderna, 1998.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. (Coord.). **Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais**. Rio de Janeiro: IE/UFRJ/SEBRAE, 2003.

CASTRO, L. H. **Arranjo Produtivo Local**. Brasília: SEBRAE, 2009. (Série Empreendimentos Coletivos)

CARBONE, P. P. **Gestão por competências e gestão do conhecimento**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2009.

COLEMAN, J. Social Capital in the Creation of Human Capital. **American Journal of Sociology**, v. 94, Supplement, p. 95-120, 1988. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/228943> Acesso em: 12 ago. 2021.

COSTA, E. J. M. da. **Arranjos Produtivos Locais, políticas públicas e desenvolvimento regional**. Brasília: Mais Gráfica Editora, 2010.

CRUVINEL, L. A. A importância das bactérias do canastra para a sustentabilidade. **SertãoBras**, 2021. Disponível em: <https://www.sertaobras.org.br/2021/02/05/publicacao-de-teste/> . Acesso em: 02 de nov. 2021.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS – EMATER-MG. **Estatuto Social da Empresa**, 2018. Disponível em:

<https://www.emater.mg.gov.br/download.do?id=20634> . Acesso em: 02 de nov. 2021.

FEENSTRA, G. W. Local food systems and sustainable communities. **American journal of alternative agriculture**, v. 12, n. 1, p. 28-36, 1997. Disponível em:

<https://www.cambridge.org/core/journals/american-journal-of-alternative-agriculture/article/abs/local-food-systems-and-sustainable-communities/9CA628ACC99277766469B0101E0BAF49> Acesso em: 15 ago. 2021.

FUINI, L.. Um estudo comparativo sobre modelos de desenvolvimento territorial regional e local: os Arranjos Produtivos Locais (APL) e os Sistemas Agroalimentares Localizados (Sial). **Cadernos do desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 13, p.69-87, jul./dez. 2013.

Disponível em: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/138>. Acesso em: 11 jan. 2021.

GEERTZ, Clifort. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989

G1 Centro Oeste. **Queijo feito na Serra da Canastra conquista premiação internacional**.

[s.l]: G1, 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/mg/centro-oeste/noticia/2015/06/queijo-feito-na-serra-da-canastra-conquista-premiacao-internacional.html>. Acesso em: 03 mar. 2021.

GORZ, André. **O imaterial, conhecimento, valor e capital**, São Paulo: Annablume, 2005.

HABERMAS, J. **The theory of communicative action**. Vol 1. Reason and the rationalization of society. Boston, Beacon Press.

HADDAD, P. R. Capitais intangíveis e desenvolvimento regional. **Revista de Economia**, v. 35, n. 3 (ano 33), p. 119-146, set./dez. 2009. Editora UFPR. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/16712> Acesso em_02 de nov. 2021.

HADDAD, P. R. A organização dos sistemas produtivos locais como prática de desenvolvimento endógeno. *In: Anais do FÓRUM INTERAMERICANO DA MICROEMPRESA*. Rio de Janeiro: BID, 2002.

HASENCLEVER, L.; ZISSIMOS, I.. A evolução das configurações produtivas locais no Brasil: uma revisão da literatura. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 407-433, set. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612006000300001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 fev. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=downloads>. Acesso em: 03 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**.

IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuaria.html?=&t=o-que-e> Acesso em: 03 out. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Livro que mapeia rotas gastronômicas do queijo da Canastra será lançado em BH**, 2018. Disponível em:

<https://www.ifmg.edu.br/portal/livro-que-mapeia-as-rotas-gastronomicas-do-queijo-da->

[canastra-sera-lancado-em-bh](#) Acesso em: 03 out. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Campus Bambuí vai analisar amostras de água e leite de queijos artesanais**, 2021. Disponível em:

<https://www.bambui.ifmg.edu.br/portal/ultimas-noticias/campus-bambui-vai-analisar-amostras-de-agua-e-leite-de-queijos-artesanais> Acesso em: 03 out. 2021.

IPHAN. **Dossiê IPHAN 11: Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas**. Brasília, DF: IPHAN, 2014. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Dossie_Queijo_de_Minis_web.pdf . Acesso em: 03 out. 2021.

LASTRES, H. **Avaliação das políticas de promoção de Arranjos Produtivos Locais no Brasil e proposição de ações**. Nota Técnica CGEE. Brasília, 2007. Disponível em

www.cgge.org.br/atividades/redirect/3975 Acesso em: 03 out. 2021.

LEME, R.. **Avaliação de desempenho com foco em competência: a base para remuneração por competências**. Rio de Janeiro, Qualitymark, 2006.

LINS, Hoyêdo Nunes. Sistemas agroalimentares localizados: possível "chave de leitura" sobre a maricultura em Santa Catarina. **Revista de Economia e Sociologia Rural** [online]. 2006, v. 44, n. 2 , pp. 313-330. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032006000200008> . Acessado em: 25 jan 2022.

MASCENA, K. M. C.; FIGUEIREDO, F. C.; BOAVENTURA, J. M. G. Clusters e APL'S: análise bibliométrica das publicações nacionais no período de 2000 a 2011. **Revista de Administração de Empresas**, v. 53, n. 5, p. 454-468, 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rae/a/x75LLNZmcJjthdTqxNWDqMj/abstract/?lang=pt> Acesso em: 12 ago. 2021.

MALINOWSKI, B. **Uma teoria científica da cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MARTINEZ, S. *et al.*. **ERR 97**. US Department of Agriculture, Economic Research Service, v. 5, 2010.

McCLELLAND, D. C. **The Achieving Society**, Nova Iorque, D. van Nestrand Co., Inc., 1961.

MELO, P. T. N. B. de; REGIS, H. P.; BELLEN, H. M.. Princípios epistemológicos da teoria do capital social na área da administração. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 13,n. 1,p. 136-164, Mar. 2015 . Disponível em

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512015000100009&lng=en&nrm=iso Acesso em 30 abr. 2021.

MENEZES, J. N. C. **Queijo artesanal de minas: patrimônio cultural do Brasil. VOLUME I Dossiê interpretativo**. Belo Horizonte, IPHAN. Maio de 2006. Disponível em

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_modos_fazer_queijo_minas.pdf Acesso em 30 out. 2021.

MINAS GERAIS. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais. **Caracterização da microrregião da Canastra como produtora de queijo Minas**

artesanal. Belo Horizonte: EMATER-MG, 2004.

MINAS GERAIS. **Portaria IMA nº1810, de 24 de abril de 2018.** Alteração do artigo 1º da Portaria nº 694, de 17 de novembro de 2004, para incluir o município de Córrego D'anta na microrregião da Canastra. Disponível em: <http://ima.mg.gov.br/files/1349/Ano-2018/14405/Portaria-n%C2%BA-1810,-de-24-de-abril-de-2018.pdf> . Acessado em: 05 nov 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Normas de atenção à saúde integral de adolescente.** Vol. 1. Diretrizes gerais para atendimento de adolescentes. Acompanhamento do crescimento e desenvolvimento. Distúrbios da puberdade. Desenvolvimento psicológico do adolescente. Brasília, DF: Autor. 1993.

MONTANARI, M. **Comida como cultura.** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

MONTEIRO, W. F. A metodologia neoclássica da teoria do capital humano: Uma análise sobre Theodore Schultz e Gary Becker. **Rev. Econ. do Centro-Oeste**, v.2, n.1, p. 40-56, 2016.

MONTES, G. C.; REIS, A. F.. Investimento público em infraestrutura no período pós-privatizações. **Economia e Sociedade** [online]. 2011, v. 20, n. 1 , pp. 167-194. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-06182011000100007>. Acessado em 20 nov. 2021.

MOTA, M. G.. **A experiência do território da Serra da Canastra:** instituições, indicação geográfica e singulares.2017.123 f. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade Estadual Paulista. Araraquara-SP. 2017.

MUCHNIK, J. **Conférence introductive in Systèmes agroalimentaires localisés et construction des territoires.** Colloque organisé par le CIRAD (équipe TERA). Montpellier, 2002.

NEVES, F. M.; MOCELIN, D. G. Cooperação e relações entre grandes e pequenas empresas em parques tecnológicos. **Século XXI: Revista de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 157–195, 2017. DOI: 10.5902/2236672526324. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/26324>. Acesso em: 7 jan. 2022.

NETTO, M. M.. A geografia do queijo minas artesanal. 2011. 420 f. Tese - (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/104382> Acesso em 01 ago de 2021.

PECQUEUR, B.. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem para os processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raízes**, Campina Grande/PB, UFPB, Programa de Pós-graduação em Ciências sociais, v. 24, n. 1/2, p. 10-22, jan./dez. 2005. Disponível em: <http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/243/225>. Acesso em 08 mar. 2021.

PELLIN, V.; RIBEIRO, J. C.; MANTOVANELI Jr., O. Contribuições dos produtos tradicionais para o território: a experiência do Queijo Serra da Estrela, em Portugal. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 09, n. 01, jan-jun 2016. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/ter/article/view/430> Acesso em: 25 ago. 2021.

- PINTO, G. A.. **A organização do trabalho no século 20**: taylorismo, fordismo e toyotismo. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2649454/mod_resource/content/1/PINTO%202007%20A%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20do%20Trabalho%20no%20S%C3%A9culo%2020.pdf Acesso em 15 de outubro de 2021.
- PIRES, M. C. S. Queijo do Serro: Memória e Arte da identidade mineira. **Revista do TCE**, Minas Gerais, v. 31, n. 3, capa, jul./set. 2013. Disponível em: <http://revista1.tce.mg.gov.br/Revista/RetornaRevista/781>. Acesso em: 01 mar. 2021.
- PORTER, M. E. **Competição**: estratégias competitivas essenciais. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- PREFEITURA DE SÃO ROQUE DE MINAS. **Serviço de Inspeção Municipal**. Disponível em: <http://www.docbox.com.br/saoroquedeminas/arq.php?function=visualiza&id=882> . Acesso em: 15 jul. 2021.
- PREFEITURA DE MEDEIROS. **Feira Gastronômica do Queijo Canastra de Medeiros**. 2016. Disponível em: <https://www.medeiros.mg.gov.br/noticia.php?id=94#.Yf0OlurMKUk> Acesso em: 15 jul. 2021.
- PREFEITURA DE MEDEIROS. **A cidade**. Disponível em: <https://www.medeiros.mg.gov.br/> Acesso em: 15 jul. 2021.
- PUTNAM, R. D.. The prosperous community: social capital and public life. **The American Prospect**, Spring, n. 13, p. 35-42, 1993.
- PUTNAM, R. D.. Social capital: Measurement and consequences. **Canadian Journal of Policy Research**, v. 2, p. 41-51, 2001. Disponível em: <https://www.alnap.org/system/files/content/resource/files/main/1825848.pdf> Acesso em: 05 nov. 2021.
- PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002
- REDESIST. **Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais**. RedeSist. Disponível em: www.redesist.ie.ufrj.br. Acesso em: 01 mar. 2021.
- RIBEIRO, J. C.; SANTOS, J. F.. Produtos do território e desenvolvimento local. In. ROMÃO, A. P. *et al.* **Ensaio de Homenagem a António Simões Lopes**. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, 2006. p. 165-183. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4754> Acesso em: 25 nov. 2021.
- ROCHA, J. D. A Importância do Capital Institucional na Sustentabilidade do Desenvolvimento Territorial. *Sustainability in Debate*, v. 1, n. 1, 63–78, 2010. <https://doi.org/10.18472/SustDeb.v1n1.2010.730> Acesso em: 01 jul. 2021.
- SÁ, Á. R. de S.; SILVA, D. L.; SÁ, M. S. N. de L.. Capital Humano e Crescimento Econômico: Uma análise dos Municípios de Pernambuco entre 2000-2010. **Journal of**

Perspectives in Management – JPM, v. 3, n. 2, p. 35-48, 2019. Disponível em <
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/jpm/article/view/242863/33778>> Acesso em 21 de novembro de 2021.

SANTOS, E. L.; *et al.* **Desenvolvimento: um conceito multidimensional**. DRd. Mafra, SC, v. 2, n. 1, 2012. Disponível em:
<http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/215/284>. Acesso em 08 mar.2021.

SÃO ROQUE DE MINAS. **Lei complementar nº 144, de 22 de outubro de 2017**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/s/sao-roque-de-minas/lei-complementar/2017/15/144/lei-complementar-n-144-2017-dispoe-sobre-a-constituicao-do-servico-de-inspecao-municipal-e-os-procedimentos-de-inspecao-sanitaria-em-estabelecimentos-que-produzam-e-processam-alimentos-e-bebidas-de-origem-animal-para-consumo-humano-no-municipio-de-sao-roque-de-minas-e-da-outras-providencias-2019-02-13-versao-compilada> Acesso em 05 nov. 2021.

SCHMITZ, Hubert. Eficiência coletiva: caminho de crescimento para a indústria de pequeno porte. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, RS, v.18, n. 2, 1997. Disponível em:
<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaio/article/download/1902/2276>. Acesso em: 04 mar. 2021.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Letras, 2000.

SERTÃOBRAS. Disponível em: <https://www.sertaobras.org.br/> . Acesso em 11 out. 2021.

SERTÃOBRAS. **Entenda como a certificação de origem pode proteger o queijo canastra**. 28 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://www.sertaobras.org.br/2017/12/28/entenda-como-a-certificacao-de-origem-pode-protger-o-queijo-canastra/> Acesso em 11 out. 2021.

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T.. Análise de Conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@s Revista Eletrônica**. v. 17, n. 1, 2015. Disponível em:
<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnEPQ129.pdf>. Acesso em 11 out. 2021.

SILVA, G. O. do V.. Capital cultural, classe e gênero em Bourdieu. **INFORMARE – Cadernos de Pós-Graduação em Ciências da Informação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 24-36, 1995.

SILVA FILHO, A. M.. Intelecto humano: liderança requer compromisso e compleição. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 119, p. 70-72, 2011. Disponível em:
<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/13040/6859>
Acessado em 25 jul. 2021.

SILVA FILHO, R. B. DA; BARBOSA, E. DO S. C. Educação Especial: da prática pedagógica à perspectiva da inclusão. **Educação Por Escrito**, v. 6, n. 2, p. 353-368, 17 ago. 2015. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/porescrito/article/view/20575>

Acesso em: 19 nov. 2021.

SIMONCINI, J. B. V. B.. **Produzir para viver ou viver para produzir: conflitos vividos pelos produtores familiares e as estratégias de resistência no território do queijo Canastra**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria, p-308.2017.

SOUZA, A. B.; FORNAZIER, A.; DELGROSSI, M. E. Sistemas Agroalimentares Locais: possibilidades de novas conexões de mercados para a agricultura familiar. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 23, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/atkqwMk45DLStLLhgym5yRH/abstract/?lang=pt> Acesso em: 25 mai. 2021.

SOUZA FILHO, O. V. de; SILVEIRA, R. Z. da; CARRIERI, A. de P.; TEIXEIRA, J. C. "Um arranjo produtivo em xequê": campo, habitus e capital simbólico em um Arranjo Produtivo Local moveleiro em Minas Gerais. **Revista de Administração**, [S. l.], v. 48, n. 4, p. 671-687, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rausp/article/view/78808>. Acesso em: 22 nov. 2021.

STEVENS, C. The knowledge-driven economy. In: **The knowledge economy**. Boston: Ed. D. Neef, Butterworth-Heinemann, 1998.

STÖHR, W. Development from below: the bottom-up and peripheryinward development paradigm. **John Wiley**, Chichester, 1981. Disponível em: https://epub.wu.ac.at/6181/1/IIR_Disc_06.PDF Acesso em: 25 set. 2021.

TAMAYO, A.; PASCHOAL, T. A relação da motivação para o trabalho com as metas do trabalhador. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 7, n. 4, out/dez de 2003, p. 33-54. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/8PGD7qcRB9JL8CjQZNDfbrp/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 15 jul. 2021.

VÁSQUEZ BARQUERO, A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: FEE/UFRGS, 2001

VÁSQUEZ BARQUERO, A. Desarrollo local y dinámica regional, Economía y política regional en España ante la Europa del s. XXI, MELLA, J. M. (Coord.), Akal, Madrid. 1998.

VIEIRA, E. T.. Industrialização e Políticas de Desenvolvimento Regional: o Vale do Paraíba paulista na segunda metade do século XX. Tese de Doutorado em História Econômica. USP, 2009.

VOSS, R. R.. Capital cognitivo e bens simbólicos: a desigualdade social e o desenvolvimento das habilidades cognitiva no desempenho escolar. In: *IX Jornadas de Sociología*. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, 2011.

YIN, R. K. **Estudo de caso – planejamento e métodos**. 2 ed.. Porto Alegre: Bookman. 2001.

YIN. R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 ed., Porto Alegre: Bookman, 2005

YIN, R. K. **Case study research, design and methods (applied social research methods)**: Thousand Oaks. California: Sage Publications, 2009.

ZUIN, L. F. S.; ZUIN, P. B. Produção de alimentos tradicionais: contribuindo para o desenvolvimento local/regional e dos pequenos produtores rurais. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, SP, v. 4, n. 1, p. 109-127, jan./abr. 2008. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/117> Acesso em: 8 ago. 2021.

WCED. World Commission on Environment and Development: our common future. Oslo: WCED, 1987. Disponível em: <https://brasil.un.org/rio20/documentos/> . Acesso em: 14 jul. 2021.

APÊNDICE I – FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS QUEIJEIROS

Nome (OPCIONAL):

Sexo:

Idade:

Atividade exercida e quanto tempo na atividade:

1- Qual sua renda média mensal individual (em Salários Mínimos) dos últimos 10 (cinco) anos:
a) 1 a 3 (); b) 4 a 6 (); c) 7 a 10 (); d) acima de 10 ().

2- Sua renda média mensal individual melhorou nos últimos 10 anos:
a) Sim (); b) Não (); c) Permanece igual (); d) Não avaliei ().

3- O conhecimento da atividade que você exerce foi adquirido por:
a) Tradição/cultura familiar (); b) Tradição familiar e estudo técnico (); c) Tradição familiar e graduação na área (); d) Estudo técnico () e) Graduação e especialização ().

4- Com quem você exercida sua atividade?
a) Somente eu (); b) eu e minha família (); c) eu e meu sócio (); d) eu e meus empregados (até três funcionários) (); e) eu e meus empregados (acima de três funcionários) ().

5. Qual o grau de conhecimento escolar/acadêmico do seu familiar ou funcionário em relação a sua atividade?
a) Nenhum (); b) Básico (); c) Em formação (); d) Aprofundado ().

6- Como você conceitua sua atividade exercida?
a) () Como uma tradição familiar com conhecimentos e princípios passados de pai para filho;
b) () Como uma tradição familiar com conhecimentos e princípios passados de pai para filho e também aos que colaboram com a atividade;
c) () Um trabalho normal de uma empresa na obtenção de lucro e sustento.

7- Em relação às organizações ou grupos organizados (grupos e redes) da sua localidade, marque como você descreveria a participação deles nas decisões da comunidade, nas atividades produtivas da comunidade e na sua própria atividade com valores de 1 (um) a 5(cinco) sendo: 1-inexistente; 2-muito pouco participativa; 3-regular; 4-participativa; 5-muito participativa.

A. Grupo ou cooperativa agrícola

1 (); 2 (); 3 (); 4 (); 5 ()

B. Grupos de outros tipos de produção/serviços

1 (); 2 (); 3 (); 4 (); 5 ()

C. Associação de comerciantes ou de negócios

1 (); 2 (); 3 (); 4 (); 5 ()

D. Associação profissional técnica, de pesquisa e educação (EMATER, EMBRAPA, IFMG)

1 (); 2 (); 3 (); 4 (); 5 ()

E. Sindicato dos comerciantes ou dos trabalhadores

1 (); 2 (); 3 (); 4 (); 5 ()

F. Comitê do(a) bairro/localidade

1 (); 2 (); 3 (); 4 (); 5 ()

G. Grupo religioso ou espiritual (ex. igreja, mesquita, templo, grupo religioso informal, grupo de estudo religioso)

1 (); 2 (); 3 (); 4 (); 5 ()

H. Grupo ou movimento político do EXECUTIVO OU LEGISLATIVO local

1 (); 2 (); 3 (); 4 (); 5 ()

I. Grupo ou associação cultural (ex. arte, música, teatro, cinema)

1 (); 2 (); 3 (); 4 (); 5 ()

J. Grupo ou Sociedade organizadora de festivais/feiras

1 (); 2 (); 3 (); 4 (); 5 ()

K. Grupo financeiro, de crédito ou de poupança (COOPERATIVAS DE CRÉDITO)

1 (); 2 (); 3 (); 4 (); 5 ()

L. ONG ou grupo cívico (ex. Rotary Club, Cruz Vermelha, etc.)

1 (); 2 (); 3 (); 4 (); 5 ()

8. Marque 02 (dois) grupos que você e os membros do seu domicílio acham importantes para sua comunidade no quadro abaixo:

Associação ou cooperativa	(<input type="checkbox"/>)
Grupos de outros tipos de produção/serviços	(<input type="checkbox"/>)
Associação de comerciantes ou de negócios	(<input type="checkbox"/>)
Associação profissional técnica, de pesquisa e educação	(<input type="checkbox"/>)
Comitê do(a) bairro/localidade	(<input type="checkbox"/>)
Grupo religioso ou espiritual	(<input type="checkbox"/>)
Grupo ou movimento político	(<input type="checkbox"/>)
Grupo ou associação cultural	(<input type="checkbox"/>)
Grupo ou Sociedade organizadora de festivais/feiras	(<input type="checkbox"/>)
Grupo financeiro, de crédito ou de poupança	(<input type="checkbox"/>)

9. Alguém do seu grupo familiar ou do seu empreendimento participa das atividades dos dois (02) grupos escolhidos no quadro anterior? Respondendo sim (quantifique) marque a quantidade de vezes que você trabalha ou se reúne com a esse grupo no mês.

Não (); Sim (), 01 vez (), de 02 à 03 vezes (), acima de 03 vezes ().

10 - Marque com x os maiores benefícios de se fazer parte destes grupos?

BENEFÍCIOS	
Melhora a renda atual do meu domicílio ou o acesso a serviços	()
É importante em situações de emergência/no futuro	()
Beneficia a comunidade como um todo com suas atividades	()
Prazer/Diversão, espiritualidade e autoestima	()
Acrescenta conhecimento e novas práticas a minha atividade comercial	()

11. Na relação com os membros da sua comunidade, como você descreve suas relações de convívio?

- a) Péssima/Ruim ();
- b) Nem boa e nem ruim ();
- c) Boa ();
- d) Ótima ();

12. Na relação com comerciantes e produtores com atividades semelhantes ou não a sua, como você descreve suas relações de convívio?

- a) Péssima/Ruim ();
- b) Nem boa e nem ruim ();
- c) Boa ();
- d) Ótima ();

13. Você se uniria com algum deles para trocar experiências, realizar vendas conjuntas ou até mesmo emprestaria ferramentas ou outros bens a eles?

- a) Nunca/jamais ();
- b) Talvez ();
- c) sim, a poucos ();
- d) Sim, a todos ();

14. Numere abaixo as redes de relacionamentos e interações sociais que você participa ou observa com (1) discorda fortemente, (2) discorda parcialmente, (3) não concorda nem discorda, (4) concorda parcialmente e (5) concorda fortemente.

() Pessoas da nossa propriedade ou comercio passam algum tempo organizando eventos sociais/empresariais com as pessoas de nossa localidade ou outras localidades trocando informações;

() Pessoas da nossa propriedade têm mesmo nível educacional de pessoas de propriedades vizinhas, o que facilita as relações sociais;

() Posso relacionamentos informais com clientes, fornecedores e concorrentes e estes comigo; posso confiar que não vamos tirar vantagem desta relação mesmo que apareça alguma oportunidade;

() No geral, as pessoas da nossa localidade cumprem as promessas/acordos que fazem aqui e em outras localidades mesmo que não exista um contrato;

() Relacionamentos com vizinhos, fornecedores e clientes têm um impacto significativo na minha atividade e no desenvolvimento de novas atividades na comunidade;

- Considero que empresas e produtores me apoiam em tempos difíceis, então é justo que também os apoie;
- Pessoas da nossa propriedade estão motivadas, felizes e dedicadas a alcançar objetivos coletivos da região;
- Existem planos e estratégias ora do poder público, ora do poder privado, ora de indivíduos autônomos em ações coletivas para o desenvolvimento de minha localidade;
- Instituições locais (APROCAME, CDL, SEBRAE, SICOOB) oferecem um importante apoio em relação ao desenvolvimento da localidade;
- Pessoas da nossa propriedade já receberam treinamento de Instituições locais (EMATER, IFMG) sendo também importantes na pesquisa e desenvolvimento do Município;
- Confio no poder público municipal da minha localidade e algumas vezes eu ou meu comércio sentiu seu apoio;
- Confio nas organizações privadas (empresas e de indústrias) do município e algumas vezes eu ou meu comércio sentiu seu apoio;
- Há pessoas na minha comunidade capazes de juntar diferentes grupos para apoiar um evento/ projeto com uma palavra de apoio, pois, são consideradas símbolos de nosso município;
- Observo, conheci ou ouvi falar de projetos do poder público ou da iniciativa privada voltados para minha atividade ou para atividade quejeira do município;
- a atividade turística da nossa região é conhecida por nós e bem trabalhada, seja por nós, seja, por outros da iniciativa privada, seja pelo poder público;
- De modo geral confio nos meus familiares, nos vizinhos (membros da comunidade) e nos meus empregados/colaboradores;
- Na minha localidade as decisões são tomadas (no geral) de forma democrática;
- Nasci neste município, meu pai, mãe e avôs também. Com eles adquiri minha identidade e conhecimento;
- Estou feliz em viver nesta localidade; sinto satisfação no que ela pode me proporcionar e satisfação na contribuição que dediquei a ela.

15.Em relação à participação comunitária entre você e terceiros:

- a) participo das reuniões/assembleias da Câmara Municipal e da Prefeitura ;
- b) participo das reuniões/assembleias dos diretores lojistas, sindicato rural e outros ;
- c) participo das reuniões de cooperativas e associações de classe ;
- d) participo de reuniões religiosas ;
- e) não participo de nada ;

16.Como você analisa a cultura de sua região em relação a sua atividade exercida?

- a) Desconheço ;
- b) Ruim, não tem nada em comum com a maioria das pessoas da localidade e não favorece minha atividade ;
- c) Regular, desgosto porque não possui relevância ou não consigo conciliar minha vida ou atividade comercial a ela ;
- d) Ótima, a conheço, respeito e sei que ela representa muito o que é o meu município ;

APENDICE II – FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS COMERCIANTE

Nome do Empreendimento:

Nome do respondente (OPCIONAL):

Sexo:

Idade:

Cargo exercido e quanto tempo na atividade:

1- O conhecimento da atividade que você exerce foi adquirido por:

a) Tradição/cultura familiar (); b) Tradição familiar e estudo técnico (); c) Tradição familiar e graduação na área (); d) Apenas conhecimento profissional ou acadêmico () e) nenhuma ().

2. Qual sua renda média mensal individual (em Salários Mínimos) dos últimos 10 (anos) anos:

a) 1 a 3 (); b) 4 a 6 (); c) 7 a 10 (); d) acima de 10 ()

3. Sua renda média mensal individual melhorou nos últimos 10 anos:

a) Sim (); b) Não (); c) Permanece igual (); d) Nunca avaliei ()

4. Quantos funcionários trabalham na sua atividade?

a) Somente eu com minha família (); b) 1 a 4 funcionários (); c) 5 a 10 funcionários (); d) Acima de 10 funcionários ()

5. Qual o grau de conhecimento escolar/acadêmico do seu funcionário em relação a sua atividade?

a) Nenhum (); b) Básico (); c) Em formação (); d) Aprofundado ()

6. Qual força de trabalho você acha útil a atividade exercida?

a) Nenhuma (); b) Conhecimento técnico (); c) Conhecimento especializado (); d) Apenas o conhecimento tradicional deixado pelo estabelecimento comercial ().

7. Em relação às organizações ou grupos organizados (grupos e redes) da sua localidade, marque como você descreveria a participação deles nas decisões e atividades da comunidade e da sua atividade com valores de 1 (um) a 5 (cinco) sendo: 1-inexistente; 2-muito pouco participativa; 3-regular; 4-participativa; 5-muito participativa.

A. Grupo ou cooperativa agrícola

1 (); 2 (); 3 (); 4 (); 5 ()

B. Grupos de outros tipos de produção/serviços

1 (); 2 (); 3 (); 4 (); 5 ()

C. Associação de comerciantes ou de negócios

1 (); 2 (); 3 (); 4 (); 5 ()

D. Associação profissional técnica, de pesquisa e educação (EMATER, EMBRAPA, IFMG)

1 (); 2 (); 3 (); 4 (); 5 ()

E. Sindicato dos comerciantes ou dos trabalhadores

1 (); 2 (); 3 (); 4 (); 5 ()

F. Comitê do(a) bairro/localidade

1 (); 2 (); 3 (); 4 (); 5 ()

G. Grupo religioso ou espiritual (ex. igreja, mesquita, templo, grupo religioso informal, grupo de estudo religioso)

1 (); 2 (); 3 (); 4 (); 5 ()

H. Grupo ou movimento político do EXECUTIVO OU LEGISLATIVO local

1 (); 2 (); 3 (); 4 (); 5 ()

I. Grupo ou associação cultural (ex. arte, música, teatro, cinema)

1 (); 2 (); 3 (); 4 (); 5 ()

J. Grupo ou Sociedade organizadora de festivais/feiras

1 (); 2 (); 3 (); 4 (); 5 ()

K. Grupo financeiro, de crédito ou de poupança (COOPERATIVAS DE CRÉDITO)

1 (); 2 (); 3 (); 4 (); 5 ()

L. ONG ou grupo cívico (ex. Rotary Club, Cruz Vermelha, etc.)

1 (); 2 (); 3 (); 4 (); 5 ()

8. Ainda com relação aos grupos do item anterior, marque um X em 02 (dois) grupos que você e os seus colaboradores acham mais importante para sua comunidade.

Grupo ou cooperativa agrícola	
Grupos de outros tipos de produção/serviços	
Associação de comerciantes ou de negócios	
Associação profissional técnica, de pesquisa e educação	
Comitê do(a) bairro/localidade	
Grupo religioso ou espiritual	
Grupo ou movimento político	
Grupo ou associação cultural	
Grupo ou Sociedade organizadora de festivais/feiras	
Grupo financeiro, de crédito ou de poupança	
ONG ou grupo cívico (Rotary Club, Cruz Vermelha ...	

9- Quantas vezes, nos últimos 12 meses você e seus colaboradores participaram das atividades desses grupos, por exemplo, participando de reuniões ou realizando algum trabalho de grupo?

a. nunca (); b) uma vez (); c) duas vezes (); d) mais de duas vezes ();

10- Neste grupo há pessoas capazes de estimular você a agir buscando a melhoria da comunidade e sua própria ou isto é visto em pessoas fora deste grupo?

- a. Sim. Há no grupo (_);
- b. Sim. Não no grupo (_);
- c. Talvez, não sei responder (_);
- d. Não. Nem no grupo, nem fora dele(_);

11 - Marque com x qual é o maior benefício de se fazer parte destes grupos?

BENEFÍCIOS	()
Melhora a renda atual ou o acesso a serviços	()
É importante em situações de emergência/no futuro	()
Beneficia a comunidade	()
Prazer/Diversão, espiritualidade e autoestima	()
Outros não especificados	()
Posição social, redes de relacionamento, contatos.	()

12. Na relação com outros membros da sua comunidade, como você descreve suas relações de convívio?

- a) Péssima/Ruim(_);
- b) Nem boa e nem ruim(_);
- c) Boa(_);
- d) Ótima(_);

13. Na relação com comerciantes e produtores com atividades semelhantes ou não a sua, como você descreve suas relações de convívio?

- a) Péssima/Ruim(_);
- b) Nem boa e nem ruim(_);
- c) Boa(_);
- d) Ótima(_);

14. Você se uniria com algum deles para trocar experiências ou realizar vendas conjuntas?

- a) Nunca/jamais(_);
- b) Talvez(_);
- c) sim, a poucos(_);
- d) Sim, a todos(_);

15. Numere abaixo as redes de relacionamentos e interações sociais que você participa ou observa com (1) discorda fortemente, (2) discorda parcialmente, (3) não concorda nem discorda, (4) concorda parcialmente e (5) concorda fortemente.

(_) Pessoas da nossa propriedade ou comercio passam algum tempo organizando eventos sociais/empresariais com as pessoas de nossa localidade ou outras localidades trocando informações;

(_) Pessoas da nossa propriedade têm mesmo nível educacional de pessoas de propriedades vizinhas, o que facilita as relações sociais;

(_) Posso relacionamentos informais com clientes, fornecedores e concorrentes e estes comigo; posso confiar que não vamos tirar vantagem desta relação mesmo que apareça alguma oportunidade;

- No geral, as pessoas da nossa localidade cumprem as promessas/acordos que fazem aqui e em outras localidades mesmo que não exista um contrato;
- Relacionamentos com vizinhos, fornecedores e clientes têm um impacto significativo na minha atividade e no desenvolvimento de novas atividades na comunidade;
- Considero que empresas e produtores me apoiam em tempos difíceis, então é justo que também os apoie;
- Pessoas da nossa propriedade estão motivadas, felizes e dedicadas a alcançar objetivos coletivos da região;
- Existem planos e estratégias ora do poder público, ora do poder privado, ora de indivíduos autônomos em ações coletivas para o desenvolvimento de minha localidade;
- Instituições locais (APROCAME, CDL, SEBRAE, SICOOB) oferecem um importante apoio em relação ao desenvolvimento da localidade;
- Pessoas da nossa propriedade já receberam treinamento de Instituições locais (EMATER, IFMG) sendo também importantes na pesquisa e desenvolvimento do Município;
- Confio no poder público municipal da minha localidade e algumas vezes eu ou meu comércio senti seu apoio;
- Confio nas organizações privadas (empresas e de indústrias) do município e algumas vezes eu ou meu comércio senti seu apoio;
- Há pessoas na minha comunidade capazes de juntar diferentes grupos para apoiar um evento/projeto com uma palavra de apoio, pois, são consideradas símbolos de nosso município;
- Observo, conheci ou ouvi falar de projetos do poder público ou da iniciativa privada voltados para minha atividade ou para atividade quejeira do município;
- a atividade turística da nossa região é conhecida por nós e bem trabalhada, seja por nós, seja, por outros da iniciativa privada, seja pelo poder público;
- De modo geral confio nos meus familiares, nos vizinhos (membros da comunidade) e nos meus empregados/colaboradores;
- Na minha localidade as decisões são tomadas (no geral) de forma democrática;
- Nasci neste município, meu pai, mãe e avôs também. Com eles adquiri minha identidade e conhecimento;
- Estou feliz em viver nesta localidade; sinto satisfação no que ela pode me proporcionar e satisfação na contribuição que dediquei a ela.

16. Em relação à participação comunitária/democrática entre você e terceiros marque uma ou mais alternativas abaixo:

- a) participo das reuniões/assembleias da Câmara Municipal e da Prefeitura ();
- b) participo das reuniões/assembleias dos diretores lojistas, sindicato rural e outros ();
- c) participo das reuniões de cooperativas e associações de classe ();
- d) participo de reuniões religiosas ();
- e) não participo de nada ()

17. Como você analisa a cultura de sua região em relação a sua atividade exercida?

- a) Desconheço ();
- b) Ruim, não tem nada em comum com a maioria das pessoas da localidade e não favorece minha atividade ();
- c) Regular, desgosto porque não possui relevância ou não consigo conciliar minha vida ou atividade comercial a ela ();
- d) Ótima, a conheço, respeito e sei que ela representa muito o que é meu município ();

APÊNDICE III - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) senhor (a),

Você está sendo convidado para participar de uma pesquisa do programa de Mestrado Profissional em Administração da Universidade Federal de Itajubá. O documento abaixo contém todas as informações que você precisa saber sobre a pesquisa.

Projeto de pesquisa - O *DESENVOLVIMENTO NA CANASTRA: estudo de caso da produção do Queijo Canastra em Medeiros observando os seus capitais intangíveis*;

Pesquisador - Paulo Rodrigues Cardoso, RG: MG9.134.113 e do CPF: 057.825.486-73, residente na Rua Olímpio José Chaves, 244, Vista Alegre, Bambuí/MG;

Orientador- Professor Dr. Luiz Eugênio Veneziani Pasin da Universidade Federal de Itajubá.

BENEFÍCIOS E RISCOS DA PESQUISA	
<p>1-BENEFÍCIOS</p> <p>1.1. O estudo identificará como está ocorrendo o desenvolvimento do Município. Se este desenvolvimento é proporcionado pelos capitais intangíveis de sua organização produtiva;</p> <p>1.2. As respostas ao formulário aplicado serão importantes para a compreensão do fenômeno estudado dando informações básicas para que as instituições de pesquisa presentes no local (IFMG, EMATER, prefeitura) possam direcionar suas intervenções ou somente conhecê-las e ampliá-las para outros municípios.</p>	<p>2- RISCOS</p> <p>2.1. Desconforto do estudo proveniente do constrangimento das pessoas entrevistadas em responder o questionário;</p> <p>2.2. Divulgação de dados sigilosos do entrevistado;</p> <p>2.3 Invasão da privacidade do entrevistado;</p> <p>2.4 Agravamento do estado de pandemia de COVID-19 com disseminação do vírus.</p>

3- AÇÕES

Aos riscos citados foram apresentadas as seguintes soluções:

<p>Item 2.1. O participante poderá abandonar a pesquisa a qualquer momento sem penalização alguma (o presente termo da garantia de liberdade plena ao participante da pesquisa, de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa sem penalização alguma);</p>
<p>Item 2.2 - Sigilo de dados - As questões respondidas serão feitas apenas para levantamento de dados para o estudo. Dados pessoais do entrevistado são opcionais e são restritos a nome e sexo;</p>
<p>Item 2.3 – Privacidade - solução dada ao item 2.2, sendo que os dados coletados ficarão sob guarda do pesquisador responsável, não sendo permitido que outras pessoas além da equipe tenham acesso a ele;</p>

Dúvidas ou reclamações contatar:

Comitê de Ética em Pesquisa CEP – Centro Universitário de Itajubá
 Av. Dr. Antônio Braga Filho, 687, Bairro Porto Velho – Itajubá – MG
 Tel. (35) 36298400
 Universidade Federal de Itajubá Av. BPS, 1303 - Bairro Pinheirinho - Itajubá, MG
 CEP: 34500-903 Tel: (35) 3629-1349

Observações importantes sobre precauções a COVID-19

Visando minimizar os riscos da pandemia de Covid-19 (2.4), os questionários serão enviados aos participantes da pesquisa de forma online pelo formulário google ou via Whatzap, (pensado em razão da escolaridade ou inviabilidade do entrevistado quanto a utilização dos meios digitais) diminuindo o contato físico (medida de prevenção) e assim garantindo a proteção à saúde dos envolvidos. **Pela via WhatsApp o entrevistado receberá o questionário em PDF e poderá imprimir ou responder as perguntas no próprio celular com o número da questão e a opção selecionada Ex: 20-a (na questão 20 marcou letra A) OU 16-1,2,5 e 4 (na questão 16 marcou inexistente, discordo parcialmente, concordo totalmente, concordo parcialmente).**

Em caso extremo o pesquisador, munido de máscara e higienização pessoal a base de álcool ou similar, deixara o formulário impresso com o entrevistado e aguardará o mesmo dar as respostas mantendo distância de 02 metros.

4- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- 4.1. O entrevistado não terá despesas com a participação neste estudo;
 4.2. As respostas obtidas não serão levadas ao conhecimento de outras pessoas não envolvidas na pesquisa (suas informações e opiniões ficarão em segredo);
 4.3. As respostas de todas as pessoas serão analisadas sem que apareçam os nomes de quem respondeu;
 4.4. **O entrevistado tem conhecimento e liberdade de desistir ou de parar de colaborar nesse estudo, no momento em que desejar, sem penalização alguma;**
 4.4. Os autores poderão apresentar ou publicar os resultados desse estudo, mas as informações sobre o entrevistado somente serão divulgadas com o consentimento dele neste termo;

O entrevistado deseja ter dados e informações fornecidas nesta pesquisa, por isso informa neste TERMO DE CONSENTIMENTO que:

- a) (sim) Deseja saber dos resultados;
 b) (não) Não desejo saber dos resultados;

Eu, como entrevistado, aceito a participar desta pesquisa e declaro que foram dadas todas as informações necessárias.

....., de de

Assinatura do entrevistado

Assinatura do pesquisador que aplicou o termo

Dúvidas ou reclamações contatar:

Comitê de Ética em Pesquisa CEP – Centro Universitário de Itajubá

Av. Dr. Antônio Braga Filho, 687, Bairro Porto Velho – Itajubá – MG
 Tel. (35) 36298400
 Universidade Federal de Itajubá Av. BPS, 1303 - Bairro Pinheirinho - Itajubá, MG
 CEP: 34500-903 Tel: (35) 3629-1349

**APÊNDICE IV - ENTREVISTA COM SERVIDOR RESPONSÁVEL PELA EMPRESA
 DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RUTAL DE MINAS GERAIS - EMATER
 NA CIDADE DE MEDEIROS**

OBJETIVO DO QUESTIONÁRIO

Este questionário tem por objetivo a coleta de informações para compreensão do arranjo que ocorre na produção do queijo Canastra nas cidades de Medeiros e São Roque de Minas.

Questionário
1) Como funciona as atividades da Emater no município de Medeiros?
<p>Possui o cargo Extensionista Agropecuário 2, atuante na área do queijo já há 20 anos. Medeiros é uma cidade pequena que possui aproximadamente 3400 habitantes. Os trabalhos na cidade iniciaram em 2011. Em 2002, surgiu a primeira legislação relacionada à produção queijeira. Começamos a fazer um treinamento juntamente com outros técnicos de quatro microrregiões mineiras para entender o processo para legalização do que queijo pelos produtores. Foram necessárias várias adequações para promoção de uma produção de qualidade para os produtores que desejassem se adequar às normas. Até hoje, a EMATER já promoveu vários cursos e em 10 anos já foram treinadas mais de 230 pessoas, entre produtores, filhos, funcionários. Após o treinamento, compete ao produtor a decisão para atuar desta forma. Damos assistência e orientação ao produtor para atuar de acordo com o IMA. No início, não sabíamos como caminhar, por exemplo, deveriam ser realizadas análise de água e leite e na região não possuíam laboratórios. Conseguimos o apoio da FUNEDI em BH, que se comprometeu a fazer análises. Tínhamos dificuldade em relação às estruturas físicas. Tivemos muitas parcerias com o IFMG, CEFET – Bambuí à época. Hoje temos 30 produtores cadastrados no IMA. Hoje, fala-se em montar o processo para obter o registro para comercialização nacional, pois atualmente o que funciona é o cadastro. O registro possibilitará a expansão. Na prática, vemos a melhoria de vida do produtor, melhoria de infraestrutura física, conseqüentemente, temos o ganho social, com a promoção de melhorias</p>

e criação de um ambiente de trabalho mais agradável. Produtor sente muita dificuldade em relação ao preenchimento de planilhas devido à longa jornada de trabalho. Atualmente, há 400 produtores de queijo em Medeiros e 90% do leite produzido é destinado à produção queijeira. Os queijeiros ou intermediários são extremamente importantes para a comercialização dos queijos.

2) Em relação às parcerias com a Emater, quais parceiros possui?

Possuímos parceria a Aprocame que também atua no município e possui o centro de qualidade do queijo minas artesanal, como projeto piloto através do centro de qualidade, para comercialização fora do estado, via SIF. Hoje, os produtores caminham com suas próprias pernas. A APROCAME auxilia os produtores e, também, gera empregos diretos. Possuímos uma relação muito boa com a prefeitura do município e os produtores e parceiros. Medeiros foi o primeiro município a cadastrar os produtores, a ministrar cursos, a criar a associação, criar a Museu, e o Festival Gastronômico na área. A parceria que fazemos com o IFMG é justamente aliar a parte teórica à parte prática. Há a previsão de inauguração do laboratório de análise e água no *Campus Bambuí*, que será fundamental para promoção da parceria e melhoria dos processos para os produtores.

3) O SIM seria um benéfico para atender estes produtores e diminuir a burocracia?

Em relação ao SIM, o projeto está em processo de análise para aprovação e crédito que legalizará a maioria dos produtores, trazendo muitos benefícios aos produtores, mas ainda não comentará muito pois não está vigorando no município. Em relação à Feira Gastronômica, ocorre a feira com barraquinhas, show, etc. O município queria fazer um evento relacionado ao queijo e outros, com a participação de chefes de cozinha e júri. Há o concurso de queijo na programação da feira.

4) Você considera que as atividades da Emater são mais voltadas à agricultura familiar?

Na maioria das vezes, sim. A Emater tem uma parceria com a prefeitura para atender ao agricultor familiar gratuitamente, mas há produtores também que não são da agricultura familiar?

5) Além das instituições citadas, você percebe pessoas (produtores/empreendedores) no município, que possam estar atuando como lideranças locais buscando fomentar o desenvolvimento socioeconômico do município

Sim. Em relação à extensão, o trabalho da Emater é conquistar a confiança do produtor promovendo uma troca. Quanto à liderança, há produtores . A abordagem que é dada é que vai garantir bons resultados no processo.

O servidor da EMATER de São Roque de Minas também foi entrevistado, mas não tinha muitos dados, uma vez que atuava no município apenas há 1 ano.

APÊNDICE V - ENTREVISTA COM GERENTE EXECUTIVO DA ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE QUEIJO CANASTRA – APROCAN

OBJETIVO DO QUESTIONÁRIO

Este questionário tem por objetivo a coleta de informações para compreensão do arranjo que ocorre na produção do queijo Canastra nas cidades de Medeiros e São Roque de Minas.

Questionário
1) Como funciona as atividades da APROCAN?
Atualmente a associação possui 68 produtores associados. A associação visa dar o suporte necessário aos produtores para que possam manter um produto de qualidade, com segurança e conseguir buscar uma regularização seja federal, estadual ou municipal. Temos uma boa relação com a Aprocame que é a Associação de Produtores de Queijo Canastra de Medeiros, onde conseguimos articular projetos em áreas diversas. Inclusive todos os associados à Aprocame também são associados à Aprocana. De certa forma há uma boa relação entre associações, prefeituras e SEBRAE. Recentemente foi construído um espaço que funcionará como escola e centro de pesquisa que é a Escola de Mestre Queijeiros, sendo que a obra foi finalizada em 2020, mas em função da pandemia de coronavírus, conseguimos iniciar as atividades/cursos apenas agora no segundo semestre de 2021. Já foi ofertado um curso piloto sobre boas práticas de fabricação e de ordenha, e serão promovidos vários outros, em breve. Pretendemos oferecer treinamentos para produtores de quaisquer localidades do país.
2) Como é feita a comercialização do queijo canastra e como funciona a certificação?
Em relação à comercialização não há interferência entre associação e produtores, o que fazemos na verdade é realizar uma ponte entre produtor e mercado, mas a negociação é por parte do produtor.
3) Como é feita a divulgação do trabalho da APROCAN para conhecimento dos produtores?

<p>É realizada uma divulgação no site, nas redes sociais, que visa gerar o engajamento do produtor com os consumidores, comerciantes, lojistas, etc.</p>
<p>4) Em relação às parcerias com a associação, quais parceiros possui?</p>
<p>O pessoal da SertãoBras também realizou um trabalho de divulgação e de eventos, inclusive internacionais. Tentamos sempre manter um bom relacionamento com parceiros (prefeitura, associações, IMA, Emater, secretaria de agricultura do estado e outros), para fortalecer o setor de queijo artesanal e auxiliar os produtores, trazendo mais benefícios. Bom, eu gostaria de ressaltar também a parceria do SICOOB-SAROM CRED, vários projetos, várias universidades federais que nos ajudam a conhecer o queijo, que desenvolvem pesquisa aqui no município, de Minas e também de São Paulo, a CODEVASF, que inclusive vem auxiliando na construção da escola mestre queijeiro, parceiro forte; o SEBRAE ajuda a desenvolver vários projetos.</p>
<p>5) Como é realizado o trabalho conjunto com a EMATER?</p>
<p>O pessoal da EMATER tem um conhecimento muito bom na área técnica, orientando os produtores e os auxiliando nos processos.</p>
<p>6) Como surgiu a APROCAN?</p>
<p>A associação surgiu informalmente em 2002, mas foi fundada legalmente em 2005, visando reorganizar o setor produtivo e promover melhorias na produção do queijo artesanal, melhorando a qualidade de modo a agregar valor. Foram realizados vários projetos, graças ao surgimento da associação. O Queijo Canastra foi contemplado com o registro de bem imaterial do país, por decisão do conselho consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 15 de maio de 2008. A lei estadual 14.185, de janeiro de 2002, considera como queijo-de-minas artesanal o queijo fabricado de acordo com a tradição histórica e cultural da região onde for produzido, a partir do leite integral da vaca, fresco e cru, sem nenhum tratamento térmico, retirado e beneficiado na propriedade de origem, que apresente consistência firme, cor e sabor próprios, massa uniforme, isenta de corante e conservantes. Em 2009, entramos com o pedido de identificação geográfica, que foi concedido em 2012. Em 2014, foi lançada marca de identidade coletiva, o Queijo Canastra. Depois nos organizamos para participação em concursos nacionais e internacionais. Atualmente, continuamos atuando com projetos que visem melhorias para os produtores.</p>
<p>7) Em relação ao turismo, tem a questão do Parque Canastra e as Feiras Gastronômicas, como é realizado o trabalho neste sentido?</p>

Estamos em uma região com bastante atrativos naturais, o que possibilita a visitação às fazendas e a procura pelo queijo. Sempre tentamos apoiar alguns festivais gastronômicos para estimular o turismo.

Agradecemos a sua colaboração!

APÊNDICE VI - ENTREVISTA COM O ASSESOR DE GOVERNO DA PREFEITURA DE MEDEIROS E EX COORDENADOR DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA NO MUNICÍPIO

OBJETIVO DO QUESTIONÁRIO

Este questionário tem por objetivo a coleta de informações para compreensão do arranjo que ocorre na produção do queijo Canastra nas cidades de Medeiros e São Roque de Minas.

Questionário
1) Como funciona a execução do Serviço de Inspeção Municipal no município de São Roque de Minas?
O queijo em Medeiros gira a economia no município, juntamente com a produção de café. O que acontece e que os produtores não conseguem escoar a produção, portanto os “queijeiros” compram os produtos dos produtores e levam para os grandes centros para revenda. Dentre os projetos que atualmente a prefeitura possui na área da agricultura, o principal é o SIM, que está em fase de implantação no município. Já foi votado e aprovado a participação do município no Consórcio Intermunicipal denominado Cicanastra. Estamos buscando o selo de inspeção ao município para agregar valor à mercadoria, o que irá facilitar na produção.
2) Existe algum agente público ou privado em parceria com a prefeitura de São Roque de Minas que mantêm um relacionamento direto e efetivo nestas ações, tanto na queijaria quanto outros empreendimentos rurais? Há associações?
Hoje não temos unidade da EMATER, há um escritório avançado ao qual o responsável é o Alberto. A prefeitura tem uma parceria a qual fornece um pagamento de um valor mensal para auxiliar no pagamento de despesas. Tem uma parceria com o IMA, a qual desenvolve serviços para facilitar o acesso aos produtores, principalmente, em relação questão de administração fazendária. Há também na Aprocame um prédio com uma câmara climatizada para maturação dos queijos, mas para os produtores participarem da associação precisam do selo do IMA e são poucos que possuem.

3) Em relação à parceria dos empreendedores locais relacionado à organização produtiva, você vê fatores que reúne produção, logística e venda tanto com os empreendedores locais quanto com os empreendedores de outras regiões?
Nesse sentido, seriam os queijeiros que compram os queijos dos produtores e otimizam (embalagem, maturação, queijo ralado) para venda em outros municípios.
4) Medeiros possui além da Aprocame alguma outra associação voltada para os comerciantes?
Não. Por se tratar de uma cidade bem pequena, quase não há indústrias, fato que representa uma cidade basicamente agrícola, tendo principalmente o queijo e o café como opções econômicas.
5) Em relação à capacitação, por exemplo, em parceria público/privada junto às empresas como Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais – EMATER, SEBRAE e o Instituto Federal de Minas Gerais – IFMG. Estas instituições prestam algum serviço ou auxiliam no desenvolvimento de capacitações aos produtores?
Atualmente o SEBRAE presta atendimento à população, em geral, ministrando cursos em diversas áreas.
6) Em relação as Feiras de Gastronômica de Medeiros o que você pode nos falar?
A Feira Gastronômica teve início em 2015 e foi um sucesso. A última feira realizada foi em 2019 e devido à pandemia não foi possível a realização em 2020 e 2021, o que faz que a população sinta falta do evento, pois há um grande engajamento e novidades no município. Estamos nos preparando para a realização do evento em 2022, juntamente com o SICOOB, para realização da Feira de Empreendedorismo.
7) Em relação ao IFMG, vocês possuem algum tipo de parceria com a instituição de ensino para realização de projetos de pesquisa e extensão?
Neste sentido, ainda não há parceria. A prefeitura disponibiliza o transporte para os alunos estudarem no IFMG <i>Campus</i> Bambuí. Já em relação à Feira, sempre há a presença de professores e discentes no núcleo de alimentos que auxiliam na execução do evento e concurso de queijo tanto específico quanto pelo júri popular. Também em relação à Feira, o professor Diego Ceolin promoveu um curso de cerveja artesanal, que foi bem proveitoso.
8) Além das instituições citadas, você percebe pessoas (produtores/empreendedores) no município, que possam atuar como lideranças locais buscando fomentar o desenvolvimento socioeconômico do município e se estes são capazes de trabalhar coletivamente ao apenas a nível individual?

O líder nesta parte seria o Luciano. Acredito que funciona, mas atingiria um percentual de 10% dos produtores. Acho que é separado, tem o pessoal que é engajado para atuar de acordo com a legislação e coisa e tal, e há os produtores que atuam ilegalmente e de forma isolada. A maioria não possui engajamento, visam a produção e venda local. Há uns 5% que tem outra visão de mercado mais ampla.

9) O SIM seria um bem que a prefeitura está buscando para atender estes produtores e diminuir a burocracia?

Eu considero que sim e com a presença do SIM, há todo um regramento de legislação sanitária, mas menos burocrático do que o selo MAPA. Este pensamento vai mudar à medida que vão vendo como funciona a questão da legalização e abertura de novos horizontes, de modo que os produtores busquem melhorias em seus produtos, uma vez que o SIM promove agregação de valor aos produtos. Há pequenos produtores de apicultura e outras áreas que já demonstraram interesse no SIM.

10) Integração do município com turismo.

No município há o Museu do Queijo Canastra, sendo o primeiro deste tipo no país. Temos uma dificuldade enorme em manter a visitação da população da cidade que não tem dado o devido valor. Há a expectativa para a divulgação do museu para as cidades vizinhas para divulgação e agendamento de visitas. No município não há redes hoteleiras nem a cultura para a promoção de uma cidade turística. Atualmente, o turismo acontece mais é na Feira Gastronômica.

Agradecemos a sua colaboração!

**APÊNDICE VII - ENTREVISTA COM O DIRETOR DE MEIO AMBIENTE E
AGRICULTURA E COORDENADOR DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL –
SIM DE SÃO ROQUE DE MINAS**

OBJETIVO DO QUESTIONÁRIO

Este questionário tem por objetivo a coleta de informações para compreensão do arranjo que ocorre na produção do queijo Canastra nas cidades de Medeiros e São Roque de Minas.

Questionário
1) Como funciona a execução do Serviço de Inspeção Municipal no município de São Roque de Minas?
<p>É de extrema importância para o município pois possibilita ao produtor a possibilidade de comercializar o produto mediante uma certificação, para evitar problemas de apreensão de produtos. Ressalta-se que no município há mais de 800 produtores e em torno demais de 90% ainda está na ilegalidade. Fui contratado na gestão municipal passada para a gestão de meio ambiente e agricultura, com foco no meio ambiente, mas em relação à agricultura houve a necessidade da efetivação do SIM, dado que é uma demanda municipal. Já existia a legislação que é a “lei complementar nº 144, de 22 de outubro de 2017, que dispõe sobre a constituição do serviço de inspeção municipal e os procedimentos de inspeção sanitária em estabelecimentos que produzam e processam alimentos e bebidas de origem animal, para consumo humano no município de São Roque de Minas, e dá outras providências”, mas não tinha como o município realizar sozinho. O caminho encontrado foi realizar por meio de Consórcio Intermunicipal, chamado * Cicanastra, portanto o SIM vigora para a execução em 7 municípios. A partir do Consórcio foi possibilitado o desenvolvimento do SIM municipal. Existem três esferas: Serviço de Inspeção Federal SIF (nacional), Sistema Estadual de Inspeção e Instituto Mineiro de Agropecuária IMA (estadual) e Cicanastra (municipal). Há um movimento nacional para equivalência do SIM para com o SIF. Caso o SIM esteja bem estruturado, equipado e com estrutura, poderia vender para o Brasil todo. Como temos muitos produtores, no município há duas realidades distintas de mercado para os produtores, tanto local quanto nacional.</p>
2) Em relação à questão local, na interação zona rural/urbana, há atividades de participação entre produtores urbanos e rurais?

O SIM está abrindo esta porta totalmente. No supermercado, há queijos de São Roque e ovos de um município vizinho, por exemplo. Com a certificação dos produtos, o SIM está promovendo esta interação, inclusive possibilitando ao produtor a venda para o município, a exemplo da merenda escolar.

3) Existe algum agente público ou privado em parceria com a prefeitura de São Roque de Minas que mantêm um relacionamento direto e efetivo nestas ações, tanto na queijaria quanto aos outros empreendimentos rurais?

Existem algumas associações. Tem associação que está trabalhando sozinha, mas não chegou ao SIM ainda como parceira, a exemplo, a Aprocan. Ela não viu a importância do SIM, atende poucos produtores, dado o quantitativo de produtores quantitativo de produtores que existe no município, mais de 800. Devido à lacuna, houve a necessidade de se criar uma outra associação para apoio aos produtores, que é a SertãoBras, uma associação a nível internacional, que atualmente é parceira da APROCAN e trabalham juntas. Reunimos com a diretoria da SertãoBras, entendemos que há a necessidade de criação de mais associações para atendimento aos produtores, dado que nem sempre os mesmos produtores estarão vinculados a uma mesma associação. Foi proposto a abertura de um núcleo da SerãoBras aqui na cidade, que atualmente é nosso parceiro, para divulgação do SIM, campanhas de conscientização dos produtos, produção de cursos. Entendemos que para cada região seria necessário a criação de uma associação para maior representação dos produtores, pois apenas duas associações são insuficientes.

4) Em relação à atividade à atividade queijeira forte no município, você considera que a atividade queijeira é fator importante no desenvolvimento econômico do município de São Roque de Minas?

Totalmente. Tratando-se da rede claro, pois somente o queijo isoladamente não há importância nenhuma.

5) Neste sentido, em relação à organização produtiva, você vê fatores que reúne produção, logística e venda tanto com os empreendedores locais quanto com os empreendedores de outras regiões?

Claro. Existe o cidadão que pega o queijo não certificado e leva para vender em outros municípios e que precisam ser incentivos a conseguir a certificação. A internet é de suma importância, por exemplo, a queijaria do Ivair através da Aprocan se desenvolveu e aprendeu a trabalhar a venda na internet. Há um ponto de venda na cidade e 90% de suas vendas são realizadas na internet. Há também um outro segmento em parceria com as associações para

a realização de vendas.
6) Como é trabalhado a questão da atividade turística no Parque da Canastra, a atividade queijeira e o município de São Roque de Minas? Há integração nestas áreas?
Na verdade, não houve a integração entre parque e o queijo canastra. Estamos trabalhando com o secretário de turismo a possibilidade de promover a integração entre o turismo e o queijo.
7) Em relação à capacitação, por exemplo, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais - EMATER e o Instituto Federal de Minas Gerais – IFMG. Estas instituições, ou outras, elas prestam algum serviço ou auxiliam no desenvolvimento de capacitações aos produtores?
Temos uma parceria com a EMATER, já foi ótima, mas hoje não está muito boa, estamos tentando fortalecer. Há o SEBRAE, que infelizmente somente trabalhou com a Aprocan, fez umas rotas dos queijos, colocaram algumas placas, mas um ato isolado com apenas os associados. Não achou bacana, pois deveria abranger os demais produtores. Não se pode trabalhar para uma associação no município e prejudicar os demais produtores. Está sendo inaugurado o consórcio da associação (Passos) dos municípios da microrregião do médio Rio Grande – AMEG para poder trabalhar o SIM em parceria na região e o SEBRAE está participando disso lá e espera-se que logo possamos melhorar o diálogo com o SEBRAE nesse sentido.
8) Em relação ao IFMG, vocês possuem algum tipo de parceria com a instituição de ensino?
Estamos começando a conversar a respeito. Temos um representante do sindicato muito ativo e toda demanda que há ele realiza a busca ativa para resolver. Há uma tentativa para realização de pesquisas na área. Acho que temos que fazer parcerias e nossas portas estão abertas para os pesquisadores interessados.
9) Em relação aos produtores e empreendedores, você acha que existem lideranças locais que buscam fomentar o desenvolvimento socioeconômico do município e se estes são capazes de trabalhar coletivamente ao apenas a nível individual?
Acredito que sim, tanto na APROCAN, SertãoBras quanto aos não associados, há indivíduos disponíveis para trabalhar em equipe. A tendência é que as associações estejam mais abertas para garantia de desenvolvimento e crescimento, buscando uma rede de apoio. Estamos tentando parceria com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paranaíba – CODEVASF.

10) A Festa do Queijo é uma espécie de festival gastronômico? Há quanto tempo é realizada?

Sim, é tipo um festival gastronômico, que já é realizado há uns 4 anos. Para concluir, como gestor público espero para que as associações passem a trabalhar em grupo e sejam viabilizadas mais parcerias públicas/ privadas em diálogo com o município.

Agradecemos a sua colaboração!

ANEXO I - PRODUTORES DE MEDEIROS ASSOCIADOS

Produtores queijeiros fornecidos pela APROCAME



Todos os associados.

Da esquerda para a direita: Geraldo, João Bosco, Nereu,
Maria e Vanice e seu esposo.

**ANEXO II – PARECER TÉCNICO IPHAN SOBRE TÍTULO DE PATRIMÔNIO
CULTURAL DO BRASIL**



Serviço Público Federal
Ministério do Turismo
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Departamento [DESCREVER]
Coordenação Técnica do IPHAN-MG

PARECER TÉCNICO nº 141/2021/COTEC IPHAN-MG/IPHAN-MG

ASSUNTO: Reavaliação do *Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas, nas regiões do Serro e das Serras da Canastra e do Salitre*, para composição de processo de revalidação do seu título de Patrimônio Cultural do Brasil

REFERÊNCIA: Proc. 01450.004256/2019-79

Belo Horizonte, 20 de maio de 2021.

INTRODUÇÃO

Em 13 de junho de 2008, o *Modo artesanal de fazer Queijo de Minas, nas regiões do Serro e das serras da Canastra e do Salitre* foi reconhecido como Patrimônio Cultural do Brasil, inscrito no Livro de Registro dos Saberes. Identificado como “um conhecimento tradicional e um traço marcante da identidade cultural dessas regiões” (1629746), esse modo de fazer, apesar de guardar especificidades regionais – como na forma de prensagem da massa (com pano ou sem pano, por exemplo), nos tempos de maturação do queijo e na preponderância da mão de obra masculina ou feminina –, tem como pontos comuns, conforme apresentado em seu Dossiê de Registro (IPHAN, 2014), o uso de leite cru, a adição do pingo e o uso de mão de obra preponderantemente familiar. O produto advindo desse modo de fazer é identificado, pelos/as produtores/as, pelas instituições públicas e privadas e pelas associações civis que lidam com este universo,^[1] como Queijo Minas Artesanal (QMA), tendo marcado em seu nome a indissociabilidade entre o saber-fazer e seu produto.

Ancorado em uma tradição viva na qual permanências e transformações interagem na conformação de um saber em que meio ambiente, técnicas, representações, sociabilidades e valores não se dissociam, o modo artesanal de fazer queijo de Minas constitui, conforme indicado no Dossiê, “uma territorialidade cultural complexa, dinâmica e importante para a identidade e para o sentimento de pertença de uma população de uma região” (IPHAN, 2014, p. 83). Marcado por modos de fazer e de agir vinculados ao chamado mundo rural e à cultura agropastoril, este “território do queijo” vê agregados aos fatores físico-naturais de cada uma de suas regiões – com suas pastagens típicas e bactérias específicas, que imprimem suas marcas na aparência e nos sabores dos queijos aí produzidos –, fatores históricos e culturais que propiciaram e propiciam um modo de fazer próprio, inserido em um complexo sistema de significados e sentidos que são marcas do caráter patrimonial desse saber-fazer.

As referências documentais à presença da produção do queijo artesanal no estado remontam ao século XVIII (IPHAN, 2014), produção que se manteve como tradição viva nestes três séculos, em percursos históricos próprios a cada região produtora.^[2] Nos dias atuais, o modo artesanal de fazer o queijo envolve, segundo dados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), em torno de 9.000 famílias produtoras nas oito regiões caracterizadas como fabricantes do QMA no estado, e configura uma cadeia produtiva de grande importância nas regiões que se dedicam

25/05/2021

SEI/IPHAN - 2688239 - Parecer Técnico

à produção desse queijo. Isto precisa ser seriamente considerado ao pensarmos nas possibilidades para a continuidade e sustentabilidade desse modo de fazer, ainda que esta dimensão mercadológica não se configure como a única num contexto em que temos um saber que gera um produto “que se transforma em um gosto identitário, em produto de uma cultura, identificado por seus membros, que lhe dão significados para além da simples manutenção da sobrevivência e da configuração de um produto econômico” (MENESES, 2006, p. 78).

Perpassada contemporaneamente por questões sobre segurança alimentar, certificações sanitárias, rastreabilidade, denominações de origem, associativismo, comercialização nacional e internacional, fiscalização, adequação da legislação, dentre outras, essa tradição tem acolhido, nas últimas décadas, a introdução de uma série de inovações, como alterações dos materiais utilizados em seus utensílios e ambientes de produção (da madeira para o plástico e o inox, por exemplo), a implementação de processos de gerenciamento da produção e da comercialização, o controle sanitário dos rebanhos e a mecanização de alguns de seus processos (como a ordenha mecânica). Essas inovações, antes de configurar necessariamente um risco a sua continuidade, surgem muitas vezes como parte do próprio processo para o fortalecimento e afirmação deste modo de fazer, como identificado por produtores e produtoras de queijo e representantes dos vários órgãos que atuam junto a este universo sociocultural. [3] Nesse sentido, pensar as práticas de transmissão desse saber, seu enraizamento ao mesmo tempo histórico e cotidiano no seio dos grupos sociais nos quais se realiza, as marcas identitárias que carrega e os processos que o constituem como referência cultural – não somente para aqueles que possuem, praticam e transmitem esse saber, seus detentores, mas também para estratos mais amplos da população de um território político-administrativo que inclusive tem o queijo como símbolo de uma decantada identidade estadual (IPHAN, 2014) –, enfim, pensar os marcadores patrimoniais dessa tradição não se dissocia das questões socioeconômicas que caracterizam esta prática e configuram, em alguns casos, as condições de existência para sua produção e reprodução como bem patrimonial.

Vale destacar, no entanto, que uma porcentagem muito grande dos produtores do Queijo Minas Artesanal encontra-se dispersa pelo território do estado e à margem das normativas que regem a legalização de seus queijos, o que, associado à quase ausência de pesquisas de campo que tenham por objeto este universo em suas perspectivas histórica e patrimonial, tem restringido não só o levantamento de informações mais abrangentes sobre esse modo de fazer como também o próprio processo da salvaguarda, como é apresentado no decorrer deste Parecer. Além disso, ressalte-se que os diálogos estabelecidos entre o Iphan e os produtores faz-se majoritariamente por meio de suas associações regionais, o que, diante do quadro de dificuldades no que tange às práticas associativistas no universo da produção do Queijo Minas Artesanal, indica os percalços de representatividade constantes do processo de salvaguarda deste saber-fazer.

É neste contexto que apresentamos esta reavaliação do Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas, com vistas à eventual revalidação de seu título de Patrimônio Cultural do Brasil. Prevista pelo Decreto n. 3.551/2000, a perspectiva da revalidação dos títulos de Patrimônio Cultural do Brasil diz respeito ao caráter dinâmico e processual dessas práticas culturais, e os procedimentos para a reavaliação que fundamenta a revalidação foram normatizados pela Resolução Iphan n. 5, de 12 de julho de 2019. Assim, seguindo essa Resolução, em 15/10/2019 foi aberto o processo de reavaliação do *Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas, nas regiões do Serro e das serras da Canastra e do Salitre/Alto Paranaíba*; no entanto, uma primeira reunião já havia sido realizada, em 04/10/2019, com representantes dos produtores de queijo e parceiros da salvaguarda, [4] para apresentação, por representante do Departamento de Patrimônio Imaterial/DPI, dos procedimentos para a reavaliação e revalidação do título, destacando-se aí a importância da participação de detentores e parceiros nesse processo.

Além desta, foram realizadas ainda mais duas reuniões presenciais com os representantes dos produtores e órgãos e instituições parceiros – em 30/10 e 19/12/2019 –, nas quais foram discutidos os principais pontos que norteariam a reavaliação desse modo de fazer, bem como decidiu-se pelo envio de um roteiro [5] para conversas a serem realizadas, por representantes das associações de produtores de queijo e por técnicos da EMATER-MG, [6] com os produtores de queijo das três regiões incluídas no Registro e também com a representação de produtores da região de Araxá, que vêm pleiteando o reconhecimento do seu modo artesanal de fazer o queijo como Patrimônio Cultural do Brasil desde 2008. [7] Este material

materiais reunidos pelos parceiros e enviados à Superintendência (como dossiês de registro municipal e fotos do processo de feitura dos queijos artesanais, por exemplo) –, assim como a experiência acumulada em uma década de acompanhamento das ações pós-Registro (2009-2020) e a Nota Técnica nº 4/2019/DPI (1612029), constituem-se como referência fundamental para a elaboração deste Parecer, que foi submetido à apreciação dos representantes dos detentores e das instituições parceiras em reunião remota realizada em 19/05/2021.

Visando “a identificação das transformações pelas quais o bem passou após o seu Registro [...] e] o diagnóstico de seus processos de produção, reprodução e transmissão no contexto social, tendo em vista sua continuidade como referência cultural para seus detentores” (Resolução, art. 2º) e levando em consideração os quatro eixos apontados no Roteiro Básico da Reavaliação anexo à referida Resolução,[8] este Parecer se estrutura em quatro partes: na primeira, apresentaremos aspectos relativos às dinâmicas entre permanências e transformações que marcaram os processos de produção, reprodução e transmissão do modo artesanal de fazer queijo de Minas na última década, a partir de sua patrimonialização e inscrição no Livro de Registro de Saberes, identificando as condições atuais de sua produção e reprodução cultural; na segunda parte, traremos algumas reflexões referentes aos territórios do modo de fazer o Queijo Minas Artesanal e à articulação dos atores sociais que dão sustentação a esse saber-fazer; em seguida, abordaremos algumas questões afeitas à elaboração e implementação de ações com vistas à salvaguarda do saber-fazer Queijo Minas Artesanal, destacando-se, neste processo, a constituição de um coletivo de trabalho que tem debatido e acompanhado essas ações no decorrer deste tempo e, para finalizar, serão apresentadas as recomendações e encaminhamentos, propostos e debatidos no decorrer deste processo de reavaliação, com emissão de parecer sobre a revalidação do título do bem em tela.

1. MODO ARTESANAL DE FAZER QUEIJO DE MINAS: PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES

O modo artesanal de fazer o queijo de Minas sustenta-se, conforme descrito no Dossiê (IPHAN, 2014), em saberes e fazeres dinâmicos, inscritos histórica e cotidianamente na paisagem, na tradição e nas práticas das regiões onde ocorre, constituindo uma marca identitária e uma rede própria de sociabilidades ancoradas na atualização diária da memória e dos conhecimentos transmitidos de geração em geração. Essa dinamicidade, num diálogo constante entre transformações e permanências, pode ser percebida com clareza nestes 13 anos decorridos entre sua inscrição no Livro dos Saberes e o momento de elaboração deste Parecer. Ela é o norte que orienta a caracterização desse modo de fazer, descrita a seguir levando em consideração alguns eixos percebidos como significativos para a compreensão da “sua continuidade como referência cultural para seus detentores” (IPHAN, 2019) e tomando por referência os debates ocorridos nas reuniões de avaliação e as respostas dadas ao roteiro discutido nas quatro regiões produtoras.

1.1. A manipulação do leite, do coalho, das massas e dos tempos de maturação

Os saberes e as técnicas relacionados à manipulação dos insumos, do queijo e de seus tempos constituem-se como um dos fundamentos do modo artesanal de fazer o queijo de Minas, e foram apontadas como aquelas que passaram por grandes transformações na última década, ainda que não contemplem de forma abrangente o universo da produção no estado.[9] No entanto, essas transformações não significam, na avaliação dos detentores e parceiros, descaracterização do modo de fazer tradicional, não só por terem abrangência limitada, mas também por serem consideradas como fatores que, fruto da criatividade e adaptabilidade dos produtores/artesãos, favorecem o fortalecimento do modo de fazer, na medida em que contribuem para melhorar a qualidade de seu produto, diferenciá-lo e, conseqüentemente, ampliar os mercados consumidores e difundir o universo do bem cultural registrado, assegurando as condições materiais de sua produção e reprodução. Considera-se, assim, que se alteraram algumas formas, mas não os sentidos que marcam esta prática cultural como um bem patrimonial.



Assim, tanto os parceiros e representantes de produtores presentes nas reuniões de avaliação quanto aqueles que se manifestaram nos debates ocorridos nas regiões produtoras em torno do roteiro enviado foram unânimes em afirmar que nenhum aspecto culturalmente relevante desapareceu ou foi substancialmente modificado em comparação ao momento do Registro do Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas como Patrimônio Cultural do Brasil, no que diz respeito às formas de manipulação do leite, do coalho, das massas e dos tempos de maturação dos queijos. As transformações identificadas foram creditadas à própria dinâmica entre mudança e permanência que marca esse saber-fazer no estado, ainda que tenha sido expressa a preocupação com os limites tênues entre a existência de mudanças que não o descaracterizam e as que podem vir a interferir na permanência desse modo de fazer como referência cultural para seus detentores e como marca identitária de Minas Gerais para os mineiros e no contexto nacional, conforme indicado no Dossiê de Registro e reafirmado em várias reuniões da salvaguarda.

Quais seriam, então, os novos elementos incorporados ao modo artesanal de fazer queijo em Minas Gerais, no que diz respeito aos insumos utilizados – em especial o leite e o coalho –, à manipulação da massa do queijo e aos seus tempos de feitura? Duas mudanças foram apontadas de forma unânime nas quatro regiões foco desta reavaliação: a ampliação da noção e do uso das chamadas boas práticas de fabricação e de ordenha e o aumento nos tempos de maturação dos queijos, que incidem de forma direta sobre o modo de fazer o queijo.

No que se refere à disseminação das boas práticas foram destacados o monitoramento e medição da qualidade do leite, a diminuição do tempo entre a ordenha e a prensagem, a introdução da ordenha mecânica^[10] e o maior controle sobre a sanidade do rebanho, avaliando-se que estas inovações podem

25/05/2021

SEI/IPHAN - 2688239 - Parecer Técnico

ser associadas à maior preocupação com a questão da segurança alimentar e à adequação da produção às legislações vigentes. Essas inovações geraram, por sua vez, a implantação de processos e ferramentas de controle da produção (como planilhas, por exemplo) e o maior rigor com a documentação do cotidiano da produção, o que tem interferido, conforme relatado por alguns produtores, no tempo que dispõem para dedicar à feitura do queijo – fato que pode vir a gerar demanda por mão de obra extrafamiliar, o que, além de intervir na forma de organização do trabalho que caracteriza este modo de produção artesanal, amplia seus custos, afetando sobretudo os menores produtores.



Legenda: Exame de CMT – Região Cerrado

Fonte: EMATER-MG, 2020

Quanto à maturação do queijo, ressaltou-se a diminuição do consumo de queijos frescos e a valorização dos queijos com maior tempo de maturação, “resgatando uma cultura de como era tradicionalmente”, prática “que era mais comum em tempos antigos”, segundo expresso pelos representantes da Associação dos Produtores de Queijo Canastra/APROCAN e da Associação de Queijo Minas Artesanal da Região de Araxá/AQMARA, respectivamente, nas reuniões de avaliação. Considera-se, nesse sentido, que essa valorização dos queijos maturados, com a maior experimentação em torno dos seus “tempos de cura”, deu-se não apenas em razão das exigências da legislação, que prevê um tempo mínimo entre 13 e 22 dias de maturação para liberação dos queijos para a venda, dependendo da região, mas também por um trabalho de “resgate cultural” do papel desempenhado pela produção artesanal de queijos, historicamente, tanto na conservação do leite quanto do próprio queijo, que realizado pelas associações de produtores e por agentes técnicos que atuam junto aos produtores, encontrou aderência em um mercado especializado que a cada dia busca produtos diferenciados, mercado este particularmente associado ao universo *gourmet* dos *chefs* e das cozinhas da chamada alta gastronomia. De forma geral, considerou-se ser a ampliação dos tempos de maturação uma prática que valoriza o bem registrado, na medida em que afirma uma sua característica reconhecida como tradicional, relacionada à conservação do leite desde tempos imemoriais, conforme indicado no Dossiê de Registro (IPHAN, 2014).

25/05/2021

SEI/IPHAN - 2688239 - Parecer Técnico



Legenda: Maturação do queijo – Região Canastra
Fonte: APROCAN, 2000



Legenda: Prateleiras de maturação, Região Serro
Fonte: APAQS, 2020

Ainda que não tenha aparecido de forma tão generalizada nas avaliações dos produtores e parceiros quanto as transformações anteriormente abordadas, outra mudança apontada pelos produtores das

https://sei.iphan.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=3086507&infra_si... 7/28

25/05/2021

SEI/IPHAN - 2688239 - Parecer Técnico

regiões do Serro, da Serra da Canastra e de Araxá diz respeito à disseminação da produção de queijos com fungos e ácaros, bem como as experimentações com queijos defumados, condimentados, recheados – o que foi também associado ao crescimento da demanda de um *mercado gourmet*, como descrito acima, bem como à entrada de produtos importados no mercado nacional e à influência da mídia nos gostos locais. Diferente da avaliação a respeito do aumento dos tempos de maturação como uma prática que reafirma o saber-fazer tradicional do Queijo Minas Artesanal, não houve consenso sobre o papel ocupado por estas experimentações na alteração do modo de fazer reconhecido como patrimônio, considerando-se, em alguns casos, que este seria um novo modo de fazer, tendo em vista que gera um outro queijo, que não seria o Minas artesanal que teve seu saber caracterizado como marca identitária e de tradição. Conforme afirmado pela representante do Iepha em uma das reuniões, em encontros realizados para revalidação do título do Modo Artesanal de Fazer o Queijo do Serro como patrimônio cultural do estado os produtores de queijo da região do Serro [11] expressaram o entendimento de que o queijo advindo dessas experimentações é outro, não mais considerado como o produto de um modo de fazer identificado como patrimônio – ainda que considerem que algumas mudanças sejam possíveis sem descaracterizar o saber específico dos produtores. É importante destacar que esta ênfase dada ao produto final é um dos desafios do processo de salvaguarda deste modo de fazer, seja no diálogo com os próprios detentores, quanto com as instituições parceiras.



Legenda: Maturação do queijo com resina – Serra do Salitre

Fonte: EMATER-MG, 2020

No entanto, um dos representantes dos produtores da região da Canastra ponderou que no caso dos queijos “mofados” não há alteração substancial no modo de fazer, levando em conta que o uso do leite cru e do pingo se mantém, bem como da estrutura familiar de produção. Ele não considerou, portanto,

que o processo de produção tenha sido modificado, mas simplesmente que houve aceitação da presença dos fungos no queijo, que anteriormente era reprimida. Avaliou que seus queijos tiveram o sabor melhorado, e que nunca deixaram de passar em alguma análise por causa dos fungos, indicando uma mudança tendencial nesse sentido, uma vez que este mercado diferenciado está sendo criado para esse tipo de queijo, e que isso é muito bom para o artesanal, pois é o que marca sua diferença frente à indústria, que “não dá conta de fazer queijo assim, variado – um faz o queijo de um jeito, ele faz de outro, o vizinho faz de outro completamente diferente” -, e que isto é bom, pois assim os consumidores têm mais opção e o modo de fazer se torna mais conhecido e disseminado. Considerou, ainda, que essas experimentações geram grande aprendizado, agregando novos conhecimentos ao saber tradicional, possibilitando uma intimidade a mais na relação do produtor com o queijo e que ele perceba melhor suas várias nuances – o que deve ser respeitado para que o produtor não perca sua intimidade com seu produto, uma vez que é uma forma de respeito, também, ao processo natural do próprio queijo como produto vivo. A grande questão que este produtor colocou e que pode sintetizar esta polêmica foi se deveria continuar sempre fazendo o queijo como seus avós faziam, e se não será deixado nenhum novo saber para as próximas gerações – o que garante, ao seu ver, a riqueza desse modo de fazer que é a diversidade.

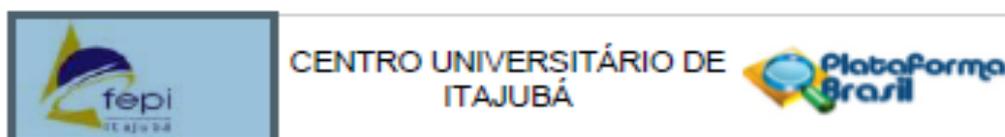
1.2. O uso do pingo

Identificado como um traço distintivo do Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas desde as pesquisas que orientaram o seu processo de Registro, e conforme descrito no Dossiê, o pingo “continua sendo utilizado e coletado do mesmo modo”, segundo afirmado de forma praticamente unânime nas reuniões de reavaliação e no roteiro debatido nas regiões. Uma única colocação dissonante foi feita por um dos estudiosos do Queijo Minas Artesanal, que afirmou que na região do Serro há grande dificuldade de se encontrar o pingo, que estaria sendo substituído pela “rala”. Essa afirmação foi contestada pelo presidente da APAQS, que informou que esta avaliação não procede, havendo inclusive grande mobilização dos produtores da região para a manutenção do pingo, que é buscado em fazendas vizinhas, muitas vezes sendo percorridos até 100 km entre uma fazenda e outra só para o seu recolhimento. Caso existam produtores que estejam fazendo esta substituição, ele não considera que isto possa ser generalizado para a região, sendo inclusive combatida pela Associação.

Outra questão levantada em relação ao uso do pingo tangencia um problema constantemente pautado nas reuniões realizadas no decorrer desses mais de dez anos das ações pós-Registro: a proibição do uso da bancada de madeira pela legislação sanitária e as alterações que sua substituição pelas bancadas de inox ou ardósia causou no pingo. Alguns representantes de produtores afirmam que lançam mão de alguns mecanismos para tentar suprir este problema, usando a bancada de ardósia ou inox para fazer o queijo, mas inserindo, sobre ela, uma pequena bancada de madeira no momento da coleta do pingo, para garantir sua qualidade. A esta prática se soma a da troca do pingo entre os produtores, justamente por ser este um insumo que se perde muito facilmente – perda acelerada pela substituição das bancadas de madeira.

Considera-se, no entanto, que apesar dos problemas enfrentados, o pingo continua sendo “a alma do Queijo Minas Artesanal”, mantendo-se sua centralidade no processo de produção, o que pode inclusive ser exemplificado pelo título dado ao livro que sistematizou as pesquisas realizadas sobre o modo de fazer o queijo na região de Araxá – “Queijo Araxá - O pingo da alma” (ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE QUEIJO ARTESANAL ARAXÁ, s.d.).

ANEXO III – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O DESENVOLVIMENTO NA CANASTRA: estudo de caso da produção do Queijo Canastra em Medeiros e São Roque de Minas observando os seus capitais intangíveis

Pesquisador: PAULO RODRIGUES CARDOSO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 46749221.0.0000.5094

Instituição Proponente: Universidade Federal de Itajubá

Patrocinador Principal: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.785.963

Apresentação do Projeto:

O projeto de pesquisa, através de uma revisão sobre os termos desenvolvimento econômico e arranjo produtivo, busca verificar se em dois municípios da microrregião da Canastra (Medeiros e São Roque de Minas) a adoção, ainda que inconscientemente, de um sistema produtivo semelhante ao distrito industrial italiano, que alinhava fatores tangíveis e intangíveis (culturais/tradicionais) característicos de cada região ou território, se o conhecimento adquirido pela tradição e a inovação estão presentes na produção artesanal de seu queijo, o canastra, se estes fatores intangíveis contribuem ao desenvolvimento e se ainda ele pode ser replicado aos demais municípios a ponto de constituir nesta região um grande arranjo socioprodutivo capaz de dinamizar o desenvolvimento da região e a melhoria de qualidade de suas populações

Objetivo da Pesquisa:

Verificar a existência dos capitais intangíveis (capital humano, capital institucional, capital cívico, capital social e capital sinérgico) nos municípios de

São Roque de Minas e Medeiros que impactam no desenvolvimento destas localidades.

Endereço: Av. Dr. Antônio Braga Filho, 657
 Bairro: PORTO VELHO CEP: 37.501-002
 UF: MG Município: ITAJUBÁ
 Telefone: (35)3529-8400 Fax: (35)3529-8400 E-mail: cep@fepi.br



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
ITAJUBÁ



Continuação do Parecer: 4.705.003

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Foram considerados os riscos da pesquisa, porém, estes riscos não levam em consideração a aplicação da entrevista prevista na metodologia que será feita, mas sim o resultado da pesquisa não ser satisfatório. Também não foram considerados os riscos em relação à utilização de protocolos de segurança sanitária relacionados à pandemia e ao contato entre os participantes da entrevista, sendo ela presencial.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Para a participação nesta pesquisa, está previsto o quantitativo de 128 comerciantes nas comunidades analisadas. Será aplicado um questionário elaborado com base no questionário do Banco Mundial a 169 entrevistados no total somados os agentes parceiros e produtores cadastrados ou não em Associações de Produção de Queijo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A folha de rosto apresentada foi assinada por um professor e não um responsável da instituição proponente. Foi apresentado o TCLE onde não foram abordados os riscos e benefícios. Não foram apresentadas as autorizações das instituições APROCAME, APROCAN, IFMG E EMATER para a realização da pesquisa. Os riscos apresentados não estão relacionados com a execução da entrevista prevista na metodologia.

Recomendações:

- Providenciar a assinatura da folha de rosto por um responsável institucional.
- Prever o risco de constrangimento das pessoas entrevistadas em responder o questionário, bem como as ações para minimizar estes riscos.
- Inserir o questionário que será aplicado como um documento em anexo.
- Inserir os riscos e benefícios no TCLE.
- Adicionar os protocolos de segurança para a COVID-19 nos riscos.

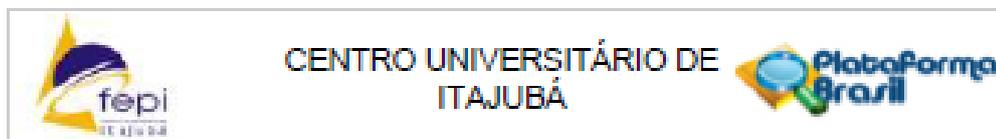
Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Atender as recomendações e prever a utilização de protocolo para que se possa realizar a entrevista presencial. Caso a entrevista não seja presencial, deixar claro isto na metodologia a ser utilizada.

Considerações Finais a critério do CEP:

*CABE AO PESQUISADOR RESPONSÁVEL ENCAMINHAR AS RESPOSTAS AO PARECER PENDENTE, POR MEIO DA PLATAFORMA BRASIL, EM ATÉ 30 DIAS A CONTAR A PARTIR DA DATA DE SUA EMISSÃO. AS RESPOSTAS ÀS PENDÊNCIAS DEVEM SER APRESENTADAS EM DOCUMENTO À

Endereço: Av. Dr. Antônio Braga Filho, 687
 Bairro: PORTO VELHO CEP: 37.501-002
 UF: MG Município: ITAJUBÁ
 Telefone: (35)3529-8400 Fax: (35)3529-8400 E-mail: cep@fepi.br



Continuação do Parecer: 4.705.903

RESPOSTA). RESSALTA-SE QUE DEVE HAVER RESPOSTA PARA CADA UMA DAS PENDÊNCIAS APONTADAS NO PARECER, OBEDECENDO A ORDENAÇÃO DESTES. A CARTA RESPOSTA DEVE PERMITIR O USO CORRETO DOS RECURSOS "COPIAR" E "COLAR" EM QUALQUER PALAVRA OU TRECHO DO TEXTO, ISTO É, NÃO DEVE SOFRER ALTERAÇÃO AO SER COLADO. ALÉM DA CARTA RESPOSTA, O PESQUISADOR DEVERÁ SUBMETER NOVAMENTE À PLATAFORMA BRASIL, OS ARQUIVOS DEVIDAMENTE MODIFICADOS COM AS ALTERAÇÕES FEITAS. SENDO NECESSÁRIO REALIZAR AS ALTERAÇÕES NAS INFORMAÇÕES BÁSICAS DO PROJETO NO ÂMBITO DA

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PE_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1745947.pdf	11/05/2021 20:36:57		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	DISSERTAÇÃO.pdf	11/05/2021 20:35:39	PAULO RODRIGUES CARDOSO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	11/05/2021 20:31:53	PAULO RODRIGUES CARDOSO	Aceito
Folha de Rosto	Docplabrazil.pdf	11/05/2021 20:03:27	PAULO RODRIGUES	Aceito

Situação do Parecer:

Pendente

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ITAJUBÁ, 17 de Junho de 2021

Assinado por:
Leonardo José Rennó Siqueira
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Dr. Antônio Braga Filho, 687
Bairro: PORTO VELHO CEP: 37.501-002
UF: MG Município: ITAJUBÁ
Telefone: (35)3529-5400 Fax: (35)3529-5400 E-mail: cep@fepi.br



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
ITAJUBÁ



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O DESENVOLVIMENTO NA CANASTRA: estudo de caso da produção do Queijo Canastra em Medeiros observando os seus capitais Intangíveis

Pesquisador: PAULO RODRIGUES CARDOSO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 46749221.0.0000.5094

Instituição Proponente: Universidade Federal de Itajubá

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.914.648

Apresentação do Projeto:

O projeto de pesquisa, através de uma revisão sobre os termos desenvolvimento econômico e arranjo produtivo, busca verificar se em dois municípios da micromegião da Canastra (Medeiros e São Roque de Minas) a adoção, ainda que inconscientemente, de um sistema produtivo semelhante ao distrito industrial italiano, que alinhava fatores tangíveis e intangíveis (culturais/tradicionais) característicos de cada região ou território, se o conhecimento adquirido pela tradição e a inovação estão presentes na produção artesanal de seu queijo, o canastra, se estes fatores intangíveis contribuem ao desenvolvimento e se ainda ele pode ser replicado aos demais municípios a ponto de constituir nesta região um grande arranjo socioprodutivo capaz de dinamizar o desenvolvimento da região e a melhoria de qualidade de suas populações.

Objetivo da Pesquisa:

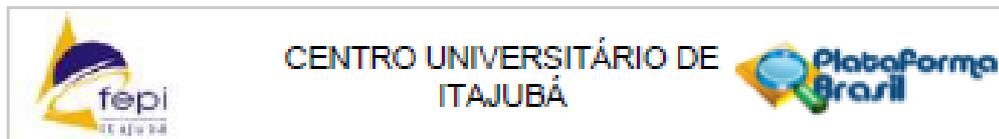
Verificar a existência dos capitais intangíveis (capital humano, capital institucional, capital cívico, capital social e capital sinérgico) nos municípios de

São Roque de Minas e Medeiros que impactam no desenvolvimento destas localidades.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Foram considerados os riscos da pesquisa, bem como as ações para minimizar estes riscos. Foram considerados os riscos em relação à utilização de protocolos de segurança sanitária e os

Endereço: Av. Dr. Antônio Braga Filho, 687
Bairro: PORTO VELHO CEP: 37.901-002
UF: MG Município: ITAJUBÁ
Telefone: (35)3529-8400 Fax: (35)3529-8400 E-mail: cep@fepi.br



Continuação do Parecer: 4.214.048

procedimentos para minimizar os riscos relacionados à pandemia e ao contato entre os participantes da entrevista.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Para a participação nesta pesquisa, está previsto o quantitativo de 128 comerciantes nas comunidades analisadas. Será aplicado um questionário elaborado com base no questionário do Banco Mundial a 169 entrevistados no total somados os agentes parceiros e produtores cadastrados ou não em Associações de Produção de Queijo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A folha de rosto apresentada foi assinada e devidamente preenchida.

Foi apresentado o TCLE com todas as informações necessárias, inclusive os riscos e benefícios. Foram apresentadas as autorizações das instituições APROCAME, APROCAN, IFMG E EMATER para a realização da pesquisa.

Recomendações:

Sem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências.

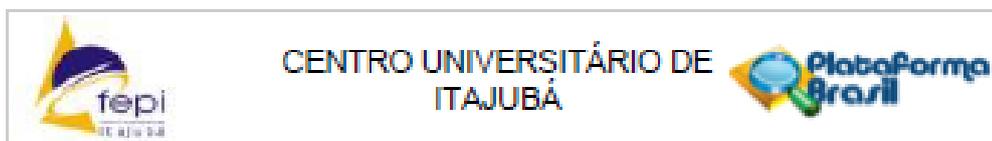
Considerações Finais a critério do CEP:

RESSALTA-SE QUE CABE AO PESQUISADOR RESPONSÁVEL ENCAMINHAR OS RELATÓRIOS PARCIAIS E FINAL DA PESQUISA, POR MEIO DA PLATAFORMA BRASIL, VIA NOTIFICAÇÃO DO TIPO "RELATÓRIO" PARA QUE SEJAM DEVIDAMENTE APRECIADAS NO CEP, CONFORME NORMA OPERACIONAL CNS Nº001/13, ITEM XI.2.D.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PE_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1749947.pdf	17/07/2021 20:17:21		Aceito
Parecer Anterior	PARECER.pdf	16/07/2021 19:12:17	PAULO RODRIGUES	Aceito
Outros	OUTROS.pdf	16/07/2021 19:45:46	PAULO RODRIGUES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	16/07/2021 18:41:15	PAULO RODRIGUES CARDOSO	Aceito
Declaração de	APROCAME.pdf	16/07/2021	PAULO	Aceito

Endereço: Av. Dr. Antônio Braga Filho, 687
 Bairro: PORTO VELHO CEP: 37.501-002
 UF: MG Município: ITAJUBÁ
 Telefone: (35)3529-8400 Fax: (35)3529-8400 E-mail: cep@fepi.br



Continuação do Parecer: 4.814.648

concordância	APROCAME.pdf	18:06:51	CARDOSO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Prefeitura.pdf	16/07/2021 18:06:02	PAULO RODRIGUES CARDOSO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	IFMG.pdf	16/07/2021 18:02:12	PAULO RODRIGUES CARDOSO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	EMATER.pdf	16/07/2021 17:55:33	PAULO RODRIGUES CARDOSO	Aceito
TGLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TGL.pdf	16/07/2021 17:44:24	PAULO RODRIGUES CARDOSO	Aceito
Folha de Rosto	Docplabrazil.pdf	11/05/2021 20:03:27	PAULO RODRIGUES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ITAJUBÁ, 18 de Agosto de 2021

Assinado por:

Leonardo José Rennó Siqueira
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Dr. Antônio Braga Filho, 687
Bairro: PORTO VELHO CEP: 37.501-000
UF: MG Município: ITAJUBÁ
Telefone: (35)3529-8400 Fax: (35)3529-8400 E-mail: cnp@fepi.br